



Políticas para as Mulheres

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Objetivo: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: No ano de 2012, a SPM/PR adotou, para o alcance deste objetivo, tanto a execução direta quanto a execução indireta, via convênios, de diversas ações. No primeiro caso está incluído o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que concede uma certificação às organizações públicas e privadas participantes, em função da implementação bem sucedida de ações que promovam a equidade, tais como o provimento de creche para as filhas e filhos das trabalhadoras e a ampliação da participação das mulheres em postos de comando. A 4ª edição foi lançada em 2010 e as organizações concluíram seus planos de trabalho em dezembro de 2012.

Além disso, a fim de ampliar o conhecimento sobre a realidade da mulher trabalhadora, a SPM/PR realizou, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, o Seminário Internacional sobre Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado, apresentou o trabalho intitulado "Cuidado e desigualdades de gênero: uma análise de uso do tempo no Brasil" no IATUR – International Association for Time Use Research 2012, no Japão, e iniciou a articulação com o IBGE para a inclusão de um conjunto de perguntas sobre gênero na Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE - MUNIC. Em relação à ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, equiparando-as às/aos demais trabalhadoras/es, foi indicada para presidir a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, instituída em janeiro de 2012 pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com a finalidade de ratificar a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e propor alteração na legislação em vigor.

Por outro lado, na execução indireta, a SPM/PR apoiou, por meio de convênios, diversas iniciativas para a inserção produtiva e a autonomia de mulheres rurais e urbanas com governos estaduais e municipais e organizações não governamentais. Essas iniciativas são, na maioria dos casos, voltadas para a capacitação para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo. A SPM/PR firmou também um acordo de cooperação com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com o objetivo de apoiar projetos de cursos de curta duração.

Em relação às mulheres do campo e da floresta, estão sendo implementadas ações em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e outras instâncias do governo e da sociedade civil, com vistas à inserção produtiva das mulheres, o fortalecimento de suas organizações econômicas, possibilitando a ampliação do acesso às políticas públicas que podem contribuir para tais objetivos (crédito, assistência técnica, comercialização, entre outros).

As Políticas de Cuidado estão sendo tratadas sob diferentes aspectos: tanto nas articulações diretas com os órgãos governamentais responsáveis – no caso do MEC (creches e educação integral); como também por meio da produção de estudos relacionados ao tema e a promoção de encontros e reuniões de trabalho com instituições parceiras, entre elas o IBGE, IPEA, OIT, ONU Mulheres e centros de estudos e pesquisas.

Em relação às trabalhadoras domésticas, os avanços se deram com a instalação da Comissão Tripartite, pelo MTE, que designou a SPM/PR para presidi-la, e com a aprovação na Comissão Especial da PEC 478, que prevê a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

O diálogo internacional incluiu compromissos e articulações com diferentes instituições, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, com a qual está em andamento a organização do "Seminário Regional sobre Políticas para las Mujeres em América Latina y el Caribe" e entendimentos sobre a ampliação e melhoria das estatísticas agropecuárias numa perspectiva de gênero, em parceria com o MDA.

Meta: Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR apoia com recursos financeiros um conjunto de projetos, apresentados pelo poder público estadual e municipal e por organizações não governamentais, destinados à capacitação de mulheres urbanas e rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia econômica, com prioridade para aqueles projetos voltados para a inserção em áreas de atuação tradicionalmente desempenhadas por homens. Até dezembro de 2012 foram firmados em torno de 50 projetos, totalizando cerca de 15.800 mulheres atendidas em 2013.

Meta: Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça

Análise Situacional da Meta: O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas, está na sua 4ª edição (período 2011/ 2012). Participaram da 3ª edição 72 organizações e, nesta 4ª edição, 91 organizações fizeram a adesão. Ao longo de 2012, além das atividades de rotina, tais como reuniões com o Comitê Técnico-Institucional e o Comitê Ad-hoc (constituído por especialistas da área acadêmica), foram realizadas as seguintes ações: 1- Assinatura do Termo de Compromisso com as organizações participantes do Programa; 2- Oficina Práticas de Igualdade – visando à troca de experiências entre as organizações participantes, divulgação das boas práticas implementadas e esclarecimento de possíveis dúvidas entre as organizações que iniciam a sua participação; 3- Monitoramento a distância, realizado no período de junho a setembro; 4- Monitoramento in loco (visitas às organizações), concluído em dezembro. Em 2013 ocorrerá a premiação das organizações que alcançaram suas metas e o lançamento da 5ª edição.

Meta: Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil

Análise Situacional da Meta: Em janeiro de 2012 foi instituída pelo MTE a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo é analisar e ratificar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). O Ministério indicou a SPM/PR para presidir a Comissão. Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 acerca do Trabalho Doméstico.

Meta: Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres

Análise Situacional da Meta: Foi firmado pacto com a Caixa Econômica Federal para incentivar à concessão de crédito, estimulando o empreendedorismo entre as mulheres.

Meta: Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres

Análise Situacional da Meta: Firmado acordo de cooperação entre SPM/PR e MI/SUDECO, com o objetivo de apoiar projetos de cursos de curta duração destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, com ênfase no suporte aos Arranjos Produtivos Locais – APLs, da Região Centro-Oeste, de setores ocupacionais tradicionalmente masculinos, que demandem iniciativas prioritárias de capacitação tecnológica. Os projetos selecionados serão implementados em 2013/2014. Esta iniciativa, que tem um caráter inovador, pretende articular o estímulo à ocupação por mulheres de postos de trabalho tradicionalmente ocupados por homens, a identificação de demandas de mão-de-obra de arranjos produtivos locais e a demanda por qualificação tecnológica. Os projetos de capacitação devem estar voltados para carências específicas de mão-de-obra na área tecnológica, identificadas em arranjos produtivos locais da região centro-oeste. Como, em geral, essas atividades são desempenhadas por homens, o que se espera é que a disponibilidade de mulheres com a qualificação requerida estimule os empregadores a romper com o modelo tradicional de contratar exclusivamente homens para esses postos, contribuindo para a diminuição da desigualdade de remuneração entre mulheres e homens.

Meta: Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização

Análise Situacional da Meta: Celebração de 5 Acordos de Cooperação entre a SPM/PR, o MDA e os organismos de políticas para as mulheres dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul para o desenvolvimento do projeto “Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais”. Seu objetivo é contribuir para ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer organizações produtivas de mulheres rurais, por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, coordenados pelo MDA, em parceria com a SPM/PR e outros órgãos do Governo Federal e com a participação de representações da sociedade civil.

Meta: Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

Meta: Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais

Análise Situacional da Meta: Ao longo de 2012 foram realizadas várias atividades de pactuação com sindicatos e a federação nacional desta categoria profissional, bem como com as centrais sindicais. A SPM/PR acompanhou os trabalhos da Comissão Especial da PEC 478/2010, que debateu a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas e que culminou na aprovação e promulgação da PEC em março de 2013.

Meta: Inscrever a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR é parceira do MDA no Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, participando de seus Comitês Gestores Nacionais. Ambos os Programas integram o Brasil sem Miséria, contribuindo para a inserção produtiva e outras iniciativas voltadas para a autonomia das mulheres trabalhadoras rurais das regiões atendidas. As mulheres pobres e extremamente pobres constituem o público prioritário de nossas ações de fomento a iniciativas de inclusão produtiva.

Meta: Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada

Análise Situacional da Meta: Realização do Curso Internacional sobre Gênero e Segurança Alimentar, coordenado pela SPM/PR, com a participação do MDA e CONSEA e o apoio do MRE.

Meta: Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos

Análise Situacional da Meta: Foram realizados 4 Seminários com os governos dos Estados de Minas Gerais e Sergipe, do Distrito Federal e da Prefeitura de Manaus/AM, visando à construção da plataforma desses governos sobre o tema da autonomia econômica das mulheres para os próximos 2 anos.

Quantidade alcançada: 4

Data de Referência: 31/12/2012

Meta: Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

Meta: Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos

Análise Situacional da Meta: Em janeiro de 2012 foi instituída a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo foi analisar e ratificar o conteúdo da Convenção e

da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 sobre o Trabalho Doméstico.

Meta: Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

Meta: Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas

Análise Situacional da Meta: A Lei nº 11.324/06 previa a dedução até o ano-calendário de 2011. Em 2011, a Lei nº 12.469 ampliou a vigência até 2015, ano-calendário 2014.

Objetivo: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Na área de Saúde da Mulher, a SPM/PR tem, entre suas prioridades, a formulação, desenvolvimento e implementação de programas e projetos, diretamente ou em forma de parcerias, no campo da saúde, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

As ações desenvolvidas, em 2012, contaram com a parceria do Ministério da Saúde. A saúde da mulher tem por base os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), formulada em 2004 pelo Ministério da Saúde. A SPM/PR tem como um de seus objetivos para o período 2013-2015 o fortalecimento e o aperfeiçoamento da PNAISM; esta foi uma de suas prioridades para o exercício de 2012. Foram realizadas diversas reuniões com a Área Técnica de Saúde da Mulher para pactuar a agenda de trabalho em torno da PNAISM e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2012-2015, quando foram reforçados os compromissos conjuntos pelo fortalecimento da PNAISM e se estabeleceu uma agenda de trabalho que deverá ser desenvolvida nos próximos anos.

Ainda em 2012, a SPM/PR participou da Comissão Inter-setorial de Saúde da Mulher e da Comissão Inter-setorial de Saúde do Trabalhador (CIST). Aprovou sete propostas de convênio, com os seguintes objetos: realizar campanha de enfrentamento à feminização da aids e violência de gênero voltada para as mulheres em situação de vulnerabilidade social; produzir o livro-dvd parteiras tradicionais do Goiás, DF e região do entorno; realização do VII seminário mulheres negras e saúde, para sensibilizar as equipes multiprofissionais e sociedade civil para o atendimento à saúde da mulher negra; formar educadores(as) e profissionais das áreas de ciências humanas, sociais e da saúde nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual; estruturar atividades de proteção, promoção e recuperação da saúde e o desenvolvimento da autonomia e empoderamento de mulheres; ação comunitária e educação em direitos sexuais e reprodutivos; e promover formação em direitos humanos na cidade de São Paulo. Desenvolveu ações de prevenção, tratamento e controle das DST/HIV/Aids na

população feminina juntamente com o Ministério da Saúde e o Fundo de População das Nações Unidas e promoveu a capacitação, em outubro, de 15 técnicas e técnicos dos Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs estaduais na utilização dos dados do DATASUS; criará, em 2013, um Grupo de Trabalho voltado à saúde das mulheres com deficiência.

Além disso, a SPM/PR tem promovido o engajamento dos OPMs junto à PNAISM e às políticas públicas de saúde da mulher. Foi realizada uma reunião em setembro com as gestoras estaduais de políticas para as mulheres em que se estimulou sua atuação junto às respectivas secretarias estaduais de saúde, especialmente no que se refere ao monitoramento mensal da Rede Cegonha, realizado por videoconferência pelo Ministério da Saúde, e ao acompanhamento do Programa de Câncer de Colo de Útero e de Mama. Outra reunião com as gestoras estaduais foi realizada em dezembro. Em outubro, foi iniciada a contratação de consultoria para elaborar material de atualização da PNAISM.

Meta: Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR acompanha as atividades da Comissão Inter-setorial de Saúde do Trabalhador (CIST), que assessora o Conselho Nacional de Saúde na temática, por meio dos quais realiza o acompanhamento das políticas de saúde voltadas para a trabalhadora, com enfoque nas doenças ocupacionais das profissões majoritariamente exercidas por mulheres. Assim, a SPM/PR compareceu a 3 reuniões da CIST com as seguintes resoluções: solicitar aos Ministros de Estado da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social que as ações relativas à diretriz da estruturação da rede integrada de informações em Saúde do Trabalhador sejam priorizadas no processo de implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho assim como na elaboração e implementação do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho; enviar documento à Mesa Diretora informando que a CIST é a favor do banimento do amianto e solicitando que esse tema seja pautado na Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde; acompanhar a implementação do plano de ação da CIST Nacional.

Meta: Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros

Análise Situacional da Meta: A capacitação de profissionais da saúde estruturada pela SPM adotou duas estratégias: o desenvolvimento do Módulo Gênero e Raça, para os responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde do Programa Saúde da Família, e o apoio à capacitação de profissionais da saúde por meio de convênios. Para a primeira estratégia, a SPM está em fase de articulação com a Organização Pan Americana de Saúde e com o Ministério da Saúde para desenvolver, em conjunto, o módulo do curso na modalidade Ensino a Distância (EAD). Essa atividade deverá ser iniciada em 2013. Para a segunda estratégia, a SPM apoiou sete propostas de convênios específicas para a área de saúde.

Meta: Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a SPM/PR criou a Coordenação da Diversidade que, entre outras atribuições, está responsável pela proposição de políticas públicas para as

mulheres com deficiência. Em 26 de novembro de 2012, foi realizada oficina sobre Mulheres com Deficiência que apontou diretrizes para a atuação da SPM/PR na temática, inclusive no que se refere à saúde das mulheres com deficiência. Estes trabalhos preparatórios servirão de base para a proposição de grupo de trabalho interministerial a partir de 2013.

Meta: Elaborar documento contendo detalhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

Meta: Elaborar estudos e pesquisas sobre usos e aplicações de medicamentos que promovam benefícios para a qualidade de vida das mulheres, incluindo os métodos contraceptivos

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

Meta: Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Rede Cegonha nos estados e municípios

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR considera fundamental a participação ativa dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) no monitoramento da implementação da Rede Cegonha em seus respectivos estados e municípios. Assim, vem incentivando em encontros realizados pela SPM/PR a atuação dos OPMs junto às suas respectivas secretarias de saúde, especialmente no que se refere à participação dos OPMs estaduais nas videoconferências mensais de monitoramento da Rede Cegonha, realizadas pelo Ministério da Saúde com as secretarias estaduais de saúde. Além disso, vem articulando a rede de discussão dos Organismos de Políticas para as Mulheres com informações da área da saúde.

Meta: Firmar Acordo de Cooperação, visando a aprimorar e estender o alcance das ações do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST

Análise Situacional da Meta: A SPM tem desenvolvido ações de prevenção, tratamento e controle das DST/HIV/Aids na população feminina, em conjunto com o Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e tem acompanhado a distribuição do preservativo feminino; a avaliação e continuação do Plano, mobilizando os principais parceiros, tanto da sociedade civil quanto governamentais; a revisão do Plano de Trabalho de ação conjunta no Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização das DST/ Aids e Hepatites Virais e sua implementação nos estados e apoiado a participação e o controle social em agendas estratégicas, por meio da promoção da participação em eventos como o IX Congresso Brasileiro de Prevenção. Além disso, a SPM tem colaborado para a produção de conteúdos em Comunicação em Saúde sobre o insumo.

Com a finalização do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, a SPM/PR e o Ministério da Saúde vêm atuando no sentido de elaborar ações conjuntas com os estados e municípios, de forma a incorporar os Organismos de Políticas para as Mulheres nos planos de ação das secretarias de saúde e enfatizar o enfoque étnico-racial e geracional nas ações programadas.

Meta: Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha

Análise Situacional da Meta: A Portaria nº 1.473, de 2 de junho de 2011, do MS, instituiu na estrutura do Rede Cegonha os espaços de Comitês Gestores, Grupos Executivos, Grupos Transversais e os Comitês de Mobilização Social e de Especialistas. A SPM/PR participa, atualmente, na Rede Cegonha dos seguintes Comitês: Comitê de Mobilização Social e de Especialista, Comitê Gestor e Comitê de monitoramento.

Meta: Realizar 4 Seminários (periodicidade anual) para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR promoveu ações junto aos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) a respeito da PNAISM e contribuiu para a capacitação de suas equipes para atuação em temas de saúde da mulher. A discussão a respeito da PNAISM foi levantada nas duas reuniões realizadas com OPMs em 2012. Além disso, a SPM promoveu a capacitação, em outubro, de 15 técnicas(os) dos OPMs estaduais na utilização dos dados do DATASUS, para proporcionar maior capacidade de intervenção dos organismos nas políticas estaduais de saúde. Participaram da capacitação técnicas(os) dos seguintes estados: AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, PA, PB, PE, RJ, RS, SC, SE e TO. A partir de 2013, a SPM/PR pretende realizar seminários específicos destinados exclusivamente à discussão da PNAISM.

Objetivo: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Para estimular a produção e difusão de conhecimentos científico e tecnológico assim como as relações de gênero, identidade, orientação sexual e raça/etnia, contemplando as mulheres em sua diversidade, a SPM/PR incentivou a ampliação do número de inscrições na 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e participou da seleção de projetos inscritos sob o edital do Programa de Extensão Universitária, do Ministério da Educação. As ações da Secretaria pretendem incentivar políticas culturais, de esporte, lazer e educação, observando a igualdade e a equidade de gênero.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres selecionou treze projetos de convênios com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas de gênero na área da educação. A SPM/PR apoiou, em 2012, quatro projetos de estruturação dos núcleos de gêneros na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília, a ampliação de divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e no Distrito Federal; além disso, articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação para promover maior divulgação do programa; no âmbito do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça iniciou a negociação de possíveis parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização e ampliação do curso; ocorreu a cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012 e a 8ª edição lançada em 2012 será finalizada em 2013.

Meta: Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

Meta: Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, no ano de 2012, manteve a linha temática específica no Edital de Chamada Pública nº 02/2012 para o apoio aos núcleos de gêneros nas Universidades Federais e Estaduais. Os convênios celebrados nessas condições foram no valor de até R\$ 50.000,00.

As universidades apoiadas foram: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília.

Quantidade alcançada: 4

Data de Referência: 12/11/2012

Meta: Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR realizou no ano de 2012 a divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola em Organismos de Políticas para as Mulheres do estado do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e do Distrito Federal; articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) o apoio ao programa e negocia com as entidades do Sistema S uma parceria para que elas auxiliem na realização da capacitação dos professores.

Meta: Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

Meta: Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero

Análise Situacional da Meta: A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC, do Ministério da Cultura, trabalha nesta meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos aos temas e campos de sua atuação, incluindo-se neste esforço o Caderno Temático de Políticas Culturais para as Mulheres. Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pela SCDC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do MinC e vinculadas que tratam do tema. Prevê-se o término de sua elaboração para Março de 2013.

Meta: Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais

Análise Situacional da Meta: Foram realizadas reuniões bilaterais com o Ministério do Esporte visando atividades de promoção da participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas.

Meta: Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola

Análise Situacional da Meta: O curso foi ofertado em 37 instituições de ensino. O número total de vagas, em 2012, foi de 8.580 em aperfeiçoamento, extensão e especialização.

Meta: Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a SPM/PR trabalhou pelo lançamento de novo edital do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça com a parceria do Ministério da Educação. A Secretaria busca novas parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização do curso. Porém, houve atrasos no oferecimento do curso devido à greve nas universidades federais. Além disso, outros projetos de formação de gestores foram apoiados por meio da celebração de convênios no final de 2012.

Em 2012 foram ofertadas 8.609 vagas de especialização e extensão em 19 instituições de ensino.

Meta: Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR iniciou diálogo com o Ministério da Educação a respeito da elaboração de Orientações ou Diretrizes, na ocasião em que foi pactuado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A SPM/PR irá elaborar proposta em 2013, em parceria com o Ministério da Educação, que será posteriormente submetida ao Conselho Nacional de Educação.

Meta: Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR realizou a cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012. O concurso foi promovido pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM), em parceria com os ministérios da Educação (MEC), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI). Trinta estudantes do ensino médio e superior foram premiados.

Também, foi divulgada a 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero em diversas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, Teresina, Salvador, Goiânia, São Luís e Belém. Em 2012 iniciou-se o processo de seleção dos artigos, projetos e redações enviadas para o prêmio. A 8ª edição teve um número recorde de inscrições: 237 artigos de mestres e estudantes de doutorado; 417 artigos de graduados, especialistas ou estudantes de mestrado; 304 artigos de estudantes de graduação; 4.100 redações de estudantes de ensino médio; e 94 projetos pedagógicos de escolas promotoras da igualdade de gênero.

Quantidade alcançada: 1

Data de Referência: 12/11/2012

Meta: Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero

Análise Situacional da Meta: Além de Seleções específicas – como a criação do Prêmio Cultura Viva Mulher (em negociação com o Fundo Elas) - editais de recortes variados incluem a promoção da equidade de gênero como critério de pontuação (Edital Agente Jovem de Cultura) ou tema para desenvolvimento de projetos (Programa Usinas Culturais). Além disso, está em andamento a elaboração de seleções para fomento de iniciativas protagonizadas por mulheres, em contexto de culturas tradicionais, onde predomina a autoridade masculina fundamentada numa ancestralidade passível de questionamento ante as conquistas relativas aos direitos humanos da contemporaneidade, tais como culturas indígenas ou ciganas.

Meta: Realizar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

Meta: Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013

Análise Situacional da Meta: O Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência ocorrerá em 2013. Desta forma, no ano de 2012, ocorreu o início do processo de planejamento com a realização de reuniões preparatórias com os parceiros e algumas cientistas foram convidadas para discutir formato e programa.

Objetivo: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou a sensibilização da sociedade para a implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; aprovou dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em sua diversidade para o exercício da liderança e do controle social; realizou reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos; produziu material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais e acompanhou as eleições de 2012 com o enfoque de avaliar a participação de candidatas mulheres. Além disso, a Secretaria redefiniu sua estrutura, criando a Coordenação de Diversidade com objetivo de discutir e aprimorar as políticas para garantia de participação e efetivação de direito das mulheres jovens, indígenas, negras, deficientes e idosas.

Meta: Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a partir da minirreforma política, ampliou-se o número de vereadoras e prefeitas eleitas no país. As mulheres representam hoje 13,3% nos legislativos municipais, atingindo o número de 7.648 mulheres eleitas e 670 prefeitas eleitas. Isso representa, em números absolutos, uma ampliação em 17,4% nos legislativos municipais e 32,9% nos executivos. No ano de 2012 as sanções junto aos partidos foram acerca da não presença das mulheres e de temas relacionados a elas em suas propagandas institucionais, assegurando que para o próximo ano este tempo será dobrado. No Congresso Nacional, novos projetos sobre este tema, que ainda serão analisados, estão em fase de apresentação, e o debate da Reforma Política está em curso com possível votação para o ano de 2013 e a SPM/PR tem acompanhado e contribuído para assegurar os direitos conquistados e ampliar a perspectiva da igualdade/paridade.

Meta: Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado

Análise Situacional da Meta: Realizadas ações em parceria com entidades sindicais visando fortalecer a demanda nas categorias. Incentivo às empresas participantes do Programa Pró-igualdade de Gênero e Raça para adesão ao direito.

Meta: Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR retomou no ano de 2012 o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos. Duas reuniões foram realizadas no ano de 2012. Além disso, a Secretaria apoiou dois convênios focados na formação política das mulheres. Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM atualizou e distribuiu material informativo sobre a participação feminina nos cargos políticos. Para o ano de 2013 a SPM realizará novas ações para discutir o tema do ponto de vista das mulheres e contribuir com os debates realizados no congresso e no conjunto do governo.

Meta: Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado

Análise Situacional da Meta: Realizadas reuniões com representantes da bancada parlamentar e órgãos do executivo, visando impulsionar encaminhamentos do PL no Congresso.

Meta: Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT

Análise Situacional da Meta: A Criação da Coordenadoria da Diversidade junto à SPM expressa que a articulação deste tema para dentro do governo ganha outra dinâmica e assume outra prioridade. A partir da pactuação do PNPM, novas ações e estratégias foram construídas e exigem a elaboração de um plano de ação integrado e articulado entre SPM/SDH/MinC/MEC/MS/SEPPIR que está em processo de construção. Em 29 de novembro de 2012, a SPM/

PR realizou uma oficina com lésbicas e bissexuais representantes das organizações nacionais para apresentar as diretrizes e ações para esta área. O debate sobre a constituição do GT prosseguirá em 2013.

Meta: Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas

Análise Situacional da Meta: Um acordo de cooperação firmado entre a SPM/PR e a Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, em 08 de março de 2012, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para identificar as prioridades e estratégias de ação referentes às mulheres idosas e com deficiência. O Grupo de Trabalho ainda não finalizou as ações.

Meta: Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)

Análise Situacional da Meta: Ações importantes foram realizadas nesse campo, em destaque o comparecimento do Brasil, representado por uma delegação chefiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, à 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Comitê CEDAW para apresentar o VII Informe Periódico do País, dando conta da implementação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. O Brasil informou os avanços alcançados no período na promoção dos direitos da mulher, a exemplo da eleição da primeira presidenta, e indicação de 10 ministras mulheres; a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que mobilizou cerca de 200 mil mulheres em todo o País; do crescimento no número de organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres; das decisões do Supremo Tribunal Federal confirmando a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e reconhecendo a união civil entre pessoas do mesmo sexo; a expansão da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, para o atendimento de brasileiras que vivem na Espanha, Portugal e Itália. Como resultado desse processo, o Comitê elogiou os esforços que o País vem realizando no enfrentamento à violência contra as mulheres e em outros pontos da Convenção e encaminhou ao Brasil uma série de recomendações para acelerar sua implementação, em particular em relação ao tema do acesso ao poder e à saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Ainda no âmbito da Convenção CEDAW, vale registrar que a SPM integra Grupo de Trabalho Interministerial que, ao lado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde e da Advocacia-Geral da União, é responsável pela implementação das recomendações do Comitê CEDAW para o “Caso Alyne Pimentel” (falecida em 2002, grávida de seis meses, vítima de negligência e imperícia médica). Dentre essas recomendações, estão a indenização para a mãe e a filha de Alyne Pimentel, a adoção de melhorias nos serviços de saúde e a redução das taxas de mortalidade materna. Merece destaque também a participação da SPM na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento sustentável (Rio + 20) e na 100ª Conferência Internacional do Trabalho, reafirmando nas declarações aprovadas nestes e em outros encontros regionais e internacionais os compromissos assumidos em instrumentos internacionais do campo dos

direitos das mulheres. Bem como, em um ano em que começaram os movimentos de avaliação dos 20 anos de implementação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a participação do Brasil em várias instâncias que trataram do tema, em especial a 45ª Sessão do Comitê de População e Desenvolvimento da ONU (Nova Iorque/EUA, 23 a 27 de abril de 2012) e a Reunião do Comitê Especial da CEPAL sobre População e Desenvolvimento (Quito/Equador, julho de 2012). A atuação da delegação brasileira foi importante para que os documentos finais dessas reuniões reafirmassem temas como o desenvolvimento sustentável, o papel das relações de poder, os direitos sexuais e reprodutivos, o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero, bem como os demais compromissos assumidos em Cairo. Por fim, nesse campo vale destacar também os esforços que foram feitos para a reativação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD, fortalecendo assim, em âmbito governamental, a implementação dos compromissos assumidos em 1994, em Cairo, quando da realização da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento.

Meta: Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas

Análise Situacional da Meta: Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM/PR atualizou e distribuiu material informativo sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Foram impressas 60.000 cartilhas, distribuídas para: 16 partidos políticos integrantes do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos; 312 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres; 24 Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres; Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres; Conselhos Estaduais de Políticas para as Mulheres; bancada feminina no Congresso (55 deputadas federais e senadoras).

Meta: Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação

Análise Situacional da Meta: Para contribuir com a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a SPM/PR distribuiu 60.000 cadernos da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, além de ter realizado uma reunião do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos em 2012.

Meta: Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram

Análise Situacional da Meta: No que se refere ao fortalecimento da parceria com a ONU Mulheres, entre outros, destaca-se a articulação realizada para que o documento final da Conferência Rio + 20 integrasse de forma consistente o tema da igualdade de gênero e o desenvolvimento do Projeto BRA 60783 – Apoio a Implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Em 2012, foram publicados sete editais para contratação de consultorias no âmbito deste projeto e outros três estão em tramitação. As consultorias se referem a: (A) avaliação e redesenho do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; (B) avaliação da implementação internacional da Central 180; (C) avaliação das estratégias dos organismos de políticas para as mulheres; (D) elaboração de estratégia para disseminação da temática de uso do tempo e gênero; (E) avaliação do Programa de Assistência Integral à

Saúde da Mulher; (F) avaliação e redesenho do serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência na área de saúde (aborto legal); (G) construção de indicadores de processo relativos aos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência; (H) construção de metodologia e coleta de dados e análise dos indicadores para elaboração do Relatório Anual Sócio-Econômico da Mulher – RASEAM; (I) construção de portal para agregar informações do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero em plataforma híbrida que agregue redes sociais em blog; (J) consultoria técnica de frameworks web 2.0 para desenvolver subsídios para especificação de desenvolvimento de código para implementação de interface que possibilite, por meio do portal, disseminação de dados e construção colaborativa na internet e (K) avaliação e monitoramento do projeto. A realização dessas atividades irá movimentar cerca de R\$ 600 mil e a entrega dos produtos está prevista para continuar ao longo de 2013 (o prazo de vigência do Projeto é 30/06/13). Também em 2012, a SPM retomou o Projeto “Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras”, parceria iniciada em novembro de 2010 com a ONU Mulheres e que viabilizará o aporte de US\$ 500 mil para apoio a iniciativas nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo das mulheres. O projeto tem prazo de vigência até 31/12/2013 e, no total, deverá envolver R\$ 3,2 milhões, incluídos os recursos da contrapartida nacional.

Meta: Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe

Análise Situacional da Meta: Em 2012 a SPM continuou envidando esforços no sentido do fortalecimento dos mecanismos regionais de políticas para as mulheres. No âmbito do Mercosul vale destacar a realização da primeira Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), ocorrida em Buenos Aires, Argentina, de 29 de maio a 1 de junho de 2012. A RMAAM surge como consequência do reconhecimento institucional e da importância atribuída ao tema da igualdade de gênero nos Estados Parte e no Mercosul e substitui a Reunião Especializada da Mulher (REM), criada em 1998.

Destaque-se a realização, sobre a Presidência Pro Tempore brasileira, da segunda RMAAM, em dezembro. O primeiro grande desafio da RMAAM é dar consequência à proposta Decisão nº 14/12 do Conselho do Mercado Comum que decide estabelecer uma política de igualdade de gênero no Mercosul e que solicita a RMAAM que elabore uma proposta nesse sentido, coordenando esforços com outros órgãos da estrutura institucional do Mercosul. No âmbito da Organização dos Estados Americanos (Comissão Interamericana de Mulheres), além da participação nas reuniões regulares do Comitê Diretor da CIM, que o Brasil integrou no biênio 2010-2012, merece destaque a realização da 36ª Assembleia de Delegadas da CIM (São José, Costa Rica, 29 e 30 de outubro de 2012), na qual foram discutidas e aprovadas modificações no Estatuto da entidade. Nessa Assembleia, a liderança da delegação do Brasil foi fundamental para que o documento político emanado da reunião, a Declaração de São José, reafirmasse direitos assegurados às mulheres em instrumentos internacionais já acordados, entre eles os previstos no Programa de Ação de Cairo. No âmbito da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, a SPM, na qualidade de presidente da Conferência, coordenou os trabalhos das duas reuniões da Mesa Diretora (a 47ª em maio, no Panamá e a 48ª em novembro, no Chile) e participou da 34ª Sessão da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (San Salvador, El Salvador, de 27 a 31 de agosto). Entre os pontos discutidos pelas reuniões da Mesa Diretora está a preparação da XII Conferência Regional, que acontece em Santo Domingo, República Dominicana, em outubro de 2013, e que

tem como tema central o empoderamento econômico, igualdade de gênero e tecnologias da informação e as comunicações.

Meta: Realizar 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, a SPM/PR realizou uma reunião do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos. A reunião ocorreu em 27 de junho de 2012.

Quantidade alcançada: 1

Data de Referência: 27/06/2012

Objetivo: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo de 2012, a SPM/PR promoveu a atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) para o período 2013-2015. A atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu-se a partir de um amplo e participativo processo. Partiu-se das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. Entre suas deliberações, decidiu-se pela atualização do II PNPM, tendo em vista a atualidade e pertinência de seus diagnósticos e ações. Houve intenso trabalho interno à SPM/PR na elaboração do PNPM 2013-2015, articulando as resoluções da 3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015; bem como um amplo processo para pactuar as 415 ações contidas no Plano com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM. Consolidada esta etapa, procedeu-se à nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais por meio de reuniões junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM.

As ações e objetivos do PNPM foram pactuados com todos os órgãos do governo federal que implementam políticas para as mulheres. Um importante espaço neste processo foi o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê é o espaço de articulação, acompanhamento e disseminação de conhecimento relativo às políticas para as mulheres e à construção da igualdade de gênero, viabilizando à SPM a execução de sua responsabilidade de coordenadora horizontal (ou transversal) da Política de Gênero no Governo Federal. Em 2012, ele foi reformulado e atualmente é composto por membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além de três representações do CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT e representações dos Organismos de Políticas para as mulheres dos Estados e Municípios. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o documento "Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais", que deverá ser publicado em 2013.

Também passou por adaptações o SigSPM, sistema de monitoramento do PNPM. Um novo módulo foi criado e será utilizado por todos os órgãos responsáveis por ações no PNPM

para o monitoramento e acompanhamento da implementação do PNPM. O PNPM 2013-2015 será lançado em 2013.

A SPM/PR vem trabalhando pela disseminação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) em todo o país, nos governos estaduais e municipais. A instalação de OPMs nos diversos níveis de governo reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres. Além disso, a existência de tais instâncias executivas permite maior efetividade das políticas públicas para as mulheres, na medida em que promove capilaridade e articulação federativa. Em 2012, atingiu-se a marca de 25 OPMs estaduais (incluindo o Distrito Federal) e 437 OPMs municipais. A SPM/PR vem realizando diversas atividades (como concessão de apoio financeiro para a instalação destas instâncias por meio da aprovação de 12 convênios e realização de encontro do Fórum de OPMs) com o objetivo de apoiar e fortalecer essas iniciativas. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o Guia de Implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, que deverá ser publicado em 2013. A SPM/PR também elaborou em 2012 um guia contendo orientações para a implementação de OPMs, que deverá ser divulgado no início de 2013.

Em 2013, o fortalecimento dos OPMs deverá ser uma das prioridades da SPM/PR. Uma estratégia para isso será a atuação junto às prefeitas eleitas e também com o conjunto de prefeitos/as eleitos/as, em encontro realizado em janeiro de 2013, organizado pela Secretaria de Assuntos Federativos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, principal instrumento de participação e controle social, manteve-se ativo em 2012, quando foram realizadas cinco reuniões ordinárias.

A produção de dados para subsidiar a formulação de políticas públicas avançou principalmente com a publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório, lançamento de editais de pesquisa sobre garantia dos direitos das mulheres e a política para a igualdade de gênero, e sobre a história e a memória do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A SPM/PR ainda vem avançando na implementação da Lei 12.227/2010, que instituiu o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), tendo articulado com a Casa Civil pela regulamentação infra-legal, estabelecido um grupo de trabalho inter-setorial para sua elaboração e contratado uma consultoria de suporte às atividades do grupo de trabalho.

Meta: Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Análise Situacional da Meta: Em 2011, segundo os dados do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), existiam no Brasil, 449 conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher. Em 2012, esse número passou a 487, o que representou um aumento de cerca de 9% em relação ao ano anterior.

Levantamento recente do CNDM identificou que já são 565 os conselhos estaduais e municipais em atividade no país, um acréscimo de 16% sobre os dados de 2012. Mantido esse ritmo, até 2015, o CNDM reunirá informações de mais de 700 conselhos estaduais e municipais, superando a meta proposta para o quadriênio 2012-2015.

Quantidade alcançada: 565

Data de Referência: 15/03/2013

Meta: Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional da Meta: Ao final de 2012, 437 municípios contavam com pelo menos uma instância executiva de políticas para as mulheres, dos quais 22 são capitais de estados. A SPM/PR tem apoiado a constituição de Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs por meio de apoio financeiro à instalação e compra de equipamentos. Além disso, no final de 2012 a SPM/PR iniciou a elaboração de guia com orientações para a constituição de OPM, que deverá ser distribuído a partir do encontro com os/as prefeitos/as eleitos/as em janeiro de 2013.

Quantidade alcançada: 437

Data de Referência: 26/11/2012

Meta: Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional da Meta: Sabemos que 1.043 municípios já contam com mecanismos de gênero (fonte: Ibge, Munic, 2009) e 870 municípios têm Conselhos Municipais de Políticas para as Mulheres em 2011 (fonte: Ibge)

De acordo com o IBGE, 193 municípios contam com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, sendo 80 com previsão legal e 113 sem previsão legal. A distribuição regional dos municípios com Plano é: 14 no norte, 74 no nordeste, 49 no sudeste, 38 no sul, 18 no centro oeste. (Fonte: Ibge, Munic, 2009).

Nosso levantamento aponta que recentemente as seguintes 26 prefeituras elaboraram ou estão elaborando Plano Municipal de Políticas para as Mulheres: Belém-PA, Belford Roxo- RJ, Boa Vista-RR, Campo Grande-MS, Campos de Goytacazes-RJ, Canoas-RS, Caruaru-PE, Caxias-RJ, Diadema-SP, Florianópolis-SC, Goiânia-GO, Imperatriz-MA, Jaboatão-PE, Jaguariúna-SP, Londrina-PR, Mesquita-RJ, Natal-RN, Niterói-RJ, Picos-PI, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Salvador-BA, São Gonçalo-RJ, São Luis-MA, São Paulo-SP, Sapiranga-RS.

Estima-se, portanto, 219 (=193 + 26) municípios com Planos.

Através de articulação política e com auxílio da publicação do "Guia de implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres" atingiremos a meta até 2015.

Quantidade alcançada: 219

Data de Referência: 13/11/2012

Meta: Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes

Análise Situacional da Meta: Houve avanços mediante esforços da SPM para articulação com os demais órgãos governamentais. Atualmente há sete órgãos governamentais com mecanismos de gênero no Governo Federal.

São eles:

- 1) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais/DPMR.
- 2) Ministério de Minas e Energia (MME): Comitê Permanente para as Questões de Gênero.
- 3) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS): Comitê Permanente para as Mulheres e Gênero.
- 4) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, Raça, Etnia, Pessoas com Deficiência e Combate à Discriminação.
- 5) Ministério da Saúde: Comitê Interno de Gênero.
- 6) Funai: Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais.
- 7) Ipea.

Através do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e com o auxílio da publicação do guia "Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais", pretende-se chegar já em 2013 a dez órgãos governamentais com mecanismos de gênero no âmbito do Governo Federal.

Quantidade alcançada: 7

Data de Referência: 13/11/2012

Meta: Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional da Meta: Em 2012, atingiu-se a marca de 25 estados (incluindo o DF) que contam com instância executiva de políticas para as mulheres.

Quantidade alcançada: 25

Data de Referência: 08/10/2012

Meta: Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional da Meta: Atualmente há 11 estados com Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres:

1. Amapá;
2. Amazonas;
3. Bahia;
4. Minas Gerais;
5. Pará;
6. Paraíba;
7. Pernambuco;
8. Rio de Janeiro;

9. Rio Grande do Norte;
10. Rio Grande do Sul;
11. Sergipe.

Estão em elaboração:

1. Distrito Federal;
2. Maranhão;
3. Mato Grosso do Sul;
4. São Paulo.

Através de articulação política e com auxílio da publicação do “Guia de implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres”, objetiva-se chegar aos 27 até 2015.

Quantidade alcançada: 11

Data de Referência: 13/11/2012

Meta: Avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)

Análise Situacional da Meta: As ações prioritárias do PNPM foram avaliadas em reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu três vezes em 2012: em 9 de maio, em 11 de setembro e em 6 de novembro. Em 2012, o PNPM foi atualizado para o período 2013-2015, face à 3ª Conferência e também considerando essas avaliações. Como resultado dessa meta, temos hoje o PNPM 2013-2015, documento que foi consolidado em novembro de 2012.

Para o PNPM 2013-2015, o Comitê foi ampliado justamente para refletir a crescente transversalidade da gestão da Política, passando a contar com onze novos órgãos governamentais. Assim, a partir de 2012, o Comitê passou a ter como membros efetivos 32 órgãos governamentais, além das três representações do Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT, e representações dos Organismos de Políticas para as Mulheres dos estados e municípios. Assim, desde a formulação, durante toda a sua implementação e também na avaliação do PNPM, estão envolvidos diretamente 32 órgãos governamentais, através do Comitê, garantindo a transversalidade em todas as fases do PNPM.

Meta: Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social

Análise Situacional da Meta: O sistema integrado de dados e indicadores de igualdade de gênero está sob a responsabilidade do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero.

A implementação das ações do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero tem como objetivo trazer uma perspectiva integral para o monitoramento da realidade das mulheres e da política para as igualdades de gênero; seja por meio do monitoramento de indicadores quantitativos, seja por meio de produção e disseminação de dados e estudos e pesquisas.

Os principais destaques para 2012 são:

- 1) Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (Lei 12.227/2010): Para garantir a implementação do Relatório, cujo objetivo é consolidar e divulgar um retrato sobre a realidade socioeconômica das mulheres, considerando um conjunto mínimo e suficiente de indicadores, o Observatório atuou em três frentes. A primeira delas diz respeito ao diálogo com a Casa Civil, para garantir sua regulamentação, em nível infra-legal. A segunda foi constituir uma institucionalidade intersetorial que por ele responda, tendo sido criado um Grupo de Trabalho permanente, de indicadores, coordenado pela SPM e integrado por IBGE e IPEA; tendo como convidados permanentes OIT, ONU mulheres, DIEESE e CNDM. A terceira foi a contratação de uma consultoria técnica para subsidiar a preparação de sua primeira edição. A expectativa é que tanto a regulamentação quanto a divulgação do 1º Relatório seja feita no primeiro semestre de 2013.
- 2) Publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório (tiragem média de 3.000 unidades), sendo um número especial (Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero, junho/2012) e um número ordinário (Ano II - Número 4, Dezembro/2012);
- 3) Publicação de três boletins “Observa Gênero” (n. 33, 34 e 35);
- 4) Alimentação do site do Observatório e contratação de um projeto de construção de uma plataforma digital para viabilizar a disseminação de dados e o diálogo social;
- 5) Implementação do Projeto Mais Poder e mais Direito para as Mulheres Brasileiras, parceria com sete ONGs feministas (SOS Corpo, Cfemea, Redeh, Geledés, Coletivo Leila Diniz, Cunhã, Instituto Patrícia Galvão) e resultante de uma doação do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), que tem como objetivo fortalecer o PNPM, a produção e a disseminação de dados pelo Observatório e fortalecer o movimento feminista e de mulheres;
- 6) Divulgação de dois editais de pesquisa, em parceria com outras áreas da SPM: Edital de pesquisa sobre garantia de direito das mulheres e a política para a igualdade de gênero, tendo como base o banco de dados da Ouvidoria; e Edital de pesquisa sobre a história e a memória do Conselho Nacional de Direito da Mulher.

A expectativa para 2015 é a normalização da atividade de produção e divulgação do RASEAM, tornando-se um relatório de referência para a disseminação de informações sobre a realidade socioeconômica das mulheres. Para que se possa falar de um sistema integrado de dados e indicadores, até 2015, o Observatório pretende garantir o funcionamento de sua nova plataforma digital, de modo a garantir a veiculação dos subsídios à formulação de políticas públicas, à participação e ao controle social. Além disso, pretende-se dar continuidade à parceria com IPEA, SEPPPIR e ONU-Mulheres, que permite produzir e disseminar a publicação “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, referência para a organização e divulgação de indicadores e estatísticas sobre a realidade das mulheres no Brasil.

Meta: Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR apoia, por meio do seu edital de seleção pública de convênios, ações de instalação e compra de equipamentos para os organismos governamentais de políticas para as mulheres. Em 2012, foram selecionadas e aprovadas doze propostas de convênios com o objetivo de fortalecer os organismos executivos de políticas para as mulheres.

Meta: Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários

Análise Situacional da Meta: O Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu três vezes em 2012: em 9 de maio, em 11 de setembro e em 6 de novembro. Os membros do comitê podem utilizar um sistema informatizado para monitoramento do PNPM. Trata-se do SigSPM, um subsistema do antigo SigPlan, construído a partir do Simec. É o atual sistema de acompanhamento do PNPM. Foram feitos ajustes no sentido de abrir um novo módulo, para o período 2013-2015, e alimentar esse novo módulo com o PNPM 2013-2015. Isso foi feito em novembro de 2012. Portanto, o SigSPM foi reestruturado e está sendo implementado. Alguns ajustes continuam sendo necessários, foram solicitados e estão aguardando atendimento pelo Serpro. O SigSPM será utilizado em conjunto com o SIOP.

Meta: Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional da Meta: Em junho de 2012 foi realizado encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, ocasião em que foi apresentada e aprovada proposta de nova organização do Fórum. A realização do segundo encontro ocorreu em outubro. A segunda reunião, entretanto, foi realizada somente com os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres. A discussão pautou-se na troca de experiências entre as participantes e os principais desafios para a institucionalização de organismos de políticas para as mulheres nos municípios.

Meta: Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram realizadas 3 reuniões com o Comitê de Gênero e Uso do Tempo - CGUT, 2 reuniões com o Comitê Operacional do CGUT - responsável pela organização da Conferência da International Association for Time Use Research - IATUR 2013 e um seminário sobre uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável. O seminário contou com a participação de todas as instituições do CGUT e de outras instituições nacionais e internacionais.

Meta: Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional

Análise Situacional da Meta: Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional é tarefa do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, que tem avançado bastante nessa direção, com publicação de boletins, publicação da Revista Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, contratação de consultores para desenvolvimento de pesquisas e estudos, dados e indicadores, principalmente no que diz respeito ao Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (instituído pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010). Os indicadores e as publicações (boletins, revistas e outros) estão disponíveis no endereço: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>. Para realizar

estudos e diagnósticos, foi instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República SPM/PR, o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, de caráter permanente, com o objetivo de contribuir para a definição e análise de indicadores que permitam a elaboração e divulgação do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM, instituído por meio da Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010. O Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas, tem como escopo: gerar subsídios para a elaboração e divulgação do RASEAM; fomentar a elaboração de indicadores e dados sobre a igualdade de gênero e a garantia de direitos das mulheres, incorporando, quando cabível, as perspectivas de raça, etnia, orientação sexual, geracional e outras desagregações que considerem as mulheres em sua diversidade; promover a análise de estatísticas e dados que suportem diagnósticos sobre a igualdade de gênero e a política para as mulheres, tendo como referência as temáticas, ações e prioridades do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e subsidiar a construção e alimentação de banco de dados de acesso público. Integram o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores representantes dos seguintes órgãos: Secretaria de Políticas para as Mulheres, que o coordena, com 5 (cinco) representantes titulares e 5 (cinco) representantes suplentes; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Podem integrar também o Grupo de trabalho, na qualidade de convidadas permanentes: ONU-Mulheres; Organização Internacional do Trabalho - OIT; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos DIEESE. Podem participar das reuniões do Grupo de trabalho, na qualidade de convidados/as, representantes de outros Ministérios e entidades, além de especialistas nos temas afetos às atribuições do grupo. A criação deste GT foi formalizada pela Portaria nº 119, de 26 de setembro de 2012.

Meta: Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

Análise Situacional da Meta: O Documento foi produzido e publicado no sítio da SPM.

Meta: Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres

Análise Situacional da Meta: O Documento foi produzido e publicado no sítio da SPM.

Meta: Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem assento na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no Grupo de Trabalho intitulado Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional, fóruns onde são tratados os temas transversais que relacionam a redução da pobreza, a segurança alimentar e nutricional, a incorporação da perspectiva de Gênero na elaboração e implementação das políticas públicas e a garantia dos princípios de igualdade, autonomia e liberdade das mulheres. Além das atividades desses Colegiados, em 2012, entre os dias 4 e 6 de dezembro, a SPM participou do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), organizado pelo Conselho Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A iniciativa deflagrou as bases para a constituição de uma rede de pesquisadores e discussão de proposta de agenda de pesquisa, a ser lançada para consulta pública em 2013.

Meta: Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)

Análise Situacional da Meta: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 2012, promoveu cinco reuniões ordinárias com o pleno composto por conselheiras governamentais e sociedade civil. Dentre as deliberações estão os calendários de reuniões, a criação da categoria de conselheira emérita e da coordenação-geral do CNDM. Das reuniões resultaram também a reativação das Câmaras Técnicas, encarregadas das temáticas de quatro grandes eixos: Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, Orçamento e Planejamento, Assuntos Internacionais e Legislação e Normas. No decorrer do ano, foram iniciadas as atualizações dos dados dos conselhos estaduais e municipais, foi atualizado o portal do CNDM constantemente, o projeto memória do CNDM, instaurada a biblioteca e realizadas transmissões, ao vivo, das reuniões do pleno.

Para o ano de 2013, as metas estabelecidas pelo CNDM consistem na elaboração de um plano de comunicação, na manutenção das atividades de atualização do banco de dados, na continuidade ao projeto memória do CNDM, na elaboração do calendário de reuniões do pleno e das câmaras técnicas e na ampliação da capacidade da equipe responsável pelas atividades do Conselho Nacional.

Meta: Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3ª CNPM

Análise Situacional da Meta: O PNPM 2013-2015 é o resultado do PNPM revisto e atualizado à luz da 3ª Conferência.

O Capítulo 1, "Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica", por meio de suas ações, tem como objetivo promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres, enfrentar a desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

O Capítulo 2, "Educação para Igualdade e Cidadania", visa consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, além de promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade.

O Capítulo 3, "Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos", tem por objetivo promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, bem como os demais direitos legalmente constituídos e ampliando o acesso a meios e serviços de promoção, prevenção e assistência da saúde integral da mulher em todo o território brasileiro.

O Capítulo 4, "Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres", dedica-se a reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres.

O Capítulo 5, “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão”, visa fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão.

O Capítulo 6, “Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social”, intenta incentivar o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres em todas as suas especificidades e diversidades, considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais; democratizando o acesso aos bens da natureza e aos equipamentos sociais e serviços públicos.

O Capítulo 7, “Direito a terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta”, tem por objetivo promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais, com garantia do acesso a terra, a bens, a equipamentos e a serviços públicos.

O Capítulo 8, “Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia”, visa contribuir para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, além de promover o acesso das mulheres aos meios de produção cultural e a inserção igualitária nos esportes. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, o acréscimo da abordagem das questões de gênero nos esportes.

O Capítulo 9, “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia”, objetiva instituir políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e ao preconceito bem como o enfrentamento às discriminações baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

O Capítulo 10, “Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência”, traz ações para garantir o protagonismo das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência na elaboração, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas bem como seu acesso a equipamentos e serviços públicos. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, a inclusão das questões relacionadas às mulheres com deficiência.

Além dos dez capítulos, há também há preocupação com a gestão e o monitoramento do PNPM, com ações que visam implementar, acompanhar e monitorar o referido Plano, mediante integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. Para tanto, o PNPM conta com o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que se constitui como um espaço fundamental para implementação da gestão por transversalidade, garantindo a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas dos órgãos governamentais.

Objetivo: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A SPM/PR realiza uma série de atividades e campanhas de sensibilização da sociedade com relação aos direitos das mulheres, em diversas áreas. Em 2012, a SPM/PR reestruturou sua assessoria de comunicação, promovendo estratégias de alcance do público por meio de diversas mídias e meios de comunicação, abordando temas

amplos como o desenvolvimento sustentável e a autonomia das mulheres, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outras ações visam à formação em políticas públicas de lideranças de movimentos de mulheres e feministas. Em 2012, foram iniciadas as primeiras articulações para o desenvolvimento de capacitações e formações até 2015 envolvendo mulheres jovens e indígenas. Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR redefiniu sua estrutura criando a Coordenação da Diversidade, que ficará responsável pela articulação de políticas voltadas para alguns desses grupos. A nova área terá um papel importante na articulação dessas ações.

Meta: Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.

Análise Situacional da Meta: As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013. Entretanto, em dezembro de 2012, a SPM/PR e a Fundação Nacional do Índio realizaram uma oficina com representantes mulheres dos diferentes povos indígenas. A oficina teve o objetivo de construir um plano de trabalho para assegurar a diversidade, a especificidade e as prioridades de atendimento das demandas indígenas, observando a participação e o diálogo permanente.

Meta: Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas

Análise Situacional da Meta: A SPM/PR, em parceria com MCTI, MDA e CNPq, executa o Programa Mulher e Ciência. Entre suas ações, encontra-se o financiamento de pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos, apoiando a atividade de mulheres cientistas e pesquisadoras. As ações de campanha serão realizadas a partir de 2013, integradas às ações desenvolvidas pelo MCTI e MEC.

Meta: Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.

Análise Situacional da Meta: Durante 2012, a SPM/PR e a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral/PR (SNJ/SG/PR) se articularam para a realização desta atividade. Foi elaborada a ementa da jornada e a primeira edição deverá ser realizada no primeiro semestre de 2013. Para a primeira edição, há previsão de formação de 120 jovens mulheres. A SPM/PR, por meio da Coordenação Geral da Diversidade, integra também o Grupo de Trabalho da SNJ de mulheres jovens que tem como um dos seus objetivos levantar e debater as lacunas e desafios para as políticas para as mulheres jovens no governo federal e construção conjunta de um plano de ação para a realização destes seminários.

Meta: Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros

Análise Situacional da Meta: Relativamente ao cumprimento desta meta, além das campanhas e ações direcionadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, cabe destacar uma primeira campanha, com produção e veiculação pro bono, pela Globo, do comercial “Mulheres na Construção Civil”. O comercial, produzido sem ônus, decorreu

da articulação da SPM com a Central Globo de Produção, via sua área de Responsabilidade Social, com veiculação em 2012. O comercial, estrelado por uma das “maridas” da novela Fina Estampa, mostra que as mulheres estão desempenhando funções até então exclusivamente masculinas. E as conclama a se capacitarem para esses novos campos profissionais, via os cursos do Pronatec. O filme, pela primeira vez, traz assinatura não só da Globo, como usual, mas também do Governo Federal (SPM e Brasil Sem Miséria/ Pronatec). Além da veiculação gratuita, a emissora cede ainda cópia sem sua assinatura para que o Governo busque veiculação em outras TVs.

Outra iniciativa importante foi a produção e veiculação, também pro bono, pela colaboração do grupo português de comunicação TheStreet, em TVs de 1260 ônibus urbanos. O BusTV, desde 18/10/12, veicula diariamente vídeomatérias do interesse das mulheres em 1260 ônibus distribuídos por algumas das principais capitais do país. O Minuto Mulher estreou em 318 linhas de São Paulo, 181 de Brasília, 107 de Belo Horizonte, 80 de Salvador e 29 de Sorocaba, interior paulista. Os 60 minutos de programação total diária, com temas que se alternam a cada 15 ou 20 dias, são exibidos em horários de pico, para otimizar a audiência. O total calculado é de um milhão de impactos/dia. Os temas são definidos em conjunto com a SPM, em especial os que tratam do enfrentamento à violência contra as mulheres. Como ação de responsabilidade social da agência, não há custo para a SPM nem de produção nem de divulgação.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 01/11/2012

Meta: Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens

Análise Situacional da Meta: O Dia Internacional da Mulher é um marco nas reivindicações e na luta das mulheres por igualdade. Em 2012, além da campanha realizada para mostrar casos de mulheres que protagonizaram experiências bem sucedidas e reconhecidas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Mulheres+Mais), a SPM implementou uma vasta programação que denominou “Março-Mulher” e incluiu a Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A presidenta Dilma Rousseff participou e recebeu o Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, ao lado de Ana Alice Alcântara Costa, Eunice Michiles Malthy, Maria Prestes e Rosali Scalabrin. O prêmio é concedido anualmente pelo Senado às personalidades que contribuíram para a ampliação do espaço da mulher na sociedade. Além dessa atividade, a agenda de comemoração incluiu: a repactuação do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres com o Distrito Federal; o Seminário em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher, onde foi realizado o lançamento do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012 - “Igualdade de Gênero e Desenvolvimento”; a solenidade de Assinatura do Acordo de Cooperação: Cidadania e Autonomia para as Mulheres Rurais; a entrevista da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, ao programa Bom Dia Ministro, ao vivo, para emissoras de rádio de 15 estados e transmissão em tempo real pela TV NBr; a entrega do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, iniciativa que valoriza pequenos negócios e negócios coletivos dirigidos por mulheres empreendedoras; o ato-show de Maria Bethânia “Autonomia econômica e desenvolvimento sustentável”; o encerramento do Curso Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero com ênfase em Políticas para as Mulheres Rurais e Segurança Alimentar que reuniu especialistas

em segurança alimentar de 30 países da África, do Oriente Médio e da Ásia e a solenidade de Assinatura de Convênios do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres com o Estado da Paraíba, com o anúncio de investimento de R\$ 2,5 milhões na rede de atendimento às mulheres daquele estado. Iniciativas semelhantes repercutiram por todo o país, apoiadas pela SPM. As iniciativas de planejamento das atividades comemorativas de 2013 já tiveram início e deverão resultar em programação de eventos de igual densidade.

Meta: Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi criada a Coordenação da Diversidade, que terá como uma de suas atribuições a proposição e implementação de políticas para mulheres jovens. A realização de campanhas deverá ser iniciada a partir de 2013.

Meta: Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

Análise Situacional da Meta: As atividades deverão ser iniciadas a partir de 2013. Ademais, a SPM/PR lançou junto com o Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres a nova edição do caderno Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso.

Meta: Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

Análise Situacional da Meta: A Campanha pelos 16 dias de Ativismo está construída com base nas atividades desenvolvidas na “Campanha Compromisso e Atitude - a Lei é mais Forte”. Assim, uma série de ações estaduais envolvendo o Poder Executivo e o sistema de justiça está em andamento, especialmente nos estados de SE, MA, AL, MG, PB, BA, ES, SC, RO, RJ, PA e AC. Alguns outros estados estão com lançamentos agendados.

A campanha ocupou, em novembro de 2012, tevês abertas, fechadas, segmentadas e pública (NBR), grandes portais empresariais e o Portal Brasil do governo federal. Compõe-se do filme “Mãos”, lançado em agosto e agora atualizado, banners, mídias e peças locais como balão de gás (o chamado “blimp”, instalado junto à sede da SPM em Brasília), adesivos de carro, bottons e folhetos.

As ações estenderam-se também por lan houses, TVs de metrô em São Paulo e Brasília e na chamada BusTV (monitores de ônibus que exibem a programação exclusiva) em linhas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Fortaleza, Aracaju, Recife e João Pessoa.

A Petrobras e o Instituto Avon aderiram à Campanha e estão realizando várias ações voltadas para o tema.

Meta: Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico

Análise Situacional da Meta: Foi realizado, em outubro de 2012, o Seminário sobre uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável, que teve duração de 2 dias e contou com a parceria da Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL e do Comitê de Gênero e Uso do Tempo - CGUT. Em abril, em razão das comemorações do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a SPM realizou a mesa redonda "Valorização da Trabalhadora Doméstica e Ampliação de Direitos", que contou com a Seppir e a Fenatrad, entre outros.

Objetivo: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A criação e o fortalecimento de Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência são objetivos centrais do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Nesse sentido, o atendimento qualificado e a produção de dados que gerem informações estratégicas para expansão e aprimoramento da política foram pontos norteadores das atividades desenvolvidas em 2012.

Houve expansão da rede de atendimento, com a criação de serviços e a expansão geográfica da política.

Houve a criação do GT de dados e Sistema de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está trabalhando na uniformização dos dados coletados e na criação de um sistema informatizado para coleta desses dados.

Meta: Ampliar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o atendimento internacional.

Análise Situacional da Meta: A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 já atingiu mais de três milhões atendimentos desde a sua criação. Corroborado pela decisão do Supremo Tribunal Federal, o Ligue 180 passa por um processo de implementação de uma antiga demanda para aumentar seu escopo e transformá-lo também em uma Central de recebimento e encaminhamento de Denúncias. De janeiro a dezembro de 2012 realizaram-se 732.468 atendimentos. Desses, 88.685 se referiam a denúncias de violência, majoritariamente violência física (50.236) e 270.084 foram solicitações de informação sobre rede de serviço, sobre leis, etc. Houve ainda 128.256 registros de solicitações sobre a rede de serviços especializados, 245.443 registros de reclamações, elogios, sugestões e telefonia. Houve mais de 20 denúncias de tráfico internacional de pessoas. Em uma delas conseguiu-se desmantelar uma quadrilha internacional de tráfico de mulheres que operava em Ibiza, Espanha.

De forma a alcançar brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve, no final de 2011, a ampliação da área de atendimento da central, que passou a abranger Portugal, Itália e Espanha. De janeiro a dezembro de 2012, a Central recebeu 179 atendimentos internacionais.

Meta: Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.

Análise Situacional da Meta: Houve crescimento da Rede Especializada de Atendimento à Mulher, que hoje conta com 973 serviços (eram 945 no final de 2011). Atualmente existem: 381 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 121 Núcleos especializados em delegacias comuns, 219 Centros Especializados de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 58 Defensorias Especializadas, 29 Promotorias Especializadas, 45 Juizados Especializados e 48 Varas especializadas. Em comparação com 2007, ocasião do lançamento do Pacto, quando havia 593 equipamentos oferecidos, verifica-se que o número de serviços especializados aumentou 65,3%.

Quantidade alcançada: 973

Data de Referência: 17/10/2012

Meta: Apoiar e articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011.

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Enfrentamento à Violência tem trabalhado na elaboração, articulação e coordenação de protocolos, fluxos e procedimentos a serem observados em sua rede de atendimento. Por isso, participa do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME. O Comitê discute protocolos, fluxos e procedimentos que envolvem o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Segurança Pública. A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê.

Meta: Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.

Análise Situacional da Meta: A integração e articulação da Rede Especializada de Atendimento com outros programas governamentais são cruciais para qualificação e ampliação do atendimento. Neste ano, foi trabalhada a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento, por exemplo, com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica. Também foi construída integração das mulheres atendidas pela Rede com o sistema de Justiça, como Defensorias Públicas, Promotorias e Tribunais, especialmente por meio da Campanha Compromisso e Atitude.

Meta: Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.

Análise Situacional da Meta: O enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, tem sido construído de forma a integrar os serviços disponibilizados pela Rede Especializada de Atendimento. Houve articulação da SPM na implementação da Estratégia Nacional de Fronteiras para ações de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência que se encontram em maior vulnerabilidade nas regiões de fronteira.

Outra medida foi o fortalecimento da rede de serviços na região de Pacaraima (estado de Rondônia), onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Este serviço foi entre a SPM/PR e o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero da Venezuela. Também resultado de pacto firmado entre os dois Ministérios, tem-se a criação de um Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Instituído em 22 de junho de 2012, data também da inauguração do Centro Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, o Comitê Binacional tem como atribuições monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países. O Comitê se reúne de forma rotativa em Pacaraima (RR) e em Santa Elena (Venezuela).

Meta: Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

Análise Situacional da Meta: Em 2012, houve incremento de 21 Centros Especializados de Atendimento à Mulher.

Quantidade alcançada: 21

Data de Referência: 31/12/2012

Meta: Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

Análise Situacional da Meta: Atualmente computa-se que os serviços da rede estejam presentes em mais de 10% dos municípios brasileiros. O objetivo atual é desenvolver uma metodologia que consiga medir o quantitativo desses municípios de forma fidedigna, conseguindo apurar e monitorar o quantitativo de serviço existente em cada município brasileiro.

Meta: Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e questões da violência contra as mulheres.

Análise Situacional da Meta: No tocante aos operadores do Direito, foram capacitados: 80 profissionais na VI Jornada pela Lei Maria da Penha; 250 pessoas no IV Fonavid; 300 pessoas no Encontro de DEAMs; e 240 pessoas no III Encontro Nacional do Ministério Público.

Já os profissionais da Rede de Atendimento, foram capacitados, por estado: AL - 1.141 profissionais; MA - 1.140 profissionais; RJ - 445 profissionais; SE - 470 profissionais; PE - 1.070 profissionais, PB - 2.500 profissionais, BA - 142 profissionais, AM - 620 profissionais, DF - 150 profissionais.

Quantidade alcançada: 8.548

Data de Referência: 10/12/2012

Meta: Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.

Análise Situacional da Meta: Em relação ao final de 2011, o número de casas abrigo se manteve constante em 2012. Neste ano foi avaliada a política e as normas técnicas de

abrigo. Foi analisado que os serviços de abrigo devem ser a última medida de enfrentamento à violência contra as mulheres, depois de já esgotadas as outras possibilidades de serviços e ações para o combate à violência, como por exemplo, as medidas protetivas de urgência. Dessa forma, verifica-se que a manutenção do número de casa abrigo é um indicador positivo da política, justamente por não se ter a intenção de ampliar esse serviço em escalas exponenciais, mas investir em outras possibilidades de atuação. O aumento dos serviços se dará caso seja verificada a sua necessidade.

Meta: Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Análise Situacional da Meta: Entre janeiro e outubro de 2012, houve incremento de 17 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Quantidade alcançada: 17

Data de Referência: 31/10/2012

Meta: Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.

Análise Situacional da Meta: Os serviços especializados de atendimento às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual são operacionalizados pelo Ministério da Saúde. A SPM contribui para a ampliação dos serviços por meio de articulação e de recursos financeiros destinados ao aparelhamento desses serviços no âmbito dos Institutos Médicos Legais.

Hoje existem 233 serviços, sendo Hospitais, Policlínicas, Maternidades, dentre outros, com atendimento à violência sexual.

Por estado estes serviços têm os seguintes números: AC - 4 serviços; AL - 2 serviços; AM - 5 serviços; AP - 1 serviço; BA - 2 serviços; CE - 3 serviços; DF - 14 serviços; ES - 2 serviços; GO - 6 serviços; MA - 4 serviços; MG - 7 serviços; MS - 1 serviço; MT - 1 serviço; PA - 3 serviços; PB - 5 serviços; PE - 7 serviços; PI - 1 serviço; PR - 19 serviços; RJ - 14 serviços; RN - 2 serviços; RO - 1 serviço; RR - 1 serviço; RS - 7 serviços; SC - 8 serviços; SE - 1 serviço; SP - 107 serviços e TO - 5 serviços.

Meta: Formalizar parcerias no âmbito do governo federal para a integração das Redes de Atendimento com os sistemas de políticas sociais.

Análise Situacional da Meta: Foi promovida a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento, por exemplo, com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica. Também foi construída integração das mulheres atendidas pela Rede com o sistema de Justiça, como Defensorias Públicas, Promotorias e Tribunais, especialmente por meio da Campanha Compromisso e Atitude.

Meta: Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

Análise Situacional da Meta: Para que a Rede Especializada de Atendimento tenha maior informação sobre as mulheres atendidas, a Secretaria de Enfrentamento à Violência vem

trabalhando na construção de um registro administrativo unificado. O objetivo é ter mais conhecimento sobre o histórico da mulher, colher dados mais completos e evitar a revitimização. Neste sentido, foi criado um GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto com o objetivo de definir quais informações devem ser coletadas, de que forma devem ser coletadas e como devem ser trabalhadas. Esse Processo é o primeiro passo na efetivação do Sistema Nacional de Dados sobre a Violência.

A SPM tem participado do Grupo de Trabalho para elaboração de Metodologia Integrada de Informação (Estatísticas Criminais) sobre tráfico de pessoas para o Sistema de Segurança Pública e Justiça - GT Dados Criminais. Essa ação se articula com os esforços de melhoria dos registros administrativos da Rede de Atendimento.

Meta: Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.

Análise Situacional da Meta: A implantação do Sistema Nacional de Dados sobre a Violência tem como primeiro passo a construção do registro administrativo unificado, cujo trabalho foi iniciado com o GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto.

Meta: Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.

Análise Situacional da Meta: A Rede de Atendimento será ampliada com um novo serviço: as Unidades Móveis para atendimento das mulheres do campo e da floresta. Em 2012, esta antiga demanda do movimento social ganhou corpo. O Termo de Referência relativo à aquisição das unidades móveis está em fase final de elaboração e estima-se que o Edital de Licitação seja lançado no início de 2013.

Meta: Induzir, articular e coordenar a elaboração de protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público.

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Enfrentamento à Violência também tem trabalhado na elaboração, articulação e coordenação de protocolos, fluxos e procedimentos de atendimento. Por isso, participa do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME. O Comitê discute protocolos, fluxos e procedimentos que envolvem o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Segurança Pública. A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê.

Meta: Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Política para as Mulheres compõe a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos e com o Ministério da Justiça. As principais funções dessa coordenação são: (i) liderar a arquitetura dos atores organizados em torno da gestão integrada de enfrentamento ao tráfico de pessoas; (ii) monitorar os trabalhos da agenda estratégica de enfrentamento ao tráfico de pessoas no país, gerando ações necessárias; (iii)

realizar a gestão do fluxo de informações geradas para subsidiar a tomada de decisões e a transparência pública sobre o tema.

Essa coordenação foi responsável pelo desenho do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se deu através de um processo amplo e intenso de participação social, em parceria com órgãos do governo federal, com os demais Poderes e com os entes federados.

O II PNETP foi publicado por meio do Decreto nº 7.901, de 04 de fevereiro de 2013. Prevê a criação do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação, também de coordenação tripartite, com o objetivo de monitorar e avaliar o II Plano Nacional, por meio da adoção de mecanismos capazes de acompanhar a implementação das ações previstas no quadriênio 2012-2015. Como parte dos atores membros da gestão integrada, tem entre suas atribuições específicas: (i) a produção de análises e avaliações sobre o progresso do II PNETP para subsidiar a tomada de decisões e (ii) a produção de recomendações para a gestão da implementação do II PNETP.

No seu papel de receber, analisar e compartilhar as informações de progresso e as dificuldades para implementar o II PNETP, compreende-se que o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP é a fonte principal de subsídios informativos e analíticos sobre o progresso das ações das políticas de Estado que orientarão as decisões estratégicas dos demais atores membros da gestão integrada.

O interesse maior é integrar os serviços existentes que fazem atendimentos de enfrentamento ao tráfico de pessoas aos serviços já existentes que atendem às mulheres em situação de violência. Dessa forma, acredita-se que a rede seja ampliada e fortalecida, promovendo um atendimento adequado a quem necessitar dos mesmos.

Meta: Participar do Grupo de Trabalho de monitoramento do Sistema de Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos na rede de saúde pública e privada.

Análise Situacional da Meta: A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME.

Meta: Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.

Análise Situacional da Meta: Em 2012 todas as 195 atendentes receberam capacitação referente à sondagem da situação no momento do atendimento, visando melhoria na coleta dos dados questionados. Nas oficinas, foram debatidas as estatísticas geradas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, sua importância e sua relação direta com um preenchimento minucioso dos dados no sistema de informação utilizado na Central. A capacitação em dados, informações estatísticas e preenchimento do sistema utilizado foi realizada pela própria SPM.

Em novembro foi realizada capacitação para as atendentes sobre o tráfico de pessoas, que contou com a participação de representantes do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, da Polícia Federal e de ONGs.

Com relação às mulheres indígenas, do campo e da floresta, negras e lésbicas pretende-se que, que além dos conteúdos padrões que são trabalhados para a formação das atendentes, sejam aprofundados, para o próximo ano, os entendimentos acerca das vulnerabilidades das diferentes mulheres que são vítimas de violência, de forma que a atendente passe a conhecer o tema e tenha condições de acolher e colher informações a respeito destas especificidades no momento do atendimento.

Objetivo: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é um acordo federativo que une União, Estados, DF e municípios. O ano de 2012 deu continuidade ao processo de Repactuação, ou seja, a reafirmação do compromisso dos entes federativos com o enfrentamento à violência. Essa nova rodada de pactuações ressalta a responsabilidade e o compromisso do sistema de justiça, os inserindo como signatários do Pacto. Em 2012, os estados de Amazonas e Distrito Federal tiveram sua repactuação concluída. Todos os demais estados (a exceção do Espírito Santo e Paraíba, que repactuaram em 2011) estão com processo de planejamento em andamento. A SPM tem acompanhado e assessorado todo esse processo.

A Campanha Compromisso e Atitude, lançada em agosto de 2012, consolida o esforço de integração com o sistema de Justiça, focando a responsabilização dos agressores de mulheres no país.

A Central de Atendimento Ligue 180 qualificou suas atendentes para atendimento as mulheres em situação de tráfico de pessoas, assim como foi inaugurado o serviço binacional com o governo da Venezuela. Da mesma forma, foram assinados acordos e protocolos, no esforço conjunto de fortalecer e garantir direitos das mulheres.

Meta: Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.

Análise Situacional da Meta: No que tange à definição de prioridades de políticas para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho.

Meta: Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.

Análise Situacional da Meta: As Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais foram criadas pela Resolução 128 do CNJ.

Em 22/09/2011, havia 10 Coordenadorias já criadas (AC, AP, BA, ES, MA, MT, PE, RJ, RN e RO).

Hoje, existem em todos os estados e no DF.

Meta: Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.

Análise Situacional da Meta: Entre janeiro e outubro de 2012, houve incremento de 16 Núcleos ou Defensorias Especializadas.

Meta: Contribuir para o aumento do número de Juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Análise Situacional da Meta: Em dezembro de 2012 registrou-se 45 Juizados e 51 Varas Especializadas. A SPM tem promovido discussões junto ao Sistema de Justiça para que sejam criados novos Juizados ou Varas Especializadas. Uma das articulações para a criação de mais serviços foi o lançamento da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é Mais Forte.

Meta: Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.

Análise Situacional da Meta: Em 2012 registraram-se 29 unidades desses serviços. Em 2007, ocasião do Lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres eram apenas 7 serviços. Todavia, verifica-se a necessidade de aumentar o quantitativo desse serviço e, para tanto, a SPM tem proposto discussões e articulações junto ao Ministério Público para que novas Promotorias ou Núcleos Especializados sejam criados em 2013. Uma das articulações para a criação de mais serviços foi o lançamento da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é Mais Forte.

Meta: Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.

Análise Situacional da Meta: Os números de medidas protetivas e de processos julgados são contabilizados e divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça. Dados de 2010 a dezembro de 2011 informam que foram realizadas 26.410 prisões em flagrante de agressores contra as mulheres; 4.146 prisões preventivas (daqueles que não cumpriram a ordem de restrição com a medida protetiva); e 685.905 processos distribuídos nas Varas e Juizados de Violência.

No entanto, o acompanhamento e compilação dos dados obtidos nem sempre são realizados à contento. Frente a isso, verifica-se a necessidade de unir esforços por parte dos órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha para se verificar o cumprimento dos processos julgados e demais mecanismos que previnam a violência, como as medidas protetivas.

Com esse fim, foi lançada a campanha Compromisso e Atitude – a Lei é mais Forte, que une esforços da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça,

do Ministério Público, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais. Este envolvimento integrado do Poder Executivo e do Sistema de Justiça tem como meta dar uma resposta rápida e qualificada para os casos de violência contra a mulher, fortalecendo a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e a responsabilidade dos órgãos. Um dos objetivos desta Campanha é acompanhar o quantitativo das medidas protetivas e dos processos julgados para, além de possuir dados fidedignos desses registros, se verificar a aplicabilidade da Lei e combater a impunidade com a responsabilização do agressor.

Meta: Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos.

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, a temática do enfrentamento a violência contra as mulheres e da Lei Maria da Penha foi inserida no conteúdo do concurso para Analista de Políticas Sociais e no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

A temática também já compõe a matriz curricular dos cursos de formação para Policiais Civis e Militares.

Meta: Promover campanhas e ações educativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, principalmente direcionadas para os territórios da cidadania, áreas deflagradas, municípios-polo, regiões de fronteira seca e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Análise Situacional da Meta: A ação educativa referente ao projeto 'Mulheres da Paz', do Ministério da Justiça, busca capacitar mulheres que vivem em lugares de vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Esse projeto compôs um Grupo de Trabalho que como produto final terá a reformulação da proposta metodológica de implantação do Programa.

Celebrou-se, também, Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho para definir prioridades de políticas, incluindo campanhas e ações educativas, para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Meta: Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

Análise Situacional da Meta: Em comemoração aos 6 anos da Lei, aconteceu, nos dias 7 e 8 de agosto deste ano, visando fortalecer as instituições e pactuar Normas de Atendimento às Mulheres de acordo com a Lei, o II Encontro Nacional de Delegadas(os) das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), que contou com a participação de 279 delegadas(os) de todas as unidades de federação.

Durante o Encontro, foi lançada a campanha 'Compromisso e Atitude – a Lei é mais Forte', que une esforços da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais. Este

envolvimento integrado do Poder Executivo e do sistema de justiça tem como meta dar uma resposta rápida e qualificada para os casos de violência contra a mulher, fortalecendo a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e a responsabilidade dos órgãos.

Como frutos da primeira fase da Campanha, que contou com veiculação midiática, computaram-se vários resultados positivos. Na mídia online houve mais de 44 milhões de acessos, mais de 2 milhões de interações com o banner da campanha; mais de 90 mil visualizações dos vídeos e mais de 11 milhões usuários únicos. Já na mídia off line, a Campanha alcançou 14 emissoras de TV fechadas, 3 emissoras exclusivamente jornalísticas e obteve cerca de 207 inserções, ou seja, exibições, matérias, ou algum tipo de veiculação. Com isso, mais de 3 milhões de pessoas do público alvo e mais de 19 milhões de pessoas, em geral, foram atingidas. No cinema, foram feitas divulgações em 1 sala por complexo de todas as empresas exibidoras, nos nove mercados aferidos. Assim, alcançou-se um total de 115 inserções, sendo 20 mil pessoas do público alvo e cerca de 94.600 do universo geral.

O início da segunda fase da campanha foi marcado pela realização de seminários e lançamentos nas unidades federativas. O primeiro lançamento foi no Estado do Espírito Santo e, até dezembro seguiu-se, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná.

A campanha se articula com o 'Brasil Mais Seguro', do Ministério da Justiça, no sentido de construir um recorte de gênero nas ações do Programa. O objetivo da articulação é induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focando na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário e Ministério Público) no enfrentamento à violência contra a mulher.

Além das campanhas, outras ações e parcerias inovadoras se deram no âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2012 o Ministério da Previdência firmou convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres para entrar com ações regressivas nos casos de aposentadorias ou pensões causadas pela violência doméstica. Com isso, passou a ocorrer a responsabilização do agressor, eximindo o Estado dos custos desse tipo de violência.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), juntamente com o Instituto Maria da Penha e a SPM, lançaram a cartilha 'Quanto custa o machismo?' que, entre outros assuntos reúne informações sobre a Lei nº 11.340/06, enumera benefícios e serviços do INSS que podem ser requeridos em caso de violência doméstica praticada contra a mulher e esclarece mitos e fatos sobre o tema.

Com parceria da SPM e patrocínio da Petrobras, Petrobras Distribuidora e MAN Latin América, foi realizado em 2012 a 6ª Caravana Siga Bem, a maior ação de promoção e responsabilidade social itinerante da América do Sul. O público alvo da Caravana são os caminhoneiros, mas alcança um grupo muito maior. A Caravana Siga Bem realiza diversas atividades de responsabilidade social como a campanha do Siga Bem Mulher, que envolve ações de conscientização alertando sobre como prevenir e eliminar a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Neste ano, o projeto partiu da cidade de São Paulo, percorreu 18,5 mil quilômetros e passou por 45 cidades, em 18 estados brasileiros. Para mobilizar os caminhoneiros, foram distribuídos folhetos e adesivos e realizadas palestras ministradas por agentes regionais de enfrentamento à violência contra a mulher. Estas palestras contaram com a participação, durante os seis meses da caravana, de um público recorde de 4,5 mil pessoas.

Objetivo: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo: A articulação do sistema de Justiça, buscando abarcar suas várias dimensões quanto ao enfrentamento à violência contra a mulher, foi o foco das atividades realizadas em 2012.

Foram realizadas articulações com os órgãos responsáveis pelas mulheres em situação de prisão, pelo tráfico de pessoas, com os envolvidos na Reforma do Código Penal, com a CPMI de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, realizou-se o encontro de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs, buscou-se a integração do Judiciário para efetivação da Lei Maria da Penha, dentre outras ações

Meta: Constituir grupo de trabalho para a elaboração e construção das diretrizes e normatização dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.

Análise Situacional da Meta: Para construir diretrizes e normas para os serviços de responsabilização e educação dos agressores, a SPM está trabalhando no planejamento do 1º Encontro Nacional de Centros de Responsabilização e Educação dos Agressores, a ser realizado no primeiro semestre de 2013. Um dos objetivos do encontro é pactuar as Diretrizes Nacionais para estes serviços.

Meta: Contribuir com a construção do Plano Nacional para a Prevenção e Redução de Homicídios.

Análise Situacional da Meta: A SPM participou da construção do projeto e do seu lançamento piloto no estado de Alagoas. As demais ações serão desenvolvidas em 2013.

Meta: Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.

Análise Situacional da Meta: A SPM participa ativamente do Projeto "Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal", sob coordenação principal do Ministério da Justiça, que tem acompanhado a proposta do Departamento Penitenciário Nacional de extinguir o déficit carcerário feminino através da construção e adequação dos espaços destinados às medidas de privação de liberdade. Ademais, integra o Grupo do Acordo de Cooperação pela Melhoria do Sistema Penitenciário, em parceria com SDH. Também participa de eventos articulados pelo MJ e pelo MS na busca por melhores condições de vida para as mulheres em situação de prisão. Como exemplo, temos o workshop "Atenção aos Filhos das Mulheres em Situação de Privação de Liberdade", ocorrido nos dias 06 e 07 de novembro; e a "Oficina de Alinhamento de Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Sistema Prisional", nos dias 26 e 27 de novembro. Ambos os eventos continham, entre os temas discutidos, a questão da adequação dos espaços e da redução do déficit carcerário, seja pelo aumento do número de vagas ou pela redução da quantidade de internas.

Meta: Estabelecer parceria para inclusão da investigação dos casos de violência contra as mulheres na rotina dos Serviços de Inteligência Policial.

Análise Situacional da Meta: Em 2013 pretende-se montar estratégias de inserção do tema, promovendo-se um Grupo de Trabalho entre os órgãos parceiros para que seja planejada a execução dessa meta.

Meta: Firmar parceria com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal para viabilizar a ampliação da utilização dos instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.

Análise Situacional da Meta: A aprovação da Lei 12.654, de 28 de maio de 2012, que prevê a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal consolida parceria da SPM com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal. O material genético coletado abastecerá o banco nacional de DNA que ajudará na elucidação de crimes violentos, em especial nos crimes de violência sexual contra as mulheres.

Meta: Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.

Análise Situacional da Meta: Em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores e com o intuito de alcançar as brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve a ampliação do atendimento da Central Ligue 180, que passou a abranger Portugal, Itália, e Espanha. Essa expansão da área do atendimento exige articulação, trabalho e comprometimento continuado de autoridades nacionais e internacionais.

Outra cooperação estabelecida pela SPM diz respeito ao fortalecimento da rede de serviços na região de Pacaraima (estado de Rondônia), onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Houve também a criação de um Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Instituído em 22 de junho de 2012, data também da inauguração do Centro Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, o Comitê Binacional se reunirá mensalmente nos 5 primeiros meses de funcionamento do serviço e, posteriormente, os encontros serão quadrimestrais. O Brasil, neste primeiro ano, assume a Coordenação Geral deste Comitê, que se reúne de forma rotativa, em Pacaraima/RR e Santa Elena/Venezuela. Cabe ao Comitê monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países.

Meta: Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.

Análise Situacional da Meta: Celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos com o objetivo de desenvolver e articular ações de prevenção à exploração sexual e mecanismos de proteção à mulher, a serem desenvolvidos, principalmente, na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Houve a criação de serviço e celebração de acordo com o governo da Venezuela, para enfrentamento conjunto da violência contra as mulheres e do tráfico de pessoas.

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas também representa um novo mecanismo que permite o acompanhamento das ações das políticas de Estado que orientarão as decisões estratégicas dos demais atores membros da gestão integrada.

Meta: Inserir mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública.

Análise Situacional da Meta: Em 2013 a SPM, junto aos Conselhos de Direitos das Mulheres, promoverá esse debate com a sociedade civil e às Secretarias de Segurança Pública.

Meta: Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Análise Situacional da Meta: O projeto 'Mulheres da Paz', do Ministério da Justiça, busca capacitar mulheres que vivem em lugares de vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Esse projeto compôs um Grupo de Trabalho que como produto final apresentará nova proposta de implantação do Programa. O objetivo é que a proposta contemple a integração das lideranças femininas nas atividades de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência.

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Objetivo: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: As políticas públicas para a agricultura familiar têm se consolidado como instrumentos de dinamização econômica e contribuído para aumentar a produção de alimentos saudáveis, gerando empregos e sustentabilidade no campo. Quanto aos instrumentos de financiamento e fomento da Agricultura Familiar, em 2012, foram executados mais de 1,8 milhão de contratos do crédito PRONAF, com um total financiado de R\$ 16,36 bilhões. Vale destacar que foram ampliados limites de linhas específicas do Pronaf para jovens (de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil) e mulheres (de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil). Entre 2011 e 2012 foram executados 764.868 contratos referentes ao microcrédito orientado (os contratos têm dois anos de vigência, o que impede a família de acessar novo crédito antes do término). Na linha de custeio agrícola, foram executados cerca de 460 mil contratos. Quanto às informações sobre o Sistema de Créditos, não foi possível trabalhar em 2012 com uma base de dados mais consistente e completa que pudesse detalhar melhor a execução das políticas públicas de crédito, seguro e garantia safra. Destaca-se que o MDA, o BACEN e as instituições financeiras trabalham para construir e implantar o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR em 2013.

Quanto aos outros instrumentos que contribuem para a promoção da agricultura familiar, como proteção da produção, garantia de preços e financiamento de máquinas e equipamentos, foram beneficiados 971.551 agricultores familiares por meio do Garantia-Safra (na safra 2012/2013) e 450 mil famílias da agricultura familiar com oferta de seguro. Destaque

para o financiamento de 178.546 máquinas e equipamentos da indústria nacional de acordo com o porte, perfil produtivo e disponibilidade de mão-de-obra da agricultura familiar - a meta prevista para os quatro anos foi superada. Por fim, cabe ressaltar que o governo vem trabalhando para ampliação do acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - documento que garante acesso às políticas de promoção da agricultura familiar. Atualmente, existem 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares com DAP. Em 2012, foi instituída oficialmente a DAP indígena.

Meta: Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária

Análise Situacional da Meta: No Plano Safra 2012/2013 houve aumento do limite da linha do Pronaf Mulher de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil.

Meta: Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais

Análise Situacional da Meta: Segundo a base de dados do MDA, foram executados, no total, 764.868 contratos, sendo 326.852, em 2011 e 438.016, em 2012 (cada contrato corresponde a uma família). Os contratos de 2011 foram considerados porque tem dois anos de vigência e as famílias não podem acessar novo crédito antes do término. Para o Plano Safra 2013/2014, deverão ter prioridade os financiamentos destinados às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$30 mil.

Quantidade alcançada: 764.868

Data de Referência: 06/03/2013

Meta: Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades

Análise Situacional da Meta: A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF dispõe de um sistema informatizado constituído por Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que contempla a identificação e qualificação dos agricultores familiares. Atualmente, essa base de dados reúne os registros de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, os quais reúnem condições de acesso às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais. Abaixo, estão relacionadas as informações por categoria e número de registros de DAP.

Categoria de AF	Nº DAP
Assentados da Reforma Agrária	207.791
Indígenas	23.540
Quilombolas	20.476
Extrativistas	52.334
Demais Agricultores Familiares	4.082.779
Total	4.386.920

Dados de dezembro de 2012 apontam que em 68,61% das DAPs a titularidade é do casal, sendo que em 19,01% a titularidade é exclusiva da mulher.

Meta: Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram realizados 1.164.863 contratos de investimento no âmbito do Pronaf. No entanto, só teremos a informação sobre a quantidade de mulheres que acessaram o crédito em 2013, quando o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR/BACEN poderá produzir a consulta.

Meta: Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais

Análise Situacional da Meta: O Garantia-Safra tem como objetivo garantir renda mínima para agricultores familiares com perda sistemática da produção. É um estímulo a adesão por parte de estados, municípios e agricultores. A adesão deve ser feita antes que ocorra o evento climático. Na safra 2012/2013, foram beneficiados 971.551 agricultores familiares, dos quais 35% representa o atendimento de mulheres.

Meta: Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo

Análise Situacional da Meta: Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil foram executados 1.823.210 contratos do Pronaf em 2012. O total financiado foi de R\$ 16.358.978.153,12.

Não há estratificação sobre a quantidade de famílias e mulheres que acessaram o crédito antes de 2013, tendo em vista que a informação do Banco Central pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR só estará disponível em julho de 2013.

Quantidade alcançada: 1.823.210

Data de Referência: 31/12/2012

Objetivo: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Foram efetivadas chamadas públicas para agricultores familiares no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, para diversificação produtiva em regiões fomiculoras, para promoção da agricultura de base sustentável, para mulheres rurais, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, para assentamentos de reforma agrária e de

ATER para gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Também já está em processo avançado uma chamada pública para agroecologia e agricultura orgânica.

Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 agricultores familiares beneficiados com assistência técnica. Dentre os públicos específicos, foram contratados serviços de assistência técnica para 300 famílias indígenas, 8.920 famílias quilombolas, 251.339 famílias de assentados e assentadas da reforma agrária e 9.600 famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco.

No âmbito do Brasil sem Miséria, foi contratada assistência técnica para 157.013 famílias.

Meta: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram atendidas 251.339 famílias em 3.863 Projetos de Assentamento com Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

Quantidade alcançada: 251.339

Data de Referência: 07/02/2013

Meta: Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais

Análise Situacional da Meta: O Plano de Formação e Qualificação de agentes de ATER está em fase final de elaboração e, em 2013, deverá ser iniciada a discussão com os parceiros, que incluem Universidades, Entidades de Ater e Pesquisa, bem como no Comitê de ATER do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF. Em 2014, está prevista a realização de um Seminário Nacional para apresentar, discutir e validar o Plano para sua implementação. Em todo o processo de formação está prevista a participação de no mínimo 30% de mulheres. No programa de formação dos agentes de ATER, para além dos componentes obrigatórios, o conteúdo foi adequado à realidade dos povos e comunidades tradicionais a ser atendida.

Meta: Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais

Análise Situacional da Meta: Somados os resultados dos contratos de ATER vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de ATER, chega-se a um público de 1.117.426 famílias beneficiadas. Sendo que 30% do número mencionado corresponde ao atendimento às mulheres.

Quantidade alcançada: 1.117.426

Data de Referência: 07/02/2013

Meta: Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres

Análise Situacional da Meta: O número de agentes de ATER formados em 2012 (2.022) foi 70% superior em relação aos números de 2011 (1.192), e deverá elevar-se sensivelmente a partir de 2013 com a incorporação das metas de formação de agentes de ATER previstas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (14 mil), o que permite prever o atingimento da meta de qualificação de 37.500 agentes de desenvolvimento rural até 2015. Em relação à formação de agentes para atuarem com o público indígena e quilombola, a previsão é que aproximadamente 100 agentes serão formados em 2013 para estes públicos, no âmbito das chamadas públicas do Plano Brasil Sem Miséria. Prevê-se a formação de 2285 agentes de ATER mulheres. Em relação aos públicos indígena e quilombolas serão capacitados pelo menos 62 e 38, respectivamente.

Quantidade alcançada: 2.022

Data de Referência: 31/12/2012

Objetivo: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, a agricultura familiar avançou no processo de organização econômica, consolidação e conquista de mercados. O MDA/SAF/DGRAV atuou em várias frentes para a consecução deste objetivo:

Melhoria da Gestão das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar

O ano de 2012 marcou a viabilização de um novo tipo de serviço de assistência técnica para a agricultura familiar, o Mais Gestão, uma metodologia de atendimento às pessoas jurídicas da agricultura familiar. Pela primeira vez foram realizadas chamadas públicas, no âmbito da Lei de Ater, voltadas para a contratação de serviços técnicos voltados para a melhoria da gestão de empreendimentos da agricultura familiar. Perto de R\$65 milhões foram contratados que beneficiarão 600 empreendimentos/ cooperativas. Essa ação é um marco nas políticas públicas da agricultura familiar e permitirá profissionalização dos empreendimentos, a melhoria de suas estratégias comerciais e organizacionais, visando ampliar e consolidar seus posicionamentos nos mercados.

Foram realizadas duas chamadas do Mais Gestão, sendo uma geral para cooperativas e outra com ênfase na qualificação para o acesso aos grandes mercados do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Com essa medida, pretende-se ter um conjunto de empreendimentos mais aptos a fornecer alimentação escolar para os maiores clientes do programa e que, juntos somam parcela muito expressiva do total de recursos. Serão 200 cooperativas atendidas com essa ênfase. Soma-se a isso, o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio aos empreendimentos: em 2012, foi ampliado de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil o limite

das operações de compra do programa, permitindo aos agricultores familiares ampliarem suas vendas.

Já no âmbito do PAA, foram feitos diversos ajustes nos marcos legais e normativos que significaram mais oportunidades de comercialização para a agricultura familiar junto aos governos. Uma das mais relevantes foi a alteração na Lei do PAA que passou a permitir que o Distrito Federal, estados, municípios e órgãos do Governo Federal possam comprar da agricultura familiar pelo regramento do PAA. Isso abre um novo mercado muito relevante para o setor.

Promoção do acesso aos mercados diferenciados: Em 2012, foram realizadas inúmeras atividades visando ampliar a participação da agricultura familiar em mercados diferenciados como os produtos orgânicos, da sociobiodiversidade e das agroindústrias familiares. Uma das medidas importantes nessa área foi o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê diretrizes, instrumentos, instâncias de gestão e determina também que seja elaborado um plano nacional. Foi realizado termo de cooperação com o SEBRAE para ampliação do apoio aos empreendimentos da agricultura familiar para produtos diferenciados, orgânicos e de sociobiodiversidade. Também foi promovida a participação de mais de 700 empreendimentos em feiras e eventos de promoção comercial no Brasil e no Exterior. Além disso, foi realizada a VIII Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Brasil Rural Contemporâneo, realizada no Rio de Janeiro, e que beneficiou perto de 600 empreendimentos da agricultura familiar e reforma agrária.

Meta: Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais

Análise Situacional da Meta: O órgão atuou junto a 1.078 organizações sendo:

- 640 empreendimentos em processos de comercialização e mercado privado;
- 331 empreendimentos para a agroindustrialização;
- 107 empreendimentos no desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Ademais, houve participação de 179 organizações de mulheres rurais por meio de atividades de comercialização, em especial, na VIII Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Brasil Rural Contemporâneo.

Meta: Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres

Análise Situacional da Meta: O MDA está firmando Acordo de Cooperação com o FNDE que prevê a formulação e implementação conjunta de ferramenta para registro das informações individuais de acesso dos agricultores familiares ao PNAE, em atendimento ao controle e registro da venda dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar. Os sistemas poderão ser integrados na perspectiva de viabilizar o monitoramento e a gestão do Artigo 14 da lei 11.947/2009, sendo possível identificar cada pessoa, a partir das informações da DAP.

Objetivo: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Objetivo vem se ampliando na articulação e consolidando um apoio às iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos locais, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais com igualdade entre homens e mulheres.

Nesse sentido, destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio à 150 organizações produtivas de mulheres com políticas integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão; apoio a 200 organizações produtivas de mulheres com ATER especializada para mulheres, capacitação de técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Ademais, no plano safra 2012/2013 o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil

Meta: Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão

Análise Situacional da Meta: Por meio da Chamada de Projetos da ação de organização produtiva, em 2012, foram aprovadas 44 propostas nas modalidades Apoio a Grupos, Fortalecimento de Redes e Feiras da Economia Feminista e Solidária. Das propostas aprovadas, foram contratados 17 projetos em 7 estados da federação, beneficiando 4.447 mulheres, em 21 Territórios da Cidadania. Essa ação beneficiou 150 organizações de mulheres com apoio às atividades econômicas sustentáveis e à gestão econômica, articulando ATER, crédito e comercialização por meio de:

- Troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais;
- Apoio à gestão e comercialização, baseados nos princípios da economia feminista e solidária;
- Apoio a produção e comercialização da produção das mulheres na economia rural
- Fortalecimento das cadeias produtivas das hortaliças, frutas e pequenos animais, panificação, produtos extrativistas e artesanato;
- Qualificação dos processos de beneficiamento e transformação de produtos.

Quantidade alcançada: 150

Data de Referência: 30/11/2012

Meta: Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres

Análise Situacional da Meta: São objetivos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres fortalecer a organização produtiva das trabalhadoras rurais, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente as voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos e apoiar a articulação em rede das atrizes e atores envolvidos

nesta política. No ano de 2012, foram realizados 7 contratos de ATER, beneficiando 200 organizações produtivas de mulheres.

Quantidade alcançada: 200

Data de Referência: 30/11/2012

Meta: Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher

Análise Situacional da Meta: No plano safra 2012/2013, o limite do PRONAF Mulher foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil.

Meta: Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais

Análise Situacional da Meta: Foi realizada no ano de 2012 capacitação para 20 técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER selecionadas com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Assim, técnicos/as e fiscais do contrato na operacionalização do Sistema Informatizado de Ater do MDA – SIATER foram capacitados utilizando-se o Manual de Fiscalização de Ater e o Guia de Operacionalização da Chamada n° 006/2011 de Ater para Mulheres.

Quantidade alcançada: 20

Data de Referência: 30/11/2012

Meta: Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres

Análise Situacional da Meta: As atividades para o atingimento desta meta não foram iniciadas neste ano. Está prevista para o ano de 2013 a realização de um estudo das mulheres que acessam o PRONAF Mulher de forma a obter uma avaliação dos limites e avanços ao acesso e suas organizações a essas políticas e capacitações de técnicos que operam com atividades estaduais.

Objetivo: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Foram implementadas diversas iniciativas visando ao incremento dos sistemas de produção sustentáveis, entre elas: a disponibilização de crédito rural; o incentivo à aquisição dos mercados institucionais (PAA e PNAE) de produtos agroecológicos e orgânicos; a promoção comercial dos referidos produtos por intermédio do apoio à participação dos empreendimentos em feiras e eventos nacionais e internacionais, assim como, por meio de projetos de apoio à gestão e capacitação comercial, tanto para os mercados internos como para promover as exportações de produtos ecológicos e orgânicos

oriundos da agricultura familiar. Destaca-se, em 2012, o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO - (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012), que objetiva integrar, articular e adequar as políticas públicas, programas e ações indutores dos sistemas produtivos de base agroecológica e orgânica com vistas a incrementar a oferta de alimentos saudáveis.

Nesse sentido foi implantado o projeto: “Fortalecimento da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista” com a dotação de recursos de R\$ 3,5 milhões de reais. Esse projeto foi responsável entre outros, por:

- apoiar a estruturação da Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista – ABRABIO, entidade setorial que objetiva representar o setor e que é formada por 50 organizações da Agricultura Familiar, totalizando 12,5 mil agricultores familiares que conjuntamente comercializam mais de R\$ 80 milhões por ano. Foram custeadas pelo projeto as despesas com as reuniões de diretoria e da assembleia dos seus sócios, a participação institucional da ABRABIO em feiras e eventos tanto no país como no exterior, e a contratação de um secretário executivo para a entidade;
- apoiar a participação das organizações da Agricultura Familiar Orgânica e Agroecológica nas Feiras Internacionais Biofach Alemanha e Expo West na Califórnia – EUA, além da participação na Feira de Supermercados APAS 2012, realizada em São Paulo em maio de 2012. Os negócios prospectados nestes eventos foram estimados em US\$ 3,5 milhões para o ano de 2012;
- realizar ações de qualificação das referidas organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica em comércio varejista e comércio exterior por ocasião da preparação e participação dos eventos acima mencionados;
- selecionar entre as organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica, 30 empreendimentos para serem apoiados em 2013 nas ações de qualificação em acesso a mercados nacionais e internacionais. Esses empreendimentos foram diagnosticados já em 2012 por meio de visitação in locu e terão suas deficiências e fraquezas enfrentadas pelo projeto nas etapas seguintes por meio de consultoria técnica especializada para essa finalidade.

O ministério coordenou, ainda, o Núcleo Copa Orgânica e Sustentável que estruturou uma campanha de conscientização e consumo dos produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira por ocasião dos grandes eventos internacionais que o país sediará nos próximos anos. Foi lançada a campanha de consumo: “Brasil Orgânico e Sustentável” que pretende inserir junto ao segmento de hotelaria, bares e restaurantes a oferta dos referidos produtos como diferencial de qualidade e também como oportunidade para apresentar aos consumidores do Brasil e do Mundo a riqueza e a força da nossa agricultura familiar e da nossa agrobiodiversidade.

Meta: Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)

Análise Situacional da Meta: Foram realizadas, em parceria com o MAPA, oficinas de Certificação Participativa ou por Organismos de Controle Social – OCS.

Foram realizadas 14 oficinas nos estados, onde participaram 577 multiplicadores pertencentes à cerca de 350 instituições diferentes, entre: cooperativas ou associações de agricultores familiares, prefeituras, universidades federais e estaduais, escolas agrícolas, sindicatos rurais, da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, movimentos sociais do campo, institutos federais de ensino, servidores do MAPA e MDA, faculdades, instituições do Sistema "S", órgãos oficiais de ATER, ONGs ambientalistas e de ATER, CONAB, fundações e empresas estatais de P&D, empresas privadas de assistência técnica, entre outros.

Destacamos que essas atividades foram preparatórias para o processo de cadastramento de 10.000 agricultores e agricultoras familiares no SISORG.

Meta: Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo

Análise Situacional da Meta: Foi iniciado um contato com o IBGE com relação à necessidade de realização de um Estudo sobre as bases de dados existentes do público da Agroecologia e Produção Orgânica e os dados referentes ao que é produzido e comercializado no país no âmbito da Agricultura Familiar. A SAF/MDA, em 2013, continuará a discussão com o IBGE a respeito da realização do referido estudo.

Meta: Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, o MDA ampliou o volume de recursos para apoio do fortalecimento do setor e dessa forma estruturou uma chamada pública para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos. Essa chamada será contratada nos primeiros meses de 2013 e contará com recursos na ordem de R\$ 150 milhões de reais para beneficiar 50 mil famílias durante 3 anos consecutivos. Tais chamadas têm dentre suas diretrizes o fortalecimento da gestão e o protagonismo social, reconhecendo as diversidades e especificidades de gênero, de geração, e das condições socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares. Também foi disponibilizado para a Safra 2012/13 um total de R\$ 120 milhões destinados a beneficiar 120 mil agricultores familiares na contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER apropriados para atender os agricultores familiares em transição agroecológica ou inseridos na Rota de Sustentabilidade, ou seja, com acesso a tecnologias, conhecimentos e práticas sustentáveis para atividade agrícola.

Nesse contexto, o MDA disponibilizou para a safra 2012/13 R\$ 225 milhões para crédito de investimento e custeio para agricultores familiares de base agroecológica, orgânica ou agroextrativistas, recurso suficiente para atender 150 mil unidades produtivas de agricultura familiar.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Objetivo: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária,

incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo: O fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural consistiu na concessão de crédito às cooperativas e associações rurais através dos bancos públicos, na formação de parcerias (convênios) celebradas por meio de Chamadas Públicas, na certificação de unidades armazenadoras e nas parcerias com alguns municípios para aquisição de patrulhas mecanizadas. Estas ações permitiram o desenvolvimento econômico do meio rural e a capacitação de dirigentes, funcionários e associados de cooperativas e de associações rurais visando o aprimoramento do processo de gestão cooperativista e associativista, contribuindo para a redução de custos e perdas e para o desenvolvimento humano e melhoria na qualidade de vida do homem e da mulher do campo.

Meta: Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda

Análise Situacional da Meta: Foram implantados 7 projetos, viabilizando aos jovens, mulheres, técnicos e agricultores a construção de conhecimento, igualdade e equidade, possibilitando condições de inclusão social, de acesso aos mercados e de aumento da renda.

Quantidade alcançada: 7

Data de Referência: 31/12/2012

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Objetivo: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

As atividades desenvolvidas por meio desta diretriz estão baseadas na análise da situação de saúde para identificação de perfis e fatores de risco de interesse da saúde pública. Essas atividades permitem o manejo adequado da vigilância em saúde e a avaliação epidemiológica de perfis sanitários, de serviços, de ações e de programas, subsidiando a formulação de políticas de saúde e decisões gerenciais.

Dentre os resultados apurados em 2012, destacam-se:

O percentual de testagem anti-HIV entre os pacientes com tuberculose foi de 50,0%, no período de janeiro a outubro de 2012, representando um incremento de 7,3% quando

comparado ao resultado do mesmo período de 2011, que ficou em 46,6%. Foi realizada, em setembro de 2012, a segunda reunião com o Grupo Técnico TB-HIV, com especialistas em coinfeção representantes de diferentes estados, além de representantes da academia. Nesse encontro foram finalizadas as diretrizes para “Serviços de Atenção Especializados em HIV/Aids” (SAE) em relação a organização do serviço para atendimento do coinfectado TB-HIV. Também foi elaborada uma Nota Técnica sobre a Rifabutina, medicamento que compõe o esquema de tratamento da tuberculose em pacientes coinfectados TB-HIV em uso de certos antirretrovirais.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe (influenza sazonal), segundo dados finais de junho, vacinou aproximadamente 30 milhões de pessoas em todos os grupos elegíveis e na cobertura total do país, ou seja, crianças (95,5%); trabalhadores de saúde (114,2%); gestantes (80,7%); indígenas (84,4%); e idosos (82,0%). A cobertura vacinal total contra gripe foi de 86,2% (apurado em 30/12/2012).

No caso da vacina tetravalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite, foi atingida a meta de homogeneidade para o ano, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% da cobertura vacinal.

Na área da saúde do trabalhador, foi publicada a Portaria GM/MS nº 1.823, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; e habilitados cinco Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) voltados para a atenção à saúde do trabalhador rural nos municípios de Rio Verde em Goiás, Primavera do Leste e Sinop em Mato Grosso, Uruçuí no Piauí, e Campo Grande no Mato Grosso do Sul.

Com vistas a diminuir a obesidade na população brasileira, o MS assinou um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais e a retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

Meta: Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências

Análise Situacional da Meta: A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

Quantidade alcançada: 2.648

Data de Referência: 31/12/2012

Meta: Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis

Análise Situacional da Meta: Os núcleos são instância de gestão que articulam intra e intersetorialmente ações locais de vigilância e prevenção de violências e acidentes e ações

de promoção da saúde e da cultura de paz com o objetivo de reduzir a morbimortalidade por causas violentas. As ações de enfrentamento das violências são desenvolvidas no nível local sob coordenação das secretarias de saúde estaduais e municipais. Todos os Estados estão sendo apoiados pelo Ministério da Saúde para fomentar ações de vigilância e prevenção de violência, por meio de repasse de recursos financeiros, assessoria técnica e capacitações.

Objetivo: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: A atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às práticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A implementação desse objetivo organiza-se a partir do desenvolvimento da “Rede Cegonha” (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo. Todos os estados da federação aderiram à Rede Cegonha contemplando 4.959 municípios com uma cobertura de 2,3 milhões de gestantes.

Para cobertura dessas ações estão sendo financiadas as atividades previstas nos quatro componentes da rede: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e sistema logístico, o qual inclui transporte sanitário e regulação. Essas atividades compreendem a expansão da quantidade e qualidade de leitos infantis e maternos. Estão sendo contemplados também projetos para o financiamento de reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais para adequação da ambiência dos serviços de saúde que realizam partos.

Até dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades, construção de 12 maternidades, ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), ampliação e equipamentos de 21 Centros de Parto Normal (CPN) e qualificados 2.508 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e adulto.

A Rede Cegonha investiu na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetrizes. Em 2012 foram capacitados sete mil profissionais de saúde de 330 hospitais para a atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso pelo método Canguru e mais 320 profissionais de saúde em todos os Estados da Amazônia Legal e Nordeste, contemplando também os profissionais da atenção à saúde indígena, para a Atenção Integrada das Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) no seu componente Neonatal. Foi implantada também, para os Estados da Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e Mato Grosso e para o Distrito Federal, a fase III da triagem neonatal – popularmente conhecida como o teste do pezinho, que visa diagnosticar doenças congênitas a tempo de se intervir na sua evolução.

Foram implementadas em 2012, junto aos 257 hospitais aderidos à Rede Cegonha, ações voltadas ao apoio à mulher trabalhadora para implantação de sala de apoio à amamentação, adesão à licença maternidade de seis meses e implantação de creche nos locais de trabalho. Além disso, foram implementadas salas de apoio à amamentação nos 28 Centros de Referência de Bancos de Leite Humano, nos 211 Bancos de Leite e 109 Postos de Coleta.

Por ano, cerca de 160 mil litros de leite humano pasteurizado e com qualidade certificada são distribuídos a mais de 158 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 164 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação. Além disso, a cada ano, mais de 1,7 milhão de mulheres, gestantes e nutrizes recorrem aos Bancos de Leite Humano em busca de apoio assistencial para amamentar diretamente seus filhos. Em 2012 foi lançada a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, visando à promoção do aleitamento materno e a alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, de janeiro a novembro de 2012, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio entre os indivíduos diagnosticados no ano, passando de 34% em 2011 para cerca de 29% em 2012 (dados preliminares). Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV e 160 mil testes de sífilis e treinados 1.000 multiplicadores para testagem rápida de HIV e sífilis, com o objetivo de massificar a capacitação de aproximadamente 32 mil Unidades Básicas de Saúde.

Outro importante passo para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do SisPreNatal, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN). Até o final de dezembro de 2012, 25.685.167.755 mulheres foram inscritas no SISPRENATAL em 884 2.267 municípios e 24 estados.

Este ano foi realizada pesquisa de satisfação da usuária da Rede Cegonha, realizada por meio de inquérito telefônico, operacionalizado pelos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado (telefone 136), no período de 10 de maio a 30 de junho de 2012. A Ouvidoria contou com o apoio do DATASUS que disponibilizou um banco das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) de partos realizados pelo SUS, referentes à competência de março de 2012, num total de 124.910 (cento e vinte e quatro mil novecentos e dez) mulheres que passaram por este procedimento.

Meta: Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades.

Meta: Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015

Análise Situacional da Meta: Investigados 81% dos óbitos em Mulheres em Idade Fértil (MIF).

Quantidade alcançada: 81

Data de Referência: 31/12/2012

Meta: Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012 foram atendidas 7.190 gestantes com alto risco fetal em nível ambulatorial e em regime de internação no Instituto Fernandes Figueira (IFF)/ FIOCRUZ.

Quantidade alcançada: 7.190

Data de Referência: 31/12/2012

Meta: Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015

Análise Situacional da Meta: Até dezembro de 2012, foram habilitados 572 novos leitos de UTI de alto risco obstétrico.

Quantidade alcançada: 572

Data de Referência: 31/12/2012

Meta: Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015

Análise Situacional da Meta: Foram implantados 140 novos leitos de UTI neonatal.

Quantidade alcançada: 140

Data de Referência: 10/12/2012

Meta: Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012 foram capacitadas 90 parteiras em AP, PA, RR.

Quantidade alcançada: 90

Data de Referência: 10/12/2012

Meta: Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015

Análise Situacional da Meta: Até dezembro de 2012, foram custeados 2.986 novos leitos de UCI neonatal.

Quantidade alcançada: 2.986

Data de Referência: 10/12/2012

Meta: Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015

Análise Situacional da Meta: 90 kits para parteiras tradicionais distribuídos após a capacitação.

Quantidade alcançada: 90

Data de Referência: 10/12/2012

Meta: Implantar 164 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 200 até 2015

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram aprovadas propostas de ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP).

Quantidade alcançada: 16

Data de Referência: 10/12/2012

Meta: Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi instituído o Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero, o Programa Nacional do Controle do Câncer de Mama, e foram financiados projetos de estruturação de cinco laboratórios de citopatologia.

Meta: Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 284 até 2015

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram aprovadas propostas referentes à implantação de 25 Centros de Parto Normal, tendo sido contratados 11 projetos para construção.

Meta: Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foram analisadas 18 propostas referentes a serviços de diagnósticos mamários.

Meta: Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi prevista a elaboração do projeto básico e executivo da obra, perfazendo um total de cumprimento de 2% da obra.

Meta: Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais

Análise Situacional da Meta: Realizadas, em 2012, 3,3 milhões de exames de mamografia, dos quais 1,6 milhão em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos.

Quantidade alcançada: 3,3

Data de Referência: 31/12/2012

Meta: Realizar 48 milhões de exames citopatológicos

Análise Situacional da Meta: Realizados, em 2012, 8,3 milhões de exames citopatológicos, dos quais 6,5 milhões na faixa etária compreendida entre 25 a 64 anos.

Quantidade alcançada: 8,3

Data de Referência: 31/12/2012

Meta: Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha

Análise Situacional da Meta: A partir de março/2012, passou a ser registrado/informado no sistema SISPRENATAL WEB se o profissional de saúde solicitou o exame à usuária do SUS. A rede está sendo qualificada visando a ampliação dos exames, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.

Meta: Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha

Análise Situacional da Meta: Em relação aos testes rápidos de sífilis para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, no período de janeiro/2012 a novembro/2012, 160.000 testes rápidos de sífilis para a Rede Cegonha.

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família**Objetivo: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.**

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: As Condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) têm como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. Em 2012, as rotinas operacionais de acompanhamento das famílias beneficiárias foram mantidas, em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde. Na área de educação, cerca de 17,7 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos compunham o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que deste total foram acompanhados bimensalmente, em média, 15,4 milhões, correspondendo ao percentual médio de 87%. Na área de saúde, cerca de 11,1 milhões de famílias foram público para acompanhamento da vacinação, peso e altura das crianças até 7 anos e do pré-natal de gestantes. Desse total, foram acompanhadas semestralmente, em média, 8,1 milhões de famílias, equivalente ao percentual médio de 72,9%.

Tais percentuais têm evoluído no decorrer dos anos, evidenciando o reforço do acesso das famílias do PBF aos serviços educacionais e de saúde básicos. No período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – crianças de 6 a 15 anos – passou de 62,78% para 87,67%. Já, no período de 2006 a 2013 (1º bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – jovens de 16 a 17 anos – passou de 78,31% para 80,77%. E, entre o 1º

semestre de 2011 e 2º semestre de 2012, o acompanhamento regular das condicionalidades de saúde do público-alvo de crianças de 0 a 6 anos passou de 70,99% para 72,79%.

Meta: Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas

Análise Situacional da Meta: Com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, foi implementado o benefício variável vinculado à gestante (BVG), no valor de 9 parcelas mensais de R\$ 32,00. A implementação do benefício variável à gestante tem como objetivo fortalecer os serviços de saúde na fase de gestação e a realização de pré-natal desde o início da gravidez. A vinculação do benefício à gestante tem aprimorado a identificação de gestantes por meio do Sistema de Gestão do programa Bolsa Família na saúde e melhorado os índices de acompanhamento. Das 166.661 gestantes acompanhadas ao final de dezembro de 2012, 99,06% tinha o pré-natal em dia, o que corresponde a 165.094 gestantes.

Quantidade alcançada: 99,06

Data de Referência: 31/12/2012

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Objetivo: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012 a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) deu continuidade a novos projetos para a modernização e democratização do sistema de Justiça. Foram firmados 5 novos convênios para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária no valor de R\$ 1.462.444,32 e 5 convênios totalizando R\$ 3.730.219,06 para ações de Democratização do Acesso à Justiça nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para além das transferências a Secretaria realizou grande número de atividades de articulação e defesa de políticas públicas junto ao sistema de Justiça.

Na promoção de formas alternativas de prevenção e solução de conflitos foi criada a ENAM - Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e de disseminar técnicas de resolução extrajudicial de conflitos. Atuará em três eixos: capacitação de operadores de direito, membros da academia e da sociedade civil; realização de seminários e outros eventos de difusão de conhecimento e promoção de projetos e atividades de ensino e pesquisa. A meta é formar cerca de 21 mil operadores do Direito, agentes de mediação comunitária e professores de Direito até o fim de 2014.

A SRJ, em parceria com o CNJ, acompanhará a execução dos cursos e ficará responsável pela concepção de material didático, indicação de professores, definição das diretrizes,

supervisão do projeto. A Universidade de Brasília criará o ambiente online para promoção dos cursos e cuidará da assessoria pedagógica, construção e hospedagem de site.

A Secretaria deu continuidade, ainda, aos seguintes estudos e pesquisas com vistas a subsidiar os esforços de aprimoramento do sistema de Justiça: Estudo sobre os conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de Justiça." Parceiro: FGV/SP; "Estudo sobre utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais". Parceiro: FGV/RJ; "Estudo sobre a atuação da justiça nos conflitos fundiários agrários e tradicionais." Parceiro: Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; "Estudo sobre a atuação da Advocacia Popular". Parceiro: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; PROJETO: "Estudo sobre impacto no sistema processual dos Tratados Internacionais." Parceiro: Associação Antonio Vieira – UNISINOS; PROJETO: "Estudo sobre atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos." Parceiro: Instituto POLIS.

Na seara normativa, a Secretaria vem participando das discussões sobre as reformas dos Códigos de Processo Civil e Penal, bem como manifestando-se sobre diversas inovações e modificações legais, especialmente quando tocantes aos temas de resolução alternativa de conflitos e modernização de procedimentos judiciais. Atualmente, está em discussão, no âmbito dos três Poderes, o III Pacto Republicano.

Meta: Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça

Análise Situacional da Meta: Enquanto signatário do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o Ministério da Justiça investiu até 2012, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci, Lei nº 11.530/07), o montante de R\$ 34.610.404,80 na implementação/estruturação de 112 unidades especializadas de atendimento à mulher, sendo 50 Juizados, 23 Núcleos Especializados da Defensoria Pública, 35 Promotorias ou Núcleos do Ministério Público, 1 Delegacia de Atendimento à Mulher, 1 Centro de Referência e 1 Casa Abrigo.

Meta: Apoiar e instituir núcleos de execução penal da Defensoria Pública para assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares

Análise Situacional da Meta: A Secretaria de Reforma do Judiciário, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI, Lei nº 11.530/07), tem apoiado a estruturação das Defensorias Públicas dos Estados e da União com investimentos em recursos humanos, equipamentos e sistemas de informação adequados para dar maior efetividade dos trabalhos de assistência jurídica e proteção dos direitos humanos. Em 2012, não foram celebrados novos instrumentos de apoio à estruturação das defensorias, priorizando-se o acompanhamento dos convênios vigentes de anos anteriores.

Até o ano de 2011, foram pactuados investimentos no valor de R\$ 16.170.756,12 visando a beneficiar, de forma direta, 316.035 pessoas, dentre homens e mulheres em situação de prisão e seus familiares, por meio da estruturação de 21 Núcleos Especializados de Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares (AC, AL, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MS, PA, PE, PI, RJ, RO, RN, RS, SP, SE, TO e 02 núcleos da DPU para atendimento em penitenciária federais), além da estruturação de 17 sedes da Defensoria Pública da União, nas regiões do PRONASCI.

Objetivo: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo de 2012, a Defensoria Pública da União (DPU) empreendeu diversas ações em direção ao objetivo de garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Nesse sentido, a DPU prestou assistência a 565.094 cidadãos, número 17,59% maior que o aferido em 2011. Além disso, foram realizadas 14 edições do Projeto DPU Itinerante, por meio do qual a Instituição leva assistência jurídica à população carente das localidades mais remotas no interior do país, atendendo a 3.047 cidadãos.

Também foram concluídos os processos de instalação de salas de visita virtual para atendimento aos cidadãos com familiares presos em penitenciárias federais em todas as 27 capitais e nos núcleos de atendimento a penitenciárias federais.

Para fortalecimento da atuação da DPU na resolução extrajudicial de conflitos, foram celebrados termos de cooperação com o INSS e a com a Caixa Econômica Federal que permitirão diminuir substancialmente o volume de demandas judiciais e agilizar o atendimento aos cidadãos nas questões relacionadas à previdência social e aos contratos bancários.

Por fim, com relação ao processo de interiorização da assistência jurídica, destaca-se a aprovação do projeto de lei que criou 789 cargos de defensor público federal. O provimento gradual desses cargos, juntamente com a estruturação da carreira de apoio, o ajuste do quadro de servidores e a estrutura de cargos em comissão, permitirão à Defensoria Pública da União, nos próximos anos, levar assistência jurídica gratuita a 100% das localidades atendidas pela Justiça Federal.

Meta: Normatizar a substituição de eixos das embarcações na Amazônia Legal, de forma a erradicar os casos de escalpelamento

Análise Situacional da Meta: Está em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3397/2012, que garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escalpelamento. A proposição encontra-se na etapa de apreciação conclusiva pelas comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Além disso, a Defensoria Pública da União atuou junto aos fabricantes das embarcações para a cobertura do eixo de transmissão das embarcações visando dar maior segurança aos usuários.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Objetivo: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: A perspectiva para 2013 é de avanço nos resultados ainda não alcançados em 2012, uma vez que novos convênios foram firmados em 2012 e começarão a operar este ano. Nesse sentido, foram selecionadas propostas, por meio Chamamento Público 01/2012/SDT, para o apoio a 450 organizações produtivas e a 6 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas. Além disso, foram apoiadas 25 redes de cooperação voltadas para o desenvolvimento socioprodutivo e capacitados 397 agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios para comercialização/cooperativismo, superando a meta prevista para os quatro anos.

Meta: Apoiar a organização produtiva de 7.000 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres

Análise Situacional da Meta: Foram selecionados 12 projetos, por meio do Chamamento Público 01/2012/SDT. Nos projetos, estão previstas as ações de apoio às organizações produtivas de empreendimentos econômicos. Contudo, a execução dos projetos inicia-se em 2013, quando efetivamente, serão executadas as atividades. Assim, tais projetos contribuirão para o alcance da meta global, prevista para o período de quatro anos. Ademais, foram apoiados, em 2012, 450 empreendimentos que se referem a propostas de outros anos e cuja execução orçamentária se deu em exercício anterior. Pretende-se que as 89 Bases contratadas nos doze projetos, atendam pelo menos 480 empreendimentos de mulheres em 2013. Os resultados serão aferidos por meios de relatórios de execução das atividades.

Quantidade alcançada: 450

Data de Referência: 30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	780	unidade	0	30/11/2012
Região Nordeste	3.680	unidade	400	30/11/2012
Região Norte	1.060	unidade	0	30/11/2012
Região Sudeste	700	unidade	25	30/11/2012
Região Sul	780	unidade	25	30/11/2012

Meta: Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres

Análise Situacional da Meta: De acordo com os planos de trabalho, foi apoiada a realização de atividades de articulação, planejamento e organização de redes de cooperação, desenvolvidas por meio do apoio direto às principais redes de cooperativas da agricultura

familiar e economia solidária, totalizando 25 redes de cooperação (consideram-se, neste caso, redes de cooperação voltadas para o desenvolvimento socioprodutivo). Há perspectivas de aumento dos resultados a serem obtidos em 2013, com o início da operação de novas Bases de Serviços Técnicos nos territórios integrantes do programa. Em que pese não haver uma rede específica de mulheres, os planos de trabalho especificam atendimento aos grupos de mulheres que integram as redes apoiadas. Os resultados serão aferidos por meios de relatórios de execução das atividades.

Quantidade alcançada: 25

Data de Referência: 30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39	unidade	4	30/11/2012
Região Nordeste	114	unidade	9	30/11/2012
Região Norte	53	unidade	5	30/11/2012
Região Sudeste	35	unidade	4	30/11/2012
Região Sul	39	unidade	3	30/11/2012

Objetivo: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Meta: Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais

Análise Situacional da Meta: Foram apoiados 6 projetos de melhorias de infraestrutura que beneficiarão 12.948 trabalhadoras rurais.

Quantidade alcançada: 12.948

Data de Referência: 13/02/2013

Objetivo: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Entre as ações em curso para atingir o objetivo proposto em 2012, destaca-se a realização de mutirões para a emissão de documentos civis e jurídicos para as trabalhadoras rurais. Essa é uma ação fundamental para garantir o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas. Nesse sentido, foram realizados 755 mutirões e emitidos 247.502 documentos.

Meta: Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação

Análise Situacional da Meta: Está em curso articulação com os órgãos federais (institutos de pesquisa, universidades) para realização da pesquisa em nível nacional. O Termo de Referência para licitação e contratação da instituição que realizará a pesquisa está finalizado. O referido TR tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica para realizar diagnóstico sobre a ausência e acesso à documentação civil, trabalhista, previdenciária e fiscal nas áreas de abrangência nos Territórios da Cidadania e Território de Identidade, assim como estudo quantitativo e qualitativo dos resultados obtidos no diagnóstico.

Meta: Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram realizadas ações de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos emissores, tendo sido emitidos 247.502 documentos.

Quantidade alcançada: 247.502

Data de Referência: 07/02/2013

Meta: Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais

Análise Situacional da Meta: Embora não tenha havido contabilização efetiva dos dados em 2012, estão sendo efetivadas ações para a apresentação dos resultados a partir de 2013.

Meta: Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram realizados 755 mutirões de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos emissores.

Quantidade alcançada: 755

Data de Referência: 07/02/2013

Meta: Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, trabalhou-se na articulação com os órgãos parceiros para a realização desta ação nos próximos anos. Foram contratadas 05 organizações de políticas estaduais para mulheres para contribuir com o alcance da meta.

Objetivo: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: A economia solidária vem sendo reconhecida e fortalecida como uma estratégia de inclusão produtiva das pessoas em situação de extrema pobreza nos processos locais e territoriais de desenvolvimento, dinamizando cadeias produtivas e arranjos econômicos inclusivos. As iniciativas econômicas solidárias constituem-se em formas de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo que privilegiam o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade, tendo o ser humano como sujeito e finalidade do desenvolvimento e afirmando o trabalho associado enquanto direito.

O MTE, em 2012, ampliou as ações de fomento e fortalecimento da economia solidária para contribuir com o esforço nacional de superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Para cumprir esta missão foram celebrados 81 novos convênios com governos estaduais e municipais, universidades e entidades da sociedade civil sem finalidade lucrativa, com o comprometimento de transferência voluntária de R\$ 170.835.600,27, dos quais R\$ 73.337.081,46 foram empenhados no exercício. Parte deste recurso foi descentralizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito das ações de Inclusão Produtiva Urbana do Brasil Sem Miséria. Com esses convênios, serão apoiados 2.657 empreendimentos econômicos solidários, beneficiando diretamente 54.256 famílias e 164.375 pessoas indiretamente.

Deu-se continuidade às ações de fomento e fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em 2012, o MTE apoiou 25 novos projetos, com o empenho de R\$ 35.541.349,41, que irão beneficiar diretamente 249 empreendimentos, com 15 mil catadores e catadoras participantes. Deu-se continuidade ao Projeto CATAFORTE voltado para o fortalecimento de Redes de Cooperação e Logística Solidária, beneficiando 26 redes e 187 cooperativas e associações de catadores.

Para fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis, foi formulada uma agenda interministerial no âmbito do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, articulado com as metas do Plano Brasil Sem Miséria. Para tanto, os Governos Estaduais foram convocados para aderirem às ações de inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis na implantação das políticas estaduais e municipais de resíduos sólidos. No total, até 2014, serão disponibilizados R\$ 141,5 milhões para beneficiar mais 60 mil famílias de catadores que não estão adequadamente organizadas, cujo trabalho ainda é realizado em "lixões" ou nas ruas, de forma precária, individual ou desarticulada. Essas famílias serão identificadas e inscritas no Cadastro Único do Governo e terão acesso às ações de elevação de escolaridade, de educação profissional e tecnológica, de assistência técnica com vistas à implantação da coleta seletiva e de acordos setoriais para logística reversa.

Para dar suporte aos agentes comunitários, educadores, mobilizadores sociais e gestores públicos que atuam nessas ações de fomento e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, em 2012, foram destinados recursos para continuidade e ampliação dos Centros de Formação em Economia Solidária. Até 2014 serão investidos cerca de R\$ 16 milhões para formação de 8 mil agentes em 07 unidades, sendo uma nacional e 06 regionais, com 02 Centros na região Norte.

Na promoção das iniciativas de finanças solidárias, no ano 2012 foram identificados e mapeados 500 Fundos Rotativos Solidários que beneficiam projetos comunitários com pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza em todas as regiões. Esses fundos estão recebendo assessoria técnica e suporte para fortalecimento de suas atividades. Os 81 Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) já existentes proporcionaram serviços de inclusão financeira, produtiva e econômica para 10 mil mulheres do Programa Bolsa Família. Essas

iniciativas serão ampliadas nos próximos 02 anos, contando com a parceria de bancos públicos na constituição de fundos de apoio e na expansão de serviços financeiros por meio da estratégia de correspondência bancária comunitária.

Meta: Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra

Análise Situacional da Meta: Uma das principais estratégias para o alcance de 10.000 trabalhadores formados e qualificados é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária. Essa estratégia busca desenvolver ações estruturadas e sistemáticas de formação, articuladas numa rede nacional para qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas/tecnológicas junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), bem como, para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais.

O principal instrumento para a estruturação das atividades formativas é a Constituição da Rede de Centros de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária, desenvolvendo atividades como: 1) formação avançada e continuada de formadores e educadores que atuam na economia solidária; 2) sistematização e disseminação de metodologias de formação; 3) organização, publicação e disseminação de material pedagógico e subsídios para a formação; 4) articulação de formadores e educadores em rede nacional; e 5) Formação sistemática de gestores públicos atuantes em políticas de economia solidária.

A ação direta junto aos EES dá-se via “ações integradas em economia solidária”, desenvolvidas na parceria com prefeituras, governos estaduais e sociedade civil, que asseguram um eixo voltado à Formação, Informação e Assessoria Técnica. A importância da formação para os empreendimentos econômicos solidários e os agentes que atuam diretamente no seu assessoramento torna esta ação central. Neste sentido, é possível identificar a superação da meta proposta por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015.

Esses instrumentos são complementados na articulação com outras políticas de Educação voltadas à elevação da escolaridade, qualificação técnica/profissional, formação política dos EES e ao desenvolvimento/disseminação de tecnologias sociais, numa parceria interministerial envolvendo MEC, MCT e Secretaria Geral da Presidência da República.

No tocante aos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), em 2012 encerraram-se os convênios relativos aos 05 (cinco) centros regionais e 01 (um) nacional. Também se concluiu o processo de seleção de propostas para continuidade com a Chamada Pública 001/2012, objetivando consolidar uma Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária – REDE CFES, que funcionará com 07 unidades dos Centros, sendo 01 nacional e 06 regionais (02 na Região Norte). Até 2014 serão investidos cerca de R\$ 16 milhões para formação de 8 mil educadores (formadores e agentes de desenvolvimento) em economia solidária, a partir das diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

Quanto aos projetos que envolvem formação direta aos EES, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria foram garantidos, na parceria com estados e municípios em “Ações Integradas em Economia Solidária”, investimentos da ordem de R\$ 40,7 milhões, beneficiando 30,1 mil famílias (cerca de 85 mil pessoas) em 567 municípios brasileiros. As ações previstas na atuação dos Agentes de Desenvolvimento têm como abordagem o Desenvolvimento Territorial, e, dentre elas, estão a formação e o assessoramento técnico de 1,1 mil de EES.

Especificamente para o segmento Catador, com continuidade das ações de fortalecimento de sua organização produtiva no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com investimento de R\$ 21,4 milhões, serão beneficiadas diretamente 8,5 mil famílias, cerca de 20 mil pessoas, com formação e assessoria técnica.

A meta de formação e qualificação profissional está também assegurada em ações do Projeto CATAFORTE, na parceria BNDES, Petrobras, Fundação Banco do Brasil e MTE, que beneficia cerca de 25 Redes de Cooperação e 187 cooperativas e associações de catadores.

Quanto ao acesso da Economia Solidária em outras políticas de Educação, destacam-se:

- A) Articulação com Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), para inserir Economia Solidária como tema na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para 2012, foram elaborados materiais específicos para subsidiar professores e alunos na Formação de Gestores e Professores, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC);
- B) Articulação com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) para atuação no PRONATEC e no Programa Mulheres Mil. No primeiro, em duas linhas: ações com catadores, com a meta de incluir no PRONATEC 40 mil catadores até 2014, e ações com o PBSM; no segundo, por meio da elaboração de material didático-pedagógico e formação de 200 gestores;
- C) Articulação com a Secretaria Geral da Presidência (SG/PR) na construção de programa de fortalecimento da Educação Popular, envolvendo outros órgãos do Governo Federal.

Quantidade alcançada: 2.455

Data de Referência: 30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	453	31/12/2012
Região Nordeste	4.000	unidade	902	31/12/2012
Região Norte	1.000	unidade	164	31/12/2012
Região Sudeste	2.000	unidade	560	31/12/2012
Região Sul	2.000	unidade	376	31/12/2012

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Objetivo: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Para atingir o respectivo objetivo são desenvolvidas diversas ações que, em seu conjunto, são responsáveis pela elevação do atendimento escolar com qualidade além do acesso e permanência. Destacam-se as ações de infraestrutura, como as construções, reformas e ampliações financiadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que buscam a ampliação e qualificação da rede física escolar pública de educação básica. Destaca-se, ainda, o financiamento do governo federal para a ampliação do acesso à educação infantil que ocorre no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do

Crescimento - PAC 2, para a construção de unidades de educação infantil. O financiamento viabiliza a construção de creches e pré-escolas, sendo que, somente no exercício de 2012, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação, principalmente no que tange à questão da permanência, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Foram aprovados mais de 3 mil projetos em 2012, que englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios), bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidades da educação básica. No período de 2011 a 2012, foram aprovados 3.012 projetos de construção e 1.669 de cobertura, atendendo 1.755 municípios.

A aquisição de mobiliário escolar, inserida no âmbito do PAC equipamentos, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica. Foram disponibilizados conjuntos escolares além de mesa acessível para pessoa com cadeira de rodas, totalizando 3,9 milhões de unidades.

Além da infraestrutura, outras ações convergem para o alcance desse objetivo, como a ampliação do escopo e dos recursos repassados aos entes federados para a alimentação escolar e a educação digital no exercício de 2012. O acesso e a permanência também são logrados com ações de transporte escolar, especialmente em áreas rurais, e com ações de fomento à educação integral, como o programa Mais Educação. Ações para manutenção de unidades de educação infantil, inclusive no âmbito do Brasil Carinhoso, são importantes, principalmente no que se refere à elevação do atendimento escolar infantil.

A utilização de sistemas informatizados, o modelo de seleção das obras e uso de projetos padronizados, bem como o atendimento aos proponentes tanto no âmbito do PAC 2 quanto no âmbito do PAR são fatores facilitadores para o alcance do objetivo, tendo por pressuposto basicamente parcerias entre o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com estados e municípios.

No âmbito do Programa Nacional de Educação no Campo - Pronacampo, o MEC/FNDE disponibilizou apoio técnico e financeiro para a implementação de ações voltadas à formação de professores, à ampliação e melhoria da rede física escolar, à construção de unidades escolares, à aquisição de transporte escolar e à implantação de laboratórios de informática nas escolas quilombolas. Em relação ao transporte escolar, os sistemas de ensino são apoiados para garantir o transporte dos estudantes do campo, com o menor tempo possível no percurso residência-escola, respeitando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes.

Destaca-se ainda o transporte urbano acessível, que tem como finalidade promover a inclusão escolar por meio da garantia das condições de acesso e permanência na escola. Em 2012, o Governo Federal priorizou, em cada unidade federada, os municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pessoa com deficiência, em idade escolar obrigatória, fora da escola, conforme identificação da pesquisa domiciliar realizada. No final desse ano, o atendimento a essa demanda foi estendido para grandes cidades e estados.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais representa ação estruturante da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência ao promover o acesso

e a permanência destes estudantes em escolas públicas de ensino regular, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Com a finalidade de apoiar os sistemas de ensino na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, foram adquiridos, em 2012, equipamentos, mobiliários e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 13.500 novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas de recursos multifuncionais existentes, beneficiando mais 148.932 estudantes público alvo da educação especial matriculados nas redes públicas de educação básica.

Meta: Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas

Análise Situacional da Meta: A construção de escolas de educação infantil é parte do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal se iniciou em 2007 e, até o exercício de 2011, foram celebrados convênios para construção de mais de 2.500 escolas de educação infantil, utilizando projetos padronizados pelo MEC e também por meio de projetos próprios dos proponentes. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, com a previsão de construção de 6.000 unidades escolares para a educação infantil até 2014. No exercício de 2012 foram aprovadas construções de 1.628 escolas de educação infantil para municípios e o Distrito Federal. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas. Dessa forma, nos dois primeiros exercícios, o atendimento anual ocorreu dentro das previsões estipuladas.

Quantidade alcançada: 3.135

Meta: Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Análise Situacional da Meta: A educação infantil brasileira constitui um campo de ações políticas, práticas e conhecimentos em construção após décadas de abandono. Legalmente, integra-se ao sistema de ensino desde 1996 e compreende as creches para crianças de até 3 anos e 11 meses de idade e as pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade. Nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na educação infantil brasileira: a primeira, a idade prevista para o término da pré-escola, alterada em 2006, que passou de 6 para 5 anos, antecipando a entrada da criança no ensino fundamental; a segunda, introduzida em 2009, determinou a obrigatoriedade de atendimento na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, o que deverá ser implementado até 2016. A proposta de PNE, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola/creche para população de 0 a 3 anos era de 10,60%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 18,4%. Já em 2011, a taxa de frequência foi de 20,8%. Esses dados evidenciam o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil - a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão

competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Nesse sentido, o ProInfância, que está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), tem como um dos seus objetivos ampliar a oferta de creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos e prevê a construção de 6 mil creches e pré-escolas até 2014. Outra política pública que tem como objetivo reforçar o atendimento das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos é o programa Brasil Carinhoso, que contribui, dentre outras ações voltadas à primeira infância, para o aumento da oferta de vagas em creches, por meio de repasse de recursos federais para manutenção de creches públicas ou conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação. Uma medida de suma importância realizada pelo Brasil Carinhoso foi o aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar nessa etapa de ensino, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R\$ 0,60 para R\$ 1,00 e o valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R\$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R\$ 1.362. No total, esse repasse totalizou R\$ 131 milhões em 2012. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, o Ministério da Educação antecipou o repasse de recursos para novas creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb. Em 2012, esse apoio do governo federal somou mais de R\$ 39,6 milhões. Ressalta-se ainda as seguintes ações estratégicas, que visam subsidiar o cumprimento da meta:

- ampliação das estratégias de assessoramento técnico-pedagógico;
- repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- implantação de sistemática de Avaliação Nacional da Educação Infantil;
- orientações Curriculares para Educação Infantil.

Meta: Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020

Análise Situacional da Meta: A proposta de PNE - 2011/2020, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos era de 55,00%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 74,8% e, em 2011, a taxa era de 77,4%. Este dado evidencia o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil, políticas que já foram destacadas na meta de elevação da taxa de frequência para a população de 0 a 3 anos.

Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de

educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, que prevê, em linha com a ampliação da jornada escolar, recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ressalta-se, ainda, o Programa Escola Aberta, que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, atingindo, em 2012, a adesão de 3.827 escolas.

Outra importante linha de atuação que contribui para a consecução deste Objetivo, o programa Ensino Médio Inovador apoia às Secretarias Estaduais de Educação e do DF na busca da universalização do atendimento do ensino, com o objetivo principal de reestruturação do currículo escolar. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas.

Já o Programa Saúde na Escola atua na perspectiva da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram adquiridos materiais didáticos, equipamentos e instrumentos clínicos para subsidiar a execução das ações do programa.

Já a Política Nacional de Educação Infantil merece destaque principalmente pelo lançamento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, da ação Brasil Carinhoso, que objetiva ampliar a oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, prevendo também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, para atendimento de crianças cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, o MEC antecipa o repasse de recursos para novas matrículas em novas turmas de creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliem as matrículas de educação infantil.

Destacam-se ainda os mais de R\$ 2 bilhões repassados a 134.530 escolas públicas brasileiras pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as ações de Educação Integral e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Em relação à educação de jovens e adultos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, tem como objetivo elevar a escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e o desenvolvimento de

ações comunitárias. Os estudantes matriculados no ProJovem, que tenham, no mínimo, 75% de frequência nas atividades presenciais e que apresentam 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês, o que contribui para sua permanência e amplia sua possibilidade de conclusão e certificação. O Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano registrou, no ano de 2012, 91.841 matrículas. A edição 2012 envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino e 4.032 educadores em 309 municípios. Destaca-se a criação das Salas de Acolhimento para atender crianças de 0 a 8 anos, filhas de jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão estudando, o que contribui para a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão. O ProJovem estabelece ainda a obrigatoriedade da oferta de atendimento educacional especializado com disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade, bem como a contratação de tradutor e interprete de libras para atender os jovens surdos.

Já o Brasil Alfabetizado contribui para a redução do índice de analfabetismo no país e incentiva a progressiva expansão da EJA nos sistemas de ensino. Em 2012, o Programa atendeu 1,4 milhão de alfabetizandos, em 122.145 turmas de alfabetização, atendidos por 156.457 educadores, em todo o país. Destaca-se, ainda, a elaboração dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional com objetivo de expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social.

Ações com vistas à formação de professores, impressão e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para a Educação das Relações Etnicorraciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana concorreram para a consolidação da política de promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no ambiente escolar.

As ações desenvolvidas na área de Educação em Direitos Humanos (EDH) estruturaram-se em torno das temáticas de educação sobre direito das crianças e dos adolescentes, igualdade de gênero e diversidade sexual, fundamentadas no Plano Nacional de EDH e nas Diretrizes Nacionais para a EDH, e são desenvolvidas por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos. Em consonância com os eixos da Política Nacional da Educação Inclusiva, desenvolveram-se políticas que consolidam o direito das pessoas com deficiência ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que apoiam a plena participação, em igualdade de condições. Nesse sentido, foi ampliado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Em relação ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola, em 2012, adquiriu 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbanos acessíveis. Além disso, os entes adquiriram, com recursos próprios, 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Ressalta-se que a aquisição dos ônibus rurais foi realizada no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que apoia os sistemas de ensino para garantia de transporte escolar aos estudantes do campo. Já a aquisição de transporte acessível auxilia na promoção da inclusão escolar. Para o período de 2012 a 2014 está prevista a aquisição 2.609 de veículos acessíveis para contemplar 1.530 municípios.

Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes

Análise Situacional da Meta: O analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais apresentou queda significativa, principalmente quando realizada a comparação dos dados observados nos últimos anos. Em 2004, a taxa era de 11,5% e em 2011 o percentual foi de 8,6%. Com o objetivo de criar oportunidades de alfabetização a todos os jovens e adultos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental, em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tem por diretrizes: o fortalecimento da alfabetização como política pública prioritária nos estados e municípios; a articulação entre as redes de ensino para continuidade de estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e; a compreensão da educação como articuladora das políticas sociais do Governo Federal, em alinhamento com a meta de erradicação da pobreza extrema. Fortaleceu-se a integração das políticas de alfabetização no âmbito do PBA com outras políticas do Governo Federal, entre estas, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), especialmente no que tange ao Programa Bolsa Família; com a Secretaria Geral da Presidência, na Agenda Valor Ambiental, com vistas a ações de alfabetização, elevação de escolaridade, qualificação profissional e formação em Direitos Humanos e Educação Ambiental para os catadores de materiais recicláveis; com o Ministério da Saúde, para implementação do Projeto Olhar Brasil; com a Presidência da República, para atendimento aos canavieiros; com o Ministério da Justiça, para o atendimento às populações carcerárias; e com o Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio do Programa Pescando Letras. O PBA é executado pelos estados, municípios e Distrito Federal, com o apoio suplementar do Governo Federal para a execução dos planos de alfabetização de jovens e adultos. É assegurada a autonomia desses entes na organização de turmas e na definição metodológica, visando atender às especificidades da realidade local e do público atendido. Esta política favorece o desenvolvimento de processos educativos alinhados às diferenças étnicas, regionais, culturais, de gênero entre os segmentos sociais atendidos pelo Programa. Ressalta-se que o público beneficiário do PBA é, em sua maioria, oriundo da zona rural e das Regiões Nordeste e Norte, que foram as que apresentaram quedas mais significativas nas taxas de analfabetismo entre os anos 2000 e 2010: 7,13 pontos percentuais (p.p) e 5,15p.p, respectivamente (Censo IBGE, 2010). Igualmente, os dados da PNAD 2011 expressam os esforços despendidos nas reformulações mais recentes das Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos: a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, é de 8,6%, apontando-nos que, aproximadamente, 1,2 milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo entre os anos de 2009 e 2011. Com a mobilização nacional ao ingresso no programa de alfabetização de jovens e a melhoria da efetividade do programa, tem-se a possibilidade do cumprimento da meta de 6,5% estabelecida para 2015.

Outro resultado de destaque foi a queda na taxa de analfabetismo das mulheres entre 2009 e 2011. Os dados demonstravam que, em 2009, um total de 9,6% da população feminina era analfabeta. Em 2011, o analfabetismo entre as mulheres recuou para 8,4%, o que significa diminuição de 12,5% na taxa de analfabetismo em 2 anos. Isso indica que o analfabetismo feminino está diminuindo numa velocidade maior do que o masculino e colaborando para a maior parcela da queda do analfabetismo absoluto total.

O percentual de analfabetismo absoluto para a população negra também apresentou recuo considerável ao comparar os dados de 2009 e 2011. Nesse período, o analfabetismo da população negra caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2011. O recuo da taxa de analfabetismo da população negra foi superior ao recuo da taxa de analfabetismo da população brasileira total. Entretanto, a análise de indicadores educacionais, a partir do recorte étnico-racial, demonstra a desigualdade educacional no Brasil.

A taxa de analfabetismo da população do campo também recuou de 22,8% em 2009 para 21,2% em 2011. Esse resultado demonstra o esforço conjunto dos entes federados no

atingimento da meta. Como uma das ações que visam aumentar a escolaridade das populações do campo, está a implementação do PBA.

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Objetivo: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e de cursos técnicos de nível médio, articulados com educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio. Em 2012, foi dada continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011 e às novas ações de 2012, que incluem a assistência aos estudantes do Proeja, a formação de profissionais para atuação nos cursos e o desenvolvimento de pesquisa e de material didático. Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atingimento de 69,3 mil estudantes atendidos em cursos Proeja FIC e Proeja Técnico.

A articulação entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos vem sendo desenvolvida por meio de programas e iniciativas que, embora atentem para princípios importantes de inclusão social, de qualificação profissional e de elevação de escolaridade, têm pela frente o desafio de atingir o contingente significativo de pessoas acima de 18 anos que permanecem sem ter concluído a educação básica e a qualificação para o trabalho. Entre os programas que buscam promover o acesso à educação independentemente de idade, com respeito às diferentes culturas e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e a Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific).

A Rede Certific constitui-se como uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes a serem obtidos através de Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa Certific. As ações de certificação profissional por meio da Rede Certific tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, no âmbito da Rede Certific, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R\$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013.

Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo Governo Federal, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 18 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o

Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de 12,7 milhões.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (100 unidades de ensino); Rede Certific e Proeja FIC (36 unidades de ensino); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).

Coerente com os resultados das avaliações realizadas, as ações desenvolvidas em 2012 se concentraram, primordialmente, em esforços para ampliar o Programa Mulheres Mil e para definir estratégias de reestruturação e expansão do Proeja e da Rede Certific. As estratégias traçadas consideram, entre outras dimensões: a regulamentação e normatização, a formação continuada dos profissionais, a articulação intersetorial e interinstitucional, o apoio técnico, o acesso a material didático e pedagógico para estudantes e professores e a assistência estudantil.

Meta: Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres

Análise Situacional da Meta: Em 2012, o Programa Mulheres Mil foi implantado em 100 campus da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, totalizando 210 unidades, distribuídas em todos os estados do Brasil. As alunas beneficiadas pelo programa têm o seguinte perfil: 18 a 70 anos, com baixa escolaridade, à margem do mercado de trabalho e em situação de vulnerabilidade social. Anualmente, cada campus do Instituto Federal beneficia 100 mulheres. Em 2012, em decorrência da greve dos servidores da Rede Federal, alguns campus não conseguiram abrir novas turmas, o que afetou o cumprimento da meta de 2012, que era de 20 mil mulheres, sendo beneficiadas mais de 17 mil mulheres. Para 2013, a meta é atender 30 mil brasileiras.

Quantidade alcançada: 17.964

Data de Referência: 31/12/2012

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Objetivo: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: Neste objetivo se expressa o desafio de dar concretude, no âmbito das ações da Administração Pública, à natureza transversal e intersetorial da promoção da igualdade racial, imprimindo-a como objetivo presente no conjunto das políticas do Governo Federal. Para realizar esse desafio, algumas estratégias fundamentais são: a institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das

políticas de promoção da igualdade racial; a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR); e a formalização e o acompanhamento de Agendas Bilaterais com os Ministérios.

Em relação aos esforços de institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial, cabe destacar a atuação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em torno do próprio Plano Plurianual 2012-2015. A nova metodologia, adotada na elaboração e acompanhamento dessa versão do PPA, representa, em si, um avanço para fortalecer e dar visibilidade à questão étnico-racial como uma dimensão transversal nas políticas públicas. Esse avanço pode ser notado por meio da produção e divulgação das Agendas Transversais do PPA e do desenvolvimento em curso de ferramenta de acompanhamento das Agendas Transversais no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial, no tocante à constituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, com vias à descentralização das políticas de promoção da igualdade racial de forma articulada entre as esferas de governo, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR celebrou convênios com 10 (dez) Estados: três na Região Nordeste (Ceará, Maranhão, Paraíba); dois na Região Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso); dois na região Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro), um na Região Sul (Rio Grande do Sul) e dois na Região Norte (Acre e Tocantins). Esses convênios representaram o montante de R\$ 2.383.423,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais). Eles visam, sobretudo, dotar os organismos estaduais de promoção da igualdade racial de capacidade logística e operacional para a condução da política nesses Estados.

Entre as atividades desenvolvidas e detalhadas nas metas deste objetivo, destacam-se: as consultorias para a formulação de uma proposta do Sistema de Monitoramento; as articulações visando a cooperações técnicas estratégicas para o monitoramento das políticas de Promoção da Igualdade Racial - PIR; e a constituição da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pela SEPPIR.

No âmbito das Agendas Bilaterais com Ministérios destaca-se que, ao longo do biênio 2011/2012, a SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções com o Ministério da Saúde e um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social, que se encontram atualmente em curso. O foco prioritário para novas Agendas com Ministérios é a definição dos programas que tenham maior impacto direto na vida da população negra. Deve-se escolher em cada ministério um determinado programa.

Outra atividade bem sucedida no ano de 2012 e que terá continuidade em 2013 é o Projeto “Rodas de Conversa”, que tem como objetivo promover reflexões referentes à qualificação de processos e práticas da gestão governamental no enfrentamento ao racismo e na promoção da igualdade racial, bem como contribuir para o fortalecimento da gestão, compartilhando experiências por meio de atividades de formação e aprimoramento do corpo técnico interno e externo à instituição e dos demais gestores e profissionais da SEPPIR.

Em 2013, serão publicadas e distribuídas as palestras realizadas no ano de 2012. O registro das palestras destina-se a manter a memória do projeto. Com isso, o conhecimento adquirido será preservado, além de poder ser disseminado, ao mesmo tempo em que se mantém a própria memória institucional e das Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

Cabe registrar ainda que foi enviado aos órgãos da Administração Pública Federal o Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-Casa-Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina “a inclusão dos campos cor ou raça e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo”, o que permitirá a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

Meta: Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero

Análise Situacional da Meta: Visando à implementação de um Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR contratou três consultores, por meio de cooperação técnica com o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Com base nos resultados apresentados pelas consultorias, em setembro de 2012, foram elaborados os requisitos necessários para a constituição desse sistema, a ser implementado em 2013.

A implantação do Sistema de Monitoramento ocorrerá por meio do desenvolvimento paulatino de módulos, visando monitorar Planos Estratégicos (Plano Plurianual, Plano de Trabalho Anual da SEPPIR); acompanhar e aperfeiçoar as articulações com os Órgãos do Governo Federal; acompanhar o desempenho da SEPPIR por área de atuação (Ações Afirmativas e Comunidades Tradicionais); e divulgar dados e informações sobre a situação da população negra no Brasil.

Ainda em 2012, foram realizados esforços de ampliação, organização e divulgação das bases de dados disponíveis sobre a situação da população negra e as políticas de promoção da igualdade racial. Nesse sentido, foi contratada consultoria para a proposição de uma base de dados única das informações sobre comunidades quilombolas. A proposta foi elaborada e encontra-se em fase de implementação.

Entre as ações previstas para 2013, destacam-se: a implantação paulatina do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a realização de cooperação técnica com IBGE, IPEA e outros órgãos para a ampliação e divulgação de dados sobre questão racial; articulação junto ao Ministério da Educação para a constituição do Sistema de Monitoramento da Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012); consolidação da base de dados única sobre as comunidades quilombolas; e realização de novos mapeamentos de comunidades tradicionais de matriz africana nas regiões metropolitanas.

Ainda no Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, deverão ser considerados alguns eixos: o estímulo a ações que levem os órgãos a considerar a perspectiva racial; o impacto das ações na população negra; o impacto do Sistema dentro do governo; e as demandas apresentadas pela sociedade civil. O sistema de monitoramento está sendo desenvolvido a partir de grandes planos estratégicos do Governo Federal em relação ao tema racial, como o Programa Brasil Quilombola e o Plano Juventude Viva. Os indicadores de monitoramento serão organizados por eixo de cada plano estratégico. Dentro desses eixos, estarão contemplados indicadores desagregados por gênero.

Meta: Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram publicados dois relatórios:

- 1) O Mapa da Violência 2012, A Cor dos Homicídios no Brasil, em novembro;
- 2) Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, julho de 2012 – publicado, em formato digital, o diagnóstico do Programa que traz o histórico de execução, dados socioeconômicos das comunidades e informações sobre as comunidades no Brasil.

A partir da constituição do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pretende-se produzir e disseminar relatórios periódicos em vários campos.

A SEPIR está pactuando com o CNPq e a UnB a produção do Mapa de Ações Afirmativas, um relatório contendo informações sobre instituições públicas e privadas que tenham desenvolvido programas de ações afirmativas. Para 2013, estão previstos relatórios de monitoramento da Lei nº 12.711 (Lei de Cotas). A perspectiva de gênero será incluída assim como se realiza, por exemplo, no Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, organizado por SEPIR, SPM, IPEA e outros parceiros, devendo ser destacada particularmente nos temas em que há uma forte intersecção com a questão racial, como é o caso do tema trabalho doméstico.

Quantidade alcançada: 2

Data de Referência: 31/12/2012

Objetivo: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo: Dados obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde demonstram que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

O Plano Juventude Viva, elaborado em parceria pela SEPIR com a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), visa a enfrentar essa situação de violência contra o jovem negro, mediante a oferta de bens e serviços públicos e cidadania. O Plano conta com a participação de outros oito ministérios (Justiça, Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Esporte, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Em seu diagnóstico, infere-se que aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros no ano de 2010 concentraram-se em apenas 132 municípios brasileiros. A estratégia de lançamento do plano iniciou-se pela adoção de um Piloto no estado de Alagoas, que detém os maiores índices de violência. Foi lançado, assim, em setembro de 2012, o primeiro módulo do Plano Juventude Viva, nos municípios de Maceió, União dos Palmares, Arapiraca e Marechal Deodoro, em Alagoas.

Meta: Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras

Análise Situacional da Meta: A SEPIR tem acompanhado sistematicamente a implementação do Programa Rede Cegonha, sendo membro dos seguintes Grupos de Trabalho

desta rede: Implementação de Legislação Vigente, Formação Profissional, Mobilização Permanente. Em 2013, no âmbito das Ações Integradas para as Mulheres Negras, pretende-se contratar pesquisas para verificar as condições de morbimortalidade da população negra a fim de propor estratégia de intervenção junto a este programa do Ministério da Saúde.

Os últimos dados disponíveis, obtidos no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), referem-se ao ano de 2010. Somente em 2014, os dados do ano de 2012 estarão disponíveis - tempo necessário para a consolidação das informações pelo referido Ministério.

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Objetivo: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do Programa Segundo Tempo foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização e, ainda, no fortalecimento da proposta pedagógica, com a implementação de uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e a ampliação das estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional, resultando na qualificação do atendimento aos beneficiados.

Além disso, o programa avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros em suas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Para os programas Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, foi dado prosseguimento à produção dos materiais esportivos e uniformes dos convênios celebrados em anos anteriores.

Já o Vida Saudável, até 2011 considerado um núcleo do PELC, em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade

a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, buscando avançar na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Atualmente novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável estão em processo de implementação.

Além destes pontos, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação do PELC e do Vida Saudável tiveram importantes investimentos, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores in loco e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas.

Com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o Ministério do Esporte (ME) apoiou um calendário de competições, atendendo a aproximadamente 3,7 mil atletas. Foram apoiados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 3,2 mil beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembleia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, com a participação de aproximadamente 2,5 mil atletas, na cidade de Natal/RN.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- **EDUCAÇÃO:** Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens. Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.
- **PROTEÇÃO SOCIAL:** Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.
- **SAÚDE:** Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da

Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

Meta: Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.

Análise Situacional da Meta: No Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos, sendo 162 urbanos (atendendo a 116.000 beneficiados na região Nordeste, 304.000 na região Sudeste, 20.000 na região Centro-Oeste, 92.000 na região Norte e 116.000 na região Sul) e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte). Consta nas diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano. Além disso, convém destacar que, na produção científica do PELC, estão em fase de pesquisa e elaboração de capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros.

Quantidade alcançada: 660.000

Data de Referência: 14/02/2013

Meta: Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça

Análise Situacional da Meta: Os fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo já contemplam o capítulo “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”, que orienta quanto à aplicação da proposta de promover a inclusão social com foco nas questões de gênero e raça/etnia. Especificamente nas diretrizes do PST padrão, em 2012 também foi consolidado como um dos princípios o “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social”, detalhando no item “o que se espera com o desenvolvimento dos projetos” a democratização do acesso ao esporte educacional, sem qualquer distinção ou discriminação.

Ademais, na capacitação pedagógica promovida, os profissionais vinculados ao PST são orientados a contemplar nos planejamentos pedagógicos modalidades atrativas para ambos os gêneros, formar turmas mistas e trabalhar de forma inclusiva com todos os beneficiados, sendo a respectiva efetivação verificada regularmente nas visitas de acompanhamento realizadas a cada ciclo pedagógico.

Já nas diretrizes do PST no Mais Educação, foi inserido o objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições

físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”.

Também consta nas diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

Além disso, convém destacar que, na produção científica dos programas PST, PELC e Vida Saudável, estão em fase de pesquisa e elaboração de capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros.

Objetivo: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo: Com esse objetivo, vêm sendo executadas ações voltadas para a constante melhoria e desenvolvimento do esporte de alto rendimento nacional, tendo como principais realizações:

1. PROGRAMA BOLSA ATLETA

Em 2012 foram oferecidas cinco categorias de bolsa: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico, dobrando-se o investimento em bolsas na base do esporte brasileiro. O país alcançou o maior volume de recursos aplicados diretamente no desempenho de atletas brasileiros, resultado que está em plena sintonia com o objetivo de transformar o Brasil em potência esportiva a partir de 2016. A importância da iniciativa é destacada quando se analisa a delegação de 259 atletas brasileiros que foram aos Jogos Olímpicos de Londres 2012, dos quais 111 eram bolsistas, sendo que 10 deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Já dos 182 atletas da delegação que foi aos Jogos Paralímpicos, 156 eram bolsistas, e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios. Foram contempladas 2.266 atletas mulheres no ano de 2012. Como estratégia de desenvolvimento da iniciativa, será implementada a nova categoria Atleta Pódio, parte integrante do Plano Brasil Medalhas.

2. PLANO BRASIL MEDALHAS

Em 2012, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Medalhas 2016, com investimento previsto de R\$ 1 bilhão no próximo ciclo olímpico, entre 2013 e 2016. O Plano contém um conjunto de medidas para o desenvolvimento de modalidades com o objetivo de posicionar o Brasil entre os dez principais países olímpicos e os cinco principais paralímpicos. Serão priorizados investimentos nas modalidades com mais chances de obter medalhas. Foram escolhidas 21 modalidades olímpicas e 15 paralímpicas. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as conquistou e garantir outras medalhas em novas modalidades. Do total de recursos a serem investidos, dois terços serão do Orçamento Geral da União e um terço serão investimentos de empresas estatais. Desse investimento adicional, R\$ 690 milhões serão aplicados diretamente no apoio ao atleta e R\$ 310 milhões se destinarão à construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um paralímpico. Vale lembrar que as modalidades não

incluídas no Plano continuarão sendo apoiadas e seguirão recebendo recursos pelas fontes tradicionais de financiamento federal. Da mesma forma, as outras categorias do Bolsa Atleta (Estudantil, de Base, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica) serão mantidas com os critérios atuais.

3. SUPORTE À GESTÃO

Para melhorar a capacidade operacional, buscar maior celeridade nos seus processos e aprofundar o conhecimento sobre o esporte de alto rendimento, foram firmados contratos com a Fundação Getúlio Vargas (apoio à elaboração dos projetos básico e executivo da construção do novo autódromo internacional do Rio de Janeiro, no bairro de Deodoro); com a Caixa Econômica Federal (profissionais da estatal vão colaborar na análise técnica de projetos de engenharia, tendo sido criados núcleos de trabalho nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília); e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (60 especialistas bolsistas levantarão informações sobre esportes olímpicos e paralímpicos no país, contribuindo para a formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento).

4. OBRAS OLÍMPICAS

No mês de maio de 2012, o Ministério do Esporte assinou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com a Prefeitura do Rio de Janeiro, termos de cooperação que estabelecem as incumbências dos entes federativos na construção de instalações esportivas para os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos Rio 2016 sob a responsabilidade do setor público. As obras do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), que abarcam o estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio, ficarão a cargo do governo estadual. Já as instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando estádio de handebol, pista de atletismo, velódromo, complexo de tênis e parque aquático, serão executadas pelo Município do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, o financiamento é da União, cabendo ao Ministério do Esporte o repasse dos recursos necessários e o acompanhamento da execução das obras.

Meta: Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.

Análise Situacional da Meta: Com apoio do Ministério do Esporte foi realizada, no período de 15 a 25 de novembro de 2012, a Copa Libertadores de Futebol Feminino, com objetivo de estimular e fomentar a participação de equipes brasileiras em eventos do futebol. A competição foi realizada em três cidades sede no Estado de Pernambuco (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão). Eventos internacionais trazidos para o território nacional auxiliam a promoção do futebol feminino, estimulam a criação de equipes regionais, despertam o interesse de novos atletas, bem como aproximam os torcedores dessa modalidade de futebol no cenário nacional. Também foram realizadas diversas reuniões com a Confederação Brasileira de Futebol no sentido de criar mecanismos para o desenvolvimento da modalidade em todo o território brasileiro. Está prevista, para o segundo semestre de 2013, a realização do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Será realizada, de 13 a 27 de outubro de 2013, em Foz do Iguaçu, a Copa Libertadores de Futebol Feminino.

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Indicador

Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência

Índice de Referência: 77%

Data de Referência: 31/12/2010

Indicador Apurado: 85,33%

Data da Apuração: 31/12/2012

Objetivo: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando a prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinados a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material e das condições de atendimento, para a ampliação do acesso aos serviços e para o aprimoramento da gestão dessas Unidades.

Em relação aos serviços, em 2012, merecem ser destacados: a expansão do cofinanciamento do PAIF a municípios com déficit de cobertura de CRAS; a expansão de equipes volantes para atuação em áreas dispersas ou isoladas; a continuidade e o aprimoramento

dos processos de acompanhamento da implantação dos serviços e da evolução das metas de desenvolvimento dos CRAS. Além disso, também foram disponibilizadas as Orientações Técnicas sobre o PAIF, material que fornece subsídios para melhorar a qualidade da execução do serviço.

Também foram envidados esforços para a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o que implica em seu referenciamento ao CRAS e sua articulação ao PAIF. Além disso, destaca-se a elaboração de proposta de reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias (crianças, adolescentes e idosos), com o propósito de equalizar e universalizar a oferta.

Em relação ao SCFV para adolescentes (Projovem Adolescente), em 2012, foram priorizados a finalização do Sisjovem (aplicativo de gestão do serviço), a realização do Referenciamento anual, o apoio técnico aos Estados e o levantamento de informações para subsidiar a avaliação e, em seguida, a formulação de nova proposta para o serviço, dentro do reordenamento do SCFV.

Por meio da Resolução Nº 6/2012, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou, dentre outros, os critérios de partilha de recursos para a construção de CRAS, aprovados pela Resolução Nº 10/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre os 206 municípios que atendiam aos requisitos estabelecidos, 184 (89%) apresentaram propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Por fim, destaca-se a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. Este programa integra o Plano Brasil sem Miséria e funciona de forma articulada com o PRONATEC. Em 2012, o cofinanciamento federal para o Acessuas Trabalho foi ofertado a 343 municípios, dos quais 292 (85%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela mobilização de aproximadamente 120 mil usuários.

Meta: Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF

Análise Situacional da Meta: Dentro da estratégia de priorizar as ações que integram a Agenda Social do Governo Federal, o Ministério instituiu o Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero, e está representado no Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

No âmbito do SUAS, o tema tem sido tratado nas orientações técnicas sobre os serviços. Na conceituação do público-alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, como perfil de famílias que demandarão proteção proativa, foram incluídas as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes, que vivem em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, por se constituírem em exemplos de famílias em processo de reconstrução de autonomia.

Constituem diretrizes teórico-metodológicas do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF a recusa a concepções, valores e posturas que estabelecem a condição de subalternidade

das mulheres e o estímulo à participação, tanto da figura materna quanto da figura paterna, no cuidado e proteção dos demais membros familiares.

Além disso, foram incluídas nas orientações técnicas, sugestões de inclusão do tema Direito das Mulheres em oficinas com famílias e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando a promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares, dentre outros.

O Censo SUAS 2011 mostrou que dos 5.751 (76%) CRAS que realizaram atividades de grupos no âmbito do PAIF (em agosto/11, o mês de referência), 59% afirmaram que a questão dos Direitos das Mulheres estava entre as principais temáticas.

Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

- a) expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.
- b) realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.
- c) intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.
- d) Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:

- a) início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;
- b) expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;
- c) implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;
- d) capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispendo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.

Meta: Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres

Análise Situacional da Meta: As ações de defesa civil são coordenadas no território nacional pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que integra o Ministério da Integração Nacional. O MDS compõe o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec), órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

Na Assistência Social, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências foi tipificado por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, cabendo a todas as esferas federadas a responsabilidade compartilhada de enfrentamento de situações de emergência.

Com o objetivo de orientar gestores e trabalhadores, a SNAS/MDS propôs uma Instrução Operacional (IO) estabelecendo orientações para a operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado de calamidade pública. Além disso, vêm sendo desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Capacitação de gestores e técnicos, na gestão de situações de desastres;
- Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;
- Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto nº 6.307/07. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;
- Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais; e
- Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios.

Meta: Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial

Análise Situacional da Meta: Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Merecem destaque:

- a) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS;
- b) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop; e
- c) a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando a sensibilizá-los e induzir a inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social.

Meta: Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT

Análise Situacional da Meta: Em atenção a esta meta, foram elaboradas orientações aos municípios sobre os serviços de acolhimento que sofreram expansão: o Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência e o Serviço de Acolhimento para população em situação de rua.

Os documentos foram elaborados visando a orientar os gestores e técnicos no processo de implantação e reordenamento desses serviços, sendo disponibilizados no portal eletrônico do MDS.

Em relação ao serviço de acolhimento para pessoas idosas, teve início a elaboração das orientações técnicas, que resultarão em cadernos a serem publicados e divulgados em 2013.

Em todas essas publicações, houve a preocupação de se fazer recortes quanto a questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

Meta: Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha

Análise Situacional da Meta: Um conjunto de iniciativas têm sido empreendidas, no sentido de aprimorar a atenção especializada à mulher em situação de violência, contemplando as questões de raça ou etnia, entre as quais devem ser destacadas:

- a) a inclusão no planejamento do acordo entre o MDS e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - para elaboração de protocolo intersetorial e orientações técnicas específicas para atendimento e acompanhamento especializado à mulher em situações de violência;

- b) a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito da SNAS, para aprofundamento de temas relativos a gênero e direito da mulher, na política de assistência social;
- c) a participação de profissionais da SNAS no Grupo de Trabalho Interministerial “Mulheres Presas e suas Famílias”, no Comitê de Gênero e Mulheres do MDS; e
- d) a participação de profissionais da SNAS na elaboração de documento preliminar sobre orientações técnicas, com enfoque nas questões das mulheres usuárias de crack e de conteúdos sobre questões de gênero, para disseminação nas capacitações em desenvolvimento pelo Comitê de Gênero e Mulheres do MDS.

Meta: Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência

Análise Situacional da Meta: O Censo SUAS 2011 registrou informações de 2.110 CREAS, dos quais 1.667 (79%) informam ter atendido situações de violência contra mulheres (violência física, psicológica, negligência e abandono) superando o percentual identificado no Censo 2010 (77%, considerando as 1.590 unidades registradas).

Ao considerar as situações de violência nas suas especificidades, os percentuais de unidades que informaram atendimentos foram:

- Violência Física contra as mulheres adultas: 74,21%;
- Abuso sexual contra as mulheres adultas: 44,21%;
- Violência psicológica contra as mulheres adultas: 79%;
- Exploração sexual contra as mulheres adultas: 30%;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual contra as mulheres adultas: 27,63%;
- Tráfico de pessoas (mulheres adultas): 12%;
- Situação de rua (mulheres adultas): 39,71%.

O Censo SUAS 2012 encontra-se em fase de validação e análise de dados. Sua análise permitirá o acompanhamento da evolução da meta.

Quantidade alcançada: 1.667

Data de Referência: 31/08/2011

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Objetivo: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo: O Governo Federal ampliou o recorte de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência por meio dos trabalhos em GTs temáticos,

na organização e no desenvolvimento das atividades da RIO+20, eventos e publicações e principalmente na definição dos produtos dos consultores que são fruto de uma parceria entre a SNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e UNESCO.

No que tange à formação de gestoras jovens para a política de gênero, a SNJ tem reforçado essa política com a criação do Grupo de Trabalho de Jovens Mulheres e no desenvolvimento da parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM que já possui capacitações específicas para o tema.

Meta: Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens

Análise Situacional da Meta: O Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. O Plano conta com recortes específicos de gênero em suas ações, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Meta: Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens

Análise Situacional da Meta: Foi instituído o GT jovens mulheres que se reuniu durante o ano de 2012 e debateu sobre os temas e estratégias de viabilizar parceria para prevenção. Os trabalhos continuam em andamento.

Meta: Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero

Análise Situacional da Meta: Estão sendo realizados estudos para firmar Termo de Cooperação com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, que já possui capacitações específicas para o tema.

Objetivo: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Instituto da Aprendizagem Profissional constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, essa política proporciona aos maiores de 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos e às pessoas com deficiência sem limite de idade a conexão entre a Formação Profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial – ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos.

A partir desse dispositivo legal, exige-se que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores, excetuando-se da base de cálculo as funções que exijam nível superior,

técnico e/ou de gerência e confiança, e efetuem a matrícula em cursos de formação técnico-profissional metódica, que devem corresponder a todo o período do contrato de trabalho. Essa concomitância entre atividades teóricas e práticas, previamente definidas e organizadas em tarefas de complexidade progressiva, estrutura os programas de aprendizagem profissional. A matrícula em programas de aprendizagem deve observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos.

Por se tratar de contrato de trabalho, cabe ao MTE, por meio da auditoria trabalhista, fiscalizar o cumprimento da cota reservada à aprendizagem nas empresas e à regularidade das condições de trabalho dos aprendizes. A Aprendizagem constituiu uma das prioridades da inspeção do trabalho no PPA 2008-2011 e manter-se-á como tal no presente Plano. O MTE determinou que a fiscalização para a inserção de aprendizes no mercado de trabalho fosse incluída como projeto obrigatório de fiscalização em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE).

O MTE coordena o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que promove o diálogo entre órgãos, entidades formadoras e de representação, sociedade civil organizada e outras esferas do poder público e privado, mobilizando a todos no sentido de promover os direitos de adolescentes e jovens à profissionalização e ao trabalho decente.

Em âmbito estadual, até 2012, foram implementados fóruns nos Estados de: Roraima, Rondônia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A meta estipulada é que, até o 1º Semestre de 2013, todos os Estados da Federação sejam contemplados.

Ainda em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012, foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

Especificamente quanto à ação fiscal, o ano de 2012 registrou mais um recorde, com superação da meta, posto que foram inseridos 140.900 aprendizes no mercado de trabalho por força da fiscalização do trabalho.

Aprendizes inseridos no mercado de trabalho por ação fiscal – ano 2012:

Região Centro Oeste = 14.923

Região Nordeste = 26.138

Região Norte = 10.162

Região Sudeste = 14.923

Região Sul = 18.509

Total = 140.900

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

Meta: Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, a participação de mulheres adolescentes e jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem representou um total de 47,25% (135.536 contratos, sendo 85.515 aprendizes com idade de até 17 anos) contra 52,75% de homens (151.291, sendo 103.023 aprendizes com idade de até 17 anos). De janeiro a maio de 2013, foram admitidas 44.507 aprendizes do sexo feminino com idade de até 17 anos e 55.282 aprendizes do sexo masculino com idade de até 17 anos.

Quando a análise é realizada por Estados da Federação, nota-se que a proporção se mantém homogênea quando comparada aos dados nacionais. Em 2012, os Estados do Ceará (52,68%), Rio Grande do Norte (56,85%), Pernambuco (50,93), Sergipe (51,97), Bahia (50,07), Mato Grosso do Sul (55,59) e Goiás (50,51) tiveram o número de mulheres superior ao de homens nos contratos de Aprendizagem.

As ações do Ministério do Trabalho estão no sentido de incentivar a participação feminina nessa modalidade de contratação por meio do monitoramento dos dados e a discussão do tema no âmbito dos Fóruns Nacional e Estaduais.

Quantidade alcançada: 135.536

Data de Referência: 31/12/2012

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Objetivo: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Minha Casa Minha Vida, em 2012, apresentou resultados positivos no provimento de moradias para famílias de baixa renda, bem como no estímulo ao crescimento econômico. No ano de 2012, o Programa gerou impacto sobre o crescimento econômico estimado em cerca de 0,8 % do PIB; sobre a geração de emprego, garantindo aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho formais; e sobre a oferta de moradias adequadas, ao consolidar a entrega de mais de 1 milhão e superar a marca de 2 milhões de unidades contratadas. Desde o início do Programa, já foram entregues moradias a mais de 4 milhões de brasileiros, sendo 26% para famílias com renda até R\$

1.600,00. No ano de 2012, as contratações de unidades habitacionais para famílias nesta faixa de renda corresponderam a 48% do total no ano. No total, foram 817.573 unidades contratadas em 2012 e 486.174 unidades entregues, o que corresponde a um aumento de 78% e 71%, respectivamente, quando comparado a 2011. Em 2012, houve contratação de unidades habitacionais no programa Minha Casa Minha Vida em 4.081 municípios, sendo 388 pela primeira vez. O bom desempenho do programa no ano de 2012 se deve, dentre outros fatores, ao volume de recursos do Orçamento Geral da União compatível aos objetivos do programa; a revisão de alguns parâmetros do programa, como o aumento do valor máximo de produção da unidade habitacional e a elevação do limite individual de valor de venda ou de avaliação do imóvel (nos casos de financiamento pelo FGTS); e a experiência adquirida após o terceiro ano de programa pelos participantes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Alguns fatores específicos nas modalidades do programa dificultaram a execução do objetivo, como a morosidade na apresentação e análise de projetos na modalidade Entidades; e a disponibilização das cotas de subvenção econômica para municípios com população de até 50 mil habitantes apenas em junho, o que adiou a contratação das unidades para 2013. Para o ano de 2013, a previsão é de que as contratações das unidades habitacionais apresente ritmo semelhante ao de 2012. Contudo, espera-se que o número de unidades entregues seja superior devido à elevação da contratação de 2012 em relação a 2011. No ano de 2012, o Ministério das Cidades realizou importantes pactuações como acordos de parcerias, com aporte de recursos financeiros, com os estados de São Paulo e Paraná; conclusão de duas obras de imóveis adquiridos pelo INSS (Florianópolis-PI e Rio Grande-RS) e requalificados pelo o programa; e a assinatura de termo de cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a construção de 40 mil cisternas na zona rural.

Meta: Produzir ou reformar 1,2 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram contratadas 391.169 unidades habitacionais, o que corresponde a aproximadamente 32,5% da meta total do programa, número considerado satisfatório para o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada: 391.169

Data de Referência: 31/12/2012

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Objetivo: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania e qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo: Está prevista, para 2013, a capacitação de 1.500 pescadores artesanais em informática básica e a capacitação de 600 pescadoras e aquicultoras pelo Programa Mulheres Mil.

Meta: Capacitar 10.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram conduzidas articulações junto à Coordenação do Programa Mulheres Mil, no MEC, para desenvolvimento dessa parceria. Para o ano de 2013, está prevista a capacitação de 600 pescadoras e aqüicultoras, sendo 60 para a região Sul, 60 para a região Sudeste, 60 para a região Centro Oeste, 240 para a região Nordeste e 180 para a região Norte.

Meta: Capacitar 4.000 merendeiras em manipulação e preparo de pescado

Análise Situacional da Meta: A capacitação dos profissionais responsáveis pela preparação dos alimentos constitui-se numa estratégia para a ampliação do consumo de pescado por parte dos estudantes. Em 2012, buscou-se obter informações sobre inserção de pescado na alimentação escolar, que possibilitassem elencar os estados e municípios em que as ações serão focalizadas. O levantamento foi finalizado em 2012 e permitirá a definição de áreas de atuação prioritárias para viabilizar o atendimento desta meta, cujas ações deverão ser iniciadas em 2013.

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Objetivo: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo: No campo da ampliação da proteção previdenciária, o foco de atuação tem sido setores da sociedade que apresentam um histórico de fragilidade, como os pequenos empreendedores (Plano Simplificado e Micro Empreendedor Individual), trabalhadores domésticos (dedução do IR), trabalhador facultativo de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência (redução de alíquota) e trabalhadores do campo (contratação simplificada de trabalhadores rurais para pequenas atividades).

Importantes alterações na legislação foram realizadas, como a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que, dentre outras medidas, reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual - MEI e do segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, no qual se inserem as "Donas de Casa de Família de Baixa Renda". Importante alteração legislativa, com vigência a partir de 2012, refere-se à ampliação do limite de faturamento do MEI, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anual.

Em relação ao MEI, o programa conta atualmente com 2,665 milhões de trabalhadores inscritos, conforme dados de dezembro de 2012. Já em relação às donas de casa, que puderam contribuir com a alíquota de 5% desde meados de 2011, espera-se atingir um milhão de contribuintes até o final de 2015. No mês de dezembro de 2012, 372 mil segurados realizaram essa contribuição simplificada de 5% do salário mínimo.

Meta: Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%

Análise Situacional da Meta: De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2011, a proteção social era maior entre os homens (71,4%), frente às mulheres (69,7%).

Entre os idosos, aqui definidos como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, a proteção previdenciária foi estimada em 82,1%. Os idosos socialmente protegidos – que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime previdenciário ou da assistência social ou contribuía para a Previdência Social – totalizavam 19,31 milhões de pessoas em 2011, sendo 9,01 milhões de homens e 10,30 milhões de mulheres. A proteção social entre os homens chegava a 86,5%, resultado superior ao observado entre as mulheres (78,6%).

Há uma mudança de comportamento bastante clara na série histórica da taxa de proteção previdenciária da população ocupada com idade entre 16 e 59 anos. No período 1992-2002, a variação no contingente de desprotegidos foi mais que proporcional ao crescimento da população protegida com o mesmo recorte etário. Como resultado, o percentual de protegidos diminuiu, passando de 66,4% em 1992 para 61,7% em 2002. Ambos os sexos registraram redução da cobertura, sendo que a queda mais pronunciada ocorreu entre os homens. Já entre 2002 e 2011, os dados revelam uma reversão dessa tendência, com uma melhora visível no nível de cobertura (de 61,7% em 2002 para 63,4% e 70,6%, respectivamente, em 2005 e 2011) para homens e mulheres.

A taxa de cobertura feminina, que vem batendo recordes sucessivos nos últimos quatro anos, tem contribuído crescentemente para o resultado geral da cobertura.

Com objetivo de ampliar a cobertura de pessoas de baixa renda, principalmente da mulher dona de casa, o Governo sancionou a Lei nº 12.470, de agosto de 2011, que alterou, dentre outros, o Artigo 21 da Lei nº 8.212 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social. Essa alteração estabelece alíquota diferenciada de contribuição para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda.

Sob essa regra, o segurado pode optar pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor de poder passar a contribuir com apenas 5% do limite mínimo mensal do salário de contribuição, no caso o salário mínimo nacional.

No âmbito da Lei nº 12.470/2011, considera-se família de baixa renda aquela cuja renda mensal familiar não ultrapasse 2 salários mínimos e esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Quantidade alcançada: 69,7

Data de Referência: 30/09/2011

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Objetivo: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Meta: Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã

Análise Situacional da Meta: A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm

desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

Objetivo: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: O ano de 2012 foi dedicado ao debate sobre os marcos regulatórios mais importantes para a temática. São exemplos: o Projeto de Lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH); o PLC 122/2006, marco contra a violência e a discriminação homofóbica, que está sob análise da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Além do Legislativo, houve avanços no fortalecimento da rede de combate à homofobia e promoção dos direitos LGBT com a implantação de inéditos três Comitês Estaduais de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia (AC, RS e SP). A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

Meta: Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT

Análise Situacional da Meta: Durante 2012 foram implantados os três primeiros Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no país. O Comitê do Acre foi inaugurado no dia 07/12, o Comitê do Rio Grande do Sul no dia 14/12 e o de São Paulo no dia 18/12. A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

Meta: Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foi debatida campanha publicitária que deverá ser veiculada em 2013.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Objetivo: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Meta: Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena

Análise Situacional da Meta: Em 2012, a Sesai participou parcialmente das contratualizações da Rede Cegonha. Para 2013, deverá ser desenvolvido um indicador capaz de medir a inserção dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI nos processos de contratualização e implementação da Rede Cegonha.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Objetivo: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: A meta inicial de 45 mil famílias foi ajustada para 22 mil. Em 2012, 23.075 famílias resultaram homologadas e selecionadas para o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Foram criados 117 projetos de assentamento, totalizando 322.314 hectares, com capacidade para assentar 7.318 famílias. Desse total, 88 projetos foram obtidos de forma onerosa e 29 foram criados em terras públicas. Outra atividade de complementação à meta de assentamento foi a supervisão ocupacional, realizada em continuidade ao combate à venda dos lotes, que, alcançou mais 14.055 lotes.

Foi verificada a efetiva ocupação dos lotes e ações de retomada foram implementadas quando constatadas irregularidades, desistências ou evasões. A base de cadastro de famílias assentadas em 2012 foi repassada para o Ministério de Desenvolvimento Social visando à integração ao Cadastro Único, para que as 23.075 famílias selecionadas possam acessar os demais programas sociais de governo, contribuindo para a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural no Brasil.

A infraestrutura básica nos projetos de assentamento é composta, prioritariamente, pela implantação e/ou recuperação de estradas vicinais, pela implantação de sistema de abastecimento de água e, em casos pontuais e emergenciais, outros tipos de obras, para proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

No âmbito nacional, a aplicação do Crédito Instalação totalizou 46.129 créditos supervisionados em 2.006 projetos de assentamento.

Encontra-se em estudo de viabilidade a concentração das oito modalidades atuais do Crédito Instalação, com exceção do Apoio Mulher e da Aquisição/Recuperação de Materiais de Construção, numa modalidade única com o intuito de facilitar o monitoramento da aplicação e acelerar a efetiva aplicação do recurso pelo beneficiário. A modalidade única de crédito terá por fim a geração de emprego e renda. A modalidade Aquisição de Materiais de Construção será extinta do Incra pois os recursos destinados à moradia dos beneficiários provirão do programa Minha Casa Minha Vida. O Apoio Mulher será mantido, tendo em vista seu caráter peculiar de auxílio à mulher assentada em atividades que gerem renda, garantindo-lhe a igualdade de

gênero. Está em desenvolvimento um sistema para aperfeiçoar, tanto em nível regional quanto central, o acompanhamento, a supervisão e a cobrança da aplicação dos créditos.

Meta: Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012, foram atendidas 47.275 mil famílias nas diversas modalidades do Crédito Instalação. Na modalidade Apoio Mulher, 5.436 contratos foram firmados. A aplicação da modalidade Apoio Mulher garantiu maior participação na produção de alimentos, geração de renda e fortalecimento da organização econômica das mulheres.

Quantidade alcançada: 47.275

Data de Referência: 31/12/2012

Objetivo: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: A garantia de infraestrutura básica nos projetos de assentamentos (abastecimento de água, energia elétrica, acesso aos lotes e habitação rural) é uma importante diretriz, envolvendo a integração das ações do Incra com os programas Água para Todos, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida e PAC Infraestrutura (PAC 2). Adicionalmente, em 2012, buscou-se a promoção do desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento com geração de renda e incentivo à adoção de alternativas sustentáveis de produção com a atividade de manejo de fauna no estado do Amazonas, cuja realização deverá ocorrer a partir de 2013. Também o Programa Assentamentos Verdes traz uma série de ações concernentes à gestão ambiental para a Amazônia Legal, que deverão ser definidas e executadas a partir de 2013.

Meta: Construir instrumentos de priorização dos grupos produtivos de mulheres no Programa Terra Sol

Análise Situacional da Meta: O critério de gênero, prevendo maior pontuação para os projetos que contemplem maiores percentuais de mulheres, foi incluído no Edital de Chamada Pública que levantará a demanda de projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas para o Programa.

Meta: Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento

Análise Situacional da Meta: Será desenvolvida, nos próximos anos, articulação com os processos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) para levantamento de gênero nos empreendimentos desenvolvidos nos projetos de assentamento e participação em programas governamentais, como PAA e PNAE, dentre outros.

Objetivo: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária proporcionou a continuidade e acesso aos cursos de Educação de Jovens e Adultos de níveis médio e superior, por meio de parceiras com instituições de ensino públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas sem fins lucrativos. Ocorreu ainda a assinatura de um termo de compromisso entre Incra e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior com vistas ao aperfeiçoamento das parcerias entre o Incra e as instituições federais de ensino superior nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no País, mediante a execução de programas e ações que visem ao desenvolvimento dos assentamentos articulados à estratégia de superação da pobreza, melhoria das condições de produção e renda, comercialização e integração aos programas e políticas públicas de desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, com lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), MDA e Superintendências Regionais trabalharam juntas para divulgar e levantar a demanda para o Pronatec/Campo, visando ao acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária. Ademais, o Projeto Arte e Cultura foi discutido com o Ministério da Cultura e a Secretaria Nacional de Juventude. Apresentou-se, ainda, o Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação, com foco na geração de renda para os jovens que estão no meio rural. Em 2013, serão intensificados o diálogo e a articulação com outros ministérios no tocante a saúde, esporte e lazer.

Meta: Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos

Análise Situacional da Meta: O Incra e o MDA reativaram sua participação no Grupo de Trabalho de Educação Infantil do Campo instituído pelo Ministério da Educação, com o objetivo de articular ações com vistas à ampliação da oferta de Educação Infantil nos assentamentos, por meio da construção de creches e investimentos em equipamentos de educação infantil nas escolas já existentes. O GT envolverá ainda outros órgãos, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, além dos movimentos sociais do campo.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivo: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: A organização dos circuitos locais implica na implementação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, bem como o fortalecimento da

agricultura urbana e periurbana. São equipamentos públicos de SAN: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e unidades de apoio à agricultura familiar (UADAF). Entre 2011 e 2012, esses programas foram redirecionados buscando-se uma maior qualificação da gestão e operacionalização em detrimento da instalação, com exceção para as UADAFS, criadas em 2011. Assim, no período, de 2011 e 2012, foram firmados contratos com os municípios para a instalação de 99 dessas unidades, não havendo novas contratações de outros equipamentos.

Em relação aos demais equipamentos, temos atualmente uma rede em funcionamento de 97 restaurantes, 193 cozinhas comunitárias e 74 bancos de alimentos. O processo de qualificação levou ainda a criação de uma nova estratégia, denominada Cozinhas Sociais, que são cozinhas institucionais públicas vinculadas a outras políticas públicas, como, por exemplo, creches e escolas. Essa estratégia, no ano de 2012, foi implementada por meio de parceria com o FNDE e o Ministério da Defesa, apoiando 1345 cozinhas.

Importante registrar que ainda restam 432 equipamentos para serem entregues/construídos: as dificuldades para finalização das obras são diversas (contratação de engenharia para elaboração do projeto, regularização do imóvel, licitação, entre outros) e têm sido objeto de monitoramento.

Meta: Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)

Análise Situacional da Meta: A meta está com boa execução, considerando-se que a meta do PPA é, em quatro anos, ampliar os equipamentos públicos de SAN em mais 147 municípios, totalizando um total de 727 municípios com algum equipamento público de SAN. Para 2012, a meta estabelecida foi de 140 municípios, sendo alcançado um total de 105 municípios. Nesse sentido, tem-se que, no ano de 2012, o aumento na região Centro-Oeste foi de 18 municípios (incremento de 81,8%); na região Sudeste, 25 municípios (incremento de 18,2%); na Sul, 20 municípios (incremento de 9,5%); na região Norte, 14 municípios (incremento de 40,0%); e na região Nordeste, 28 municípios (incremento de 15,1%). Além dos editais de seleção para modernização e instalação de equipamentos, compõem a meta os municípios atendidos por meio dos termos de cooperação com o FNDE (atendimento de creches) e o Ministério da Defesa (programa forças no esporte).

Quantidade alcançada: 105

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	%	81,82	31/12/2012
Região Nordeste	50	%	15,14	31/12/2012
Região Norte	10	%	40	31/12/2012
Região Sudeste	20	%	18,25	31/12/2012
Região Sul	10	%	9,52	31/12/2012

Objetivo: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Pela análise da realização das metas que compõem esse objetivo, é possível afirmar que vêm sendo realizadas ações que visam à identificação e à capacitação dos públicos específicos, bem como à elaboração de nova sistemática de implementação do PAA, via Termo de Adesão, que incorpora maior número de municípios e estados como parceiros nas ações de comercialização da produção da agricultura familiar. Por meio da articulação com as demais ações do Plano Brasil Sem Miséria, está sendo possível a capacitação de técnicos, ampliando a rede de implementação do PAA e suas ações correlatas. A parceria estabelecida por meio de Termo de Cooperação com a Conab vem sendo qualificada, visando a estabelecer mais claramente os públicos e regiões específicas.

Meta: Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes

Análise Situacional da Meta: Início da vigência da resolução N° 44 do Grupo Gestor do PAA, que prevê percentuais mínimos de beneficiárias mulheres em 2013. Dados apurados até setembro de 2012 evidenciam que 29% dos beneficiados pelo PAA no exercício são mulheres, representando 53.467 do total de 184.724 atendidos pelo MDS. Para o atingimento dos percentuais previstos pela legislação, estão sendo fomentadas atividades de capacitação, divulgação e mobilização, de forma que os grupos produtivos de mulheres enviem propostas qualificadas para contratação. Para o fortalecimento da participação das mulheres, previram-se, na forma do Termo de Adesão, metas específicas para as mulheres, no percentual mínimo de 40%.

Quantidade alcançada: 29

Data de Referência: 31/01/2013

Objetivo: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: Neste ano de 2012, foram obtidos significativos avanços para esse objetivo. Foram entregues 156.937 cisternas, quase o dobro do ano de 2011, envolvendo a participação do MDS, MI, Fundação Banco do Brasil - FBB e FUNASA, o que aponta para o caminho do cumprimento da meta de universalização do atendimento até o final de 2014. Além disso, foram ampliadas ações para a região Norte, Sudeste e Sul do país, cumprindo com a determinação de nacionalização da política. Outras ações correlatas merecem destaque, como a contratação de 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste e o avanço na formalização e disponibilização orçamentária da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Itamaraty para cooperação internacional por meio da transferência de tecnologia para construção de cisternas junto à Bolívia e Paraguai.

Meta: Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano

Análise Situacional da Meta: Foram contratadas, no ano de 2012, 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste (Ceará 211 - Paraíba 350 - Pernambuco 700 - Rio grande do Norte 120 - Bahia 400).

Quantidade alcançada: 1.781

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.000	unidade	1.781	31/12/2012

Meta: Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água

Análise Situacional da Meta: Em 2012, foi publicado o Edital de Chamamento Público para a seleção de órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de tecnologias testadas, de baixo custo e de comprovada eficiência, capaz de ofertar água em quantidade e qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte. Nos termos do edital publicado, a solução de abastecimento de água aprovada deveria respeitar as condições socioeconômicas, culturais e as características climáticas e geológicas da região. O processo seletivo incluiu a participação dos proponentes em mesa técnica, na qual foram apresentados os projetos para uma comissão formada por técnicos do MDS, do Consea e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Embrapa, responsáveis pela avaliação técnica da adequabilidade dos projetos e da experiência e capacidade técnica e operacional dos proponentes. Com isso, por meio do referido edital, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa da Amazônia.

Além disso, também foi realizada a ampliação de metas do convênio formalizado em 2011 com o estado do Rio Grande do Sul e formalizado novo convênio com o estado de Santa Catarina, estados da região Sul cuja população residente na zona rural tem sido fortemente afetada pela estiagem prolongada e pelas dificuldades de acesso à água potável em quantidade e qualidade para o consumo humano.

Meta: Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água

Análise Situacional da Meta: No ano de 2012, foram contratadas, considerando apenas o MDS, 171.741 cisternas de placas para o consumo humano. Além disso, foram entregues, no ano de 2012, pelo MDS, MI, FBB e FUNASA, 156.937 cisternas para o consumo humano.

Quantidade alcançada: 156.937

Data de Referência: 31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	657.583	unidade	149.124	31/12/2012
Região Sudeste	72.417	unidade	7.813	31/12/2012

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Objetivo: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: O Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496 de 08 de junho de 2011, é coordenado pelos Ministérios da Justiça, da Defesa e da Fazenda, e tem como diretrizes básicas a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir de modo efetivo os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira. O Plano Estratégico de Fronteiras estabelece em seus eixos o fortalecimento das operações na faixa de fronteira em caráter permanente, com o uso de inteligência, tecnologia avançada e investimento maciço no reaparelhamento das forças de segurança atuante nas regiões.

No escopo desse plano, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP é responsável pelo desenvolvimento da Estratégia Nacional de Fronteiras, que tem como propósito gerenciar as diversas ações e projetos estruturantes previstas no Plano Estratégico de Fronteiras, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, na prevenção e repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, a serem implementadas através da articulação e envolvimento dos Estados e Municípios fronteiriços.

Houve adesão total dos Estados fronteiriços - AC, AP, AM, MT, MS, PA, PR, RO, RR, RS e SC - ao Plano, reforçando as responsabilidades mútuas entre a União e os Estados em busca do combate aos crimes praticados nas fronteiras do Brasil. O pacto oficializado com os entes federados se apóia nos seguintes eixos:

- 01) Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública;
- 02) Capacitação;
- 03) Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras;
- 04) Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada;
- 05) Sistema de Radiocomunicação Digital;
- 06) Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira (PNUD);
- 07) Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (UFRJ – Retis e NECVU);
- 08) Apoio a Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras;
- 09) Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras.

Nesse sentido, os investimentos iniciaram-se em 2011, com o aporte financeiro de R\$ 58.441.999,00 por meio de 27 convênios voltados para atender o sistema de radiocomunicação, aviação e ao aparelhamento dos órgãos de segurança pública Estaduais.

Em 2012 foram investidos R\$ 149.903.569,59 nos 11 estados que integram a Fronteira para aquisição de equipamentos. O objetivo é fortalecer a capacidade de prevenção e repressão dos delitos praticados na faixa de fronteira, através do apoio à estruturação dos órgãos estaduais de segurança pública (inteligência, ações ostensivas das polícias militares, investigação das polícias civis e perícia), para:

- a) Estruturação de Unidades Especializadas de Fronteira;
- b) Estruturação de Unidades das Polícias Rodoviárias Estaduais;
- c) Estruturação de Unidades Policiais para atuação em vias fluviais e lacustres;
- d) Fortalecimento da Inteligência de Segurança Pública;
- e) Inovações tecnológicas de monitoramento e controle fronteiriço;
- f) Reaparelhamento de centros e postos integrados de segurança pública e fiscalização, e unidades das Polícias Civis, Militares e Perícia.

O prazo de execução desses convênios pelas respectivas Secretarias de Segurança Pública é de 12 meses prorrogáveis por mais 12 meses, e ao final beneficiará 9.278 policiais militares, 2.425 policiais civis, 347 profissionais de perícia, 379 unidades operacionais na fronteira em 141 municípios da Faixa de Fronteira.

Outro investimento realizado foi o apoio para aquisição de sistema de radiocomunicação para as áreas de fronteira. Visando a implementação dessa ação estruturante, foi instituído um Grupo de Trabalho envolvendo inúmeros órgãos federais e estaduais (ANATEL, PF, PRF, DEPEN, ABIN, CENSIPAM, ICMBIO, FUNAI, IBAMA, SESGE, UFPR, UFTO, Secretarias de Segurança Pública dos 11 Estados de Fronteira) com objetivo de estabelecer as diretrizes para implantação de sistemas de radiocomunicação e definir requisitos mínimos para o investimento do Governo Federal.

A partir dessas e outras definições técnicas, foram definidos investimentos na ordem de R\$ 134.134.613,84 a serem desembolsados pela União em três parcelas (2012, 2013 e 2014), para que os Estados apresentassem seus projetos para implementação dos respectivos sistemas. Em 2012 foram investidos mais de R\$ 37 milhões neste projeto.

Após a execução dos projetos e sua plena instalação execução, tal ação abrangerá 117 municípios na faixa de fronteira e atenderá 297 unidades operacionais.

Com intuito de valorizar os profissionais de Segurança Pública, foi contratada uma Consultoria através do PNUD para auxiliar a SENASP e os Estados de Fronteira a consolidar Diretrizes de Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira. Foi realizada uma pesquisa com todas as instituições dos Estados de Fronteira, respondida eletronicamente por cerca de 7000 profissionais que atuam na fronteira, bem como, uma primeira reunião com gestores de recursos humanos no município de Chuí-RS. Nesse cenário de valorização, a SENASP realizou, no âmbito da ENAFRON, 12 cursos e capacitação de 510 profissionais em diversas áreas, tais como: inteligência financeira, operações de inteligência, gestão da política de segurança pública na fronteira, unidades especializadas de fronteira, produção do conhecimento, análise criminal, etc, executado na grande maioria em municípios fronteiriços, para enfrentamento às organizações criminosas.

Cabe ressaltar que devido às estratégias transversais de Segurança Pública, em 2012, foi assinado o termo de Cooperação com a Secretaria Nacional de Justiça com o objetivo de estabelecer ações entre a SENASP e a SNJ que permitam promover a segurança pública de

qualidade à população, combater a lavagem de dinheiro e o crime organizado transnacional, implementar medidas constantes na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para as regiões de fronteira, promover a recuperação de ativos e o aprimoramento da cooperação jurídica internacional, capacitar atores de segurança e justiça, intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras, cooperar em ações estruturantes, inovações tecnológicas, inteligência de segurança pública e outras ações que busquem otimizar a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços em parceria com Órgãos Estaduais de Segurança Pública.

Por fim, foi assinado Termo de Cooperação entre a SENASP e a UFRJ para realização da pesquisa sobre segurança públicas nos 11 estados de fronteira. O levantamento das informações socioeconômicas e demográficas está previsto para ser iniciado no primeiro semestre de 2013.

Os investimentos totais da SENASP no Programa ENAFRON em 2012 foi de R\$ 192.435.192,04, incluindo todos os convênios, capacitações, encontros, reuniões de avaliações, acompanhamento e fiscalização.

Para 2013, na relação dos estados destacamos os seguintes desafios:

- Priorização e envolvimento da alta gestão, órgãos e profissionais (Secretarias de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Perícias, Inteligência, etc);
- Implementação dos Planos Estaduais por Lei ou Decreto;
- Investimento em efetivo, política de pessoal e infraestrutura;
- Cooperação entre Estados (fronteiras e divisas);
- Funcionamento efetivo dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFs), Câmara Temática de Fronteira (CT/Fron);
- Induzir o envolvimento dos municípios;
- Otimização da articulação entre as ações dos órgãos de segurança pública dos países vizinhos. Experiências exitosas: (Operação Simultânea PR, SC, RS / Operações GGIFs);
- Capacitação dos profissionais que efetivamente atuam na fronteira (especialmente na linha de fronteira);
- Implementação dos Núcleos de Inteligência na Fronteira;
- Integração e colaboração efetiva e cotidiana entre os órgãos de segurança pública, defesa, fiscalização e demais atores;
- Encaminhamento dos dados nos prazos pactuados (indicadores ENAFRON);
- Execução dos convênios e atualização do SICONV nos prazos pactuados;

Meta: 100% dos estados federados e Distrito Federal, com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante

Análise Situacional da Meta: Ao longo de 2012 foram implantados seis novos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nos seguintes Estados: Amapá, Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal e Paraná.

Para 2013 estão previstas a implantação de mais oito Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante em Estados de fronteira seca, a serem definidos a partir de realização

de diagnóstico do fenômeno do tráfico de pessoas em regiões de fronteiras.

Estados que possuem Núcleos e Postos concomitantemente – Amazonas, Pará, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Acre. Estados que possuem somente Núcleos – Amapá, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Meta: 80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas

Análise Situacional da Meta: Em consulta aos sistemas informatizados do DPF, verificou-se que entre janeiro e outubro de 2012, foram instaurados 40 Inquéritos Policiais para a apuração do Tráfico Internacional de Pessoas, resultando em 10 indiciamentos, distribuídos entre os Estados de Santa Catarina (04), Goiás (02), Rondônia (02), São Paulo (01) e Pará (01). No ano de 2012, foi realizada uma importante iniciativa de estruturação da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas - URTP, que passou a contar com a dedicação de equipe exclusiva e com estrutura física própria. A URTP promoveu a realização de um evento de capacitação para 50 Policiais Federais em Goiânia/GO, em maio/2012. Além disso, foi instituído o projeto de estudo de diagnóstico de necessidade de criação das Delegacias de Repressão a Crimes Violadores de Direitos Humanos, para cada uma das 27 unidades da PF nos Estados.

Quantidade alcançada: 10

Data de Referência: 30/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	pessoas	2	31/10/2012
Região Norte	32	pessoas	3	31/10/2012
Região Sul	20	pessoas	5	31/10/2012

Meta: Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Análise Situacional da Meta: O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi instituído por meio do Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013, que também institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, composta pelo Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Política para as Mulheres, e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), além da previsão de instituição de grupo interministerial para o monitoramento da execução do novo Plano. Estão sendo pactuados em sessões bilaterais com os Ministérios envolvidos os indicadores de monitoramento do cumprimento da meta.

No âmbito da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está sendo pactuada a estratégia de gestão do II PNETP e a metodologia de avaliação do mesmo.

Objetivo: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: A Secretaria de Segurança Pública – SENASP estabeleceu novas diretrizes para as transferências voluntárias que tenham por objetivo atender às necessidades da segurança pública dos Estados e Municípios, com base na Portaria Interministerial 507/2011, e estabeleceu critérios e regras por meio dos editais de chamamento público, para que todos os entes federados possam participar em igualdade de condições. O objetivo é que as propostas com maior relevância para a segurança pública, e que estejam em consonância com o objetivo do edital, recebam os recursos para reestruturação, modernização e aparelhamento de suas instituições de segurança.

A Gestão Integrada nos Estados e Municípios visa fortalecer o papel das instituições de segurança Pública, por meio de aporte de recursos para reaparelhamento e modernização das Polícias Cíveis e Militares, Corpos de Bombeiros Militares e das guardas municipais. A implantação dos Gabinetes de Gestão Integrados - GGI em âmbito estadual e municipal trouxe um significativo avanço na integração dos órgãos, oferecendo a sociedade um trabalho mais eficiente e eficaz, com atuação em conjunto dos atores da segurança pública. A filosofia implantada para os cursos de capacitação, a criação de ferramentas para subsidiar a gestão, a implantação do sistema de videomonitoramento, o fomento para implantação dos centros integrados de comando e controle, demonstra que estamos no caminho para uma segurança pública com excelência.

O Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública – SINESP, instituído pela Lei nº 12.681/2012 será um portal de informações que realizará a integração referente à segurança pública, ao sistema prisional e à justiça criminal de todos os entes federados, além de integrá-las a novas bases de dados, conferindo-lhes maior credibilidade. Como resultado, possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência.

Os atuais sistemas de informação dos Estados na área de segurança pública foram desenvolvidos de modo segmentado, sem previsão de intercâmbio das informações ou padronização dos procedimentos policiais em nível nacional.

A incomunicabilidade entre as bases de dados desses sistemas hoje representa grande prejuízo na atuação policial e fiscalização social. Ademais, a ausência de critérios estatísticos e metodológicos não garante informações padronizadas e confiáveis.

A integração depende de três frentes relacionadas: (1) Integração política, que visa a pactuação com os gestores de segurança pública dos entes federados para alinharem políticas, diretrizes e metas de segurança para o país. (2) Integração metodológica, com o objetivo de padronizar os procedimentos policiais, estabelecendo conjuntamente com os estados os modelos de Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado de Ocorrência, Inquérito Policial, entre outros. (3) Integração dos sistemas, que sintetiza os esforços das duas primeiras frentes, criando o Portal SINESP e possibilitando a comunicação padronizada entre as bases de dados de todos os entes federados.

A fim de aliar a importância do Sistema com a necessidade de sua alimentação, a legislação estabeleceu sanções à inadimplência da transferência de dados por parte dos estados, o impedimento de acessarem o SINESP e de receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN. Por meio desse dispositivo, o sistema será robustecido de

informações em nível nacional inalcançáveis anteriormente, favorecendo uma atuação dos órgãos de segurança em todos os níveis com maior fidelidade nas informações.

Com a finalidade de implantar a infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública o FNSP apoia os projetos de desenvolvimento de pesquisas na área de segurança pública, construção ou reforma das instalações físicas, para um melhor desempenho das atividades de segurança pública. O fortalecimento das unidades de perícia está sendo realizado com aquisição de raio x, maletas para vestígios papilares, mesa ginecológica, luz forense, microscópio eletrônico de varredura, sequenciador automático de DNA, câmeras frias, sistema CODIS, tomógrafo, scanner radiográfico, estação AFIS, para uma melhor eficiência do setor estatístico e análise criminal. A continuidade nas ações de reaparelhamento dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios tem modernizado as instituições, com aquisições de equipamentos tecnológicos de segurança e proteção à vida, aquisições de veículos, embarcações, armamentos e munições e materiais voltados para atividade operacional dos órgãos e instituições de segurança pública. Além disso, os recursos do FNSP estão sendo utilizados para apoiar projetos na área de inteligência policial.

Meta: Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a todas as unidades da federação, com a adesão do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Análise Situacional da Meta: A Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos – RIBPG é uma parceria do Ministério da Justiça (por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do Departamento de Polícia Federal) com as secretarias de segurança pública estaduais, com objetivo de propiciar o intercâmbio de informações entre as instituições de perícia oficial, em prol da segurança pública.

Em 2012 foi iniciado, a partir da SENASP/MJ, o processo de aquisição dos servidores necessários para a ampliação da RIBPG em mais cinco estados. No momento, existem 3 estados que têm laboratório de DNA oficial que ainda não integraram efetivamente a RIBPG: Distrito Federal, Goiás e Pernambuco. Há expectativa de que estes estados sejam integrados à RIBPG em 2013.

Os demais estados (Acre, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins) ainda necessitam inaugurar seus laboratórios de perícia oficial. São necessários esforços, sobretudo por parte dos governos estaduais, para que esses estados possam desenvolver, no âmbito de suas instituições de perícia oficial, os necessários laboratórios de DNA (o que envolve infraestrutura, pessoal, treinamento, equipamentos e insumos). Uma forma do Governo Federal incentivar esse desenvolvimento é condicionar a doação de equipamentos e insumos à contrapartida, por parte do estado, da construção dos laboratórios (infraestrutura) e contratação de pessoal, além de promover ações de capacitação.

Objetivo: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério da Justiça exerce papel fundamental no fomento do efetivo cumprimento da legislação vigente, em especial a Lei de Execução Penal

(lei nº 7210/84), a qual preconiza a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

A implementação dos Direitos e Garantias instituídos na lei depende de um sistema criminal e penitenciário moderno e eficaz capaz de prover ao preso o acesso à assistência material, jurídica, social, religiosa, educação e à saúde.

Diversos avanços foram realizados em 2012. O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) apoiou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) a geração de 3296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, isto representa 24% do total de vagas geradas no país em 2012 (Foram geradas no total 13661 vagas em 2012). Outrossim, é importante apontar que foram contratadas 16.631 novas vagas, contabilizando um investimento de R\$ 365.815.449,51 em 2012.

O trabalho é voltado à redução do déficit carcerário, que é indicador global utilizado no planejamento e gestão do DEPEN/MJ e considera o impacto da projeção de variação da população carcerária e a projeção dos resultados que serão gerados com os recursos disponibilizados. O percentual histórico de variação encontrado foi ponderado pela Diretoria do DEPEN de acordo com as iniciativas que já estavam em andamento por parte do Governo Federal e das Unidades Federativas, fixando assim em 3,8% de crescimento anual para os períodos seguintes. Com isso a estimativa de indivíduos encarcerados foi estabelecida em 534.294 presos em dezembro de 2012, 554.761 em dezembro de 2013 e 576.012 em dezembro de 2014.

Contudo, apesar dos esforços empreendidos na contratação e geração de novas vagas, o aumento da população carcerária de 514.582 em dezembro de 2011 para 549.577 em junho de 2012, apresentou variação de 34.995 presos em relação à projeção feita, causando o não alcance da meta de redução do déficit carcerário em 8% como definido no Plano Plurianual (PPA) e a necessidade de reavaliação das projeções estatísticas. Este desvio representa um crescimento da população carcerária de 6,8% em seis meses, três pontos percentuais acima do crescimento de 3,8% projetado para todo o ano de 2012. Neste sentido, houve um incremento de 1% no déficit carcerário, causado por este incremento inesperado e acima da média dos anos anteriores.

Além do trabalho realizado no tocante à geração de novas vagas em estabelecimentos prisionais, o DEPEN/MJ atuou fortemente na reintegração social da pessoa privada de liberdade. Parcerias com os Ministérios da Educação e da Saúde garantiram resultados expressivos no atendimento da população encarcerada. Além disso, importante trabalho de aparelhamento de estabelecimentos penais para capacitação profissional do preso foi realizado em 2012.

Na Educação, em parceria com o MEC, a oferta de educação foi qualificada e ampliada, ao pactuarem-se vagas específicas para o sistema prisional: 27000 novas vagas na Educação de Jovens Adultos – EJA; 10000 novas vagas no Programa Brasil Alfabetizado – PBA; e, 2000 vagas para educadores bolsistas. No ENEM, foram mais de 23 mil inscritos. Por fim, a destinação de 90 mil vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, para os anos de 2013 e 2014, representam avanço sem precedentes nesta área.

Na Saúde, totalizou-se 25 Unidades da Federação qualificadas no Plano Nacional de Saúde no Sistema Carcerário, estendendo o modelo SUS ao público penitenciário. Destacam-se ainda a inclusão de toda a população carcerária no Plano Nacional de Imunização, ações para incluir a população sob custódia no Cartão SUS e na Rede Cegonha. Por fim, é importante

ressaltar o repasse de recursos do FUNPEN para aparelhamento de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em estabelecimento prisionais das Unidades da Federação (UF).

Na capacitação profissional, destaca-se o Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP que representou o investimento de R\$ 6 milhões para implantação de oficinas de capacitação em estabelecimentos prisionais de 19 UFs, alcançando mais de 36 mil beneficiários.

O DEPEN/MJ também deu ênfase à questão de gênero, estabelecendo em 2012 o projeto “Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte de gênero, entre outros. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

Outro importante projeto em andamento trata da monitoração eletrônica. Em 2012, realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório e nota técnica. A perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico em duas UFs, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento.

No tocante à implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais, realizou-se, em 2012, 3 Workshops Regionais, com a participação de 127 especialistas, além dos trabalhos do “Grupos de Trabalhos de Apoio às Alternativas Penais”, composto por 15 estudiosos do tema, resultando nas diretrizes para a política e na reestruturação do modelo de centrais de acompanhamento das penas e medidas alternativas. Foram ainda aprovadas 10 propostas de convênio para atender 18.935 pessoas, com investimento previsto de R\$ 3.638.281,69. É importante ressaltar também os trabalhos realizados no âmbito do Acordo para Melhoria do Sistema Prisional Brasileiro: formalização do Sistema por meio de projeto de lei; e, estudo do fluxo de aplicação das alternativas penais entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. A perspectiva para 2013 é a continuação dos esforços para tornar o Sistema uma realidade.

Por fim, é importante salientar também os esforços realizados nas áreas de capacitação do servidor penitenciário, de aparelhamento de estabelecimentos penais e de consolidação do Sistema Penitenciário Federal. Na área de capacitação foi instituída a Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN e realizada a 1ª Pós-graduação em gestão em saúde prisional (400 vagas disponíveis). O aparelhamento dos estabelecimentos penais em 2012 teve como principal resultado a realização de pregão eletrônico para aquisição de 215 veículos de transportes de presos, que serão doados às UFs. Já no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, garantiu-se o seu funcionamento como modelo que busca combater a atuação dos presos em relação ao crime organizado.

Meta: Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão

Análise Situacional da Meta: No tocante à questão de gênero, estabeleceu-se em 2012 o projeto “Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações

com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte em gênero, entre outros.

A Meta será quantificável após os estudos previstos no âmbito deste projeto. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

Objetivo: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública com ações sociais desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nesses locais, através do desenvolvimento de iniciativas que visam à reativação de vínculos comunitários, a promoção do envolvimento, a proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis (jovens e adolescentes, mulheres, negros, egressos do sistema prisional, população residentes em regiões de fronteira ou em locais vulneráveis) a ampliação do policiamento comunitário e preventivo, a difusão do modelo de justiça comunitária, a ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, o fortalecimento dos Municípios na segurança pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, bem como iniciativas de fomento à política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional e de melhoria do sistema de gestão e integração das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública.

Com efeito, a SENASP, na condição de indutora de política pública de Segurança Pública, priorizou em seus editais e portaria de chamamento público os projetos estratégicos priorizados pela Presidência da República. Dentre os projetos prioritários destacam-se o Programa Brasil Mais Seguro e as ações de prevenção à violência e criminalidade desenvolvidas em âmbito Municipal.

O programa Brasil Mais Seguro tem como objetivo precípua induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, com foco na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

No âmbito do programa foram realizadas junto às Unidades Federadas pesquisas para identificar as carências das unidades de investigação de homicídios e dos órgãos de perícia,

denominadas Pesquisas Perfil, bem como foram iniciados os processos de aquisições diretas para aparelhar os órgãos de perícia dos Estados e do Distrito Federal. Também foi lançado um piloto do Programa no estado de Alagoas, com resultados expressivos na redução da taxa de homicídios. Em todo o Estado houve uma diminuição de 16% e na capital a redução dos homicídios foi ainda maior alcançando 27%.

De maneira inovadora no país, o Ministério da Justiça (MJ) lançou, no dia 27 de junho, em Maceió/AL, a experiência piloto do Programa Brasil Mais Seguro, por meio de um acordo de cooperação assinado pelos governos federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à redução da criminalidade violenta na capital alagoana e em Arapiraca. O plano de ação do projeto piloto conta com atividades de fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil, controle de armas e articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, além de policiamento ostensivo e de proximidade.

A SENASP investiu R\$ 38.588.753,00 em Alagoas, para compra de equipamentos como microscópio eletrônico de varredura, microcomparador balístico e maletas para vestígios papilares. O estado também recebeu auxílio de peritos e policiais da Força Nacional para realizar os inquéritos e cumprir mandados de prisão. O programa também prevê a implantação de bases móveis e cursos de capacitação para policiais civis que irão atuar na investigação de homicídios e policiais militares que fazem o patrulhamento ostensivo. No âmbito do Poder Judiciário, foi criada a Câmara de Monitoramento de Processos.

Considerando que o aumento do número de homicídios no Brasil se concentra no Nordeste, o segundo estado da região a receber o Programa Brasil Mais Seguro será a Paraíba, de forma concentrada nos municípios de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande.

Nesse sentido, foi realizado, na capital paraibana, o III Colóquio do Programa Brasil Mais Seguro. Houve a assinatura da Carta da Paraíba, que apresentou as diretrizes do Programa a ser implementado no Estado, com a formulação de uma matriz de responsabilidades, na qual participaram gestores e profissionais de segurança pública do Estado e do Governo Federal. No início de 2013, considerando a necessidade de articulação com a Prefeitura Municipal e a mudança da gestão, serão realizados encontros para a finalização da matriz de responsabilidades e elaboração das propostas a serem apoiadas.

Em 2013 a pretensão é de expandir a adesão ao Programa para as cidades mais violentas do Nordeste e outras regiões que concentrem também altos índices de homicídios.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na segurança pública por meio de editais de chamada Pública, foram direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos de prevenção nas cidades, levando-se em conta a concentração das taxas de homicídios dos municípios localizados nas regiões metropolitanas e nas regiões de fronteira.

Além disso, foi desenvolvido em parceria com a SENAD/MJ, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos/PR, junto aos estados e municípios o programa "Crack, é possível vencer". Suas ações são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados, através da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Em 2012, onze estados foram priorizados, e catorze assinaram o Acordo de Cooperação.

Nesse programa cabe à SENASP o desenvolvimento do eixo autoridade, onde as ações policiais irão se concentrar em duas frentes: nas fronteiras e nas áreas de uso de drogas,

nos centros consumidores. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. O contingente das Polícias Federal e Rodoviária Federal será reforçado com a contratação de mais de 2 mil novos policiais, os quais serão lotados em áreas mais vulneráveis ao tráfico de drogas.

Está prevista também a implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo é prestar atendimento as pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, e possibilitar maior segurança com a identificação e prisão de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas.

Os profissionais que atuarão nessas áreas receberão formação na doutrina de polícia de proximidade (comunitária), assim como na política sobre drogas, saúde e assistência social, com ampliação do conhecimento da rede de cuidado e atenção, e irão incentivar o fortalecimento da comunidade nas áreas de uso de drogas para fortalecer a participação comunitária na prevenção à violência e criminalidade.

Para tal finalidade serão disponibilizados aos estados que aderirem ao programa e que manifestarem interesse, através de doação deste Ministério, equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais que atuarão nas cenas de uso. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (micro ônibus) com haste telescópica e câmera de videomonitoramento móvel, contendo mais de 20 pontos fixos de videomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) realizará ainda nesses estados, através de pagamento de hora-aula e envio de material didático, a capacitação de profissionais de segurança pública nos seguintes módulos: módulo I CNPMC (Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária), Módulo II Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: Redes de Atenção e Cuidado e módulo III Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: abordagem policial a pessoas em situação de risco. Complementando esses cursos específicos, estão previstos também o Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD e o Curso Nacional de Formação de Mentores do PROERD.

Meta: Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura

Análise Situacional da Meta: Em razão de atrasos no cronograma previsto para a execução das Praças dos Esportes e da Cultura - PEC não foi possível implantar nenhum Projeto ou Mulheres da Paz junto às praças.

Em maio foi lançado o Edital nº 01/2012, para a seleção de propostas voltadas à execução conjunta dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que teve 33 propostas habilitadas na primeira fase e 16 propostas aprovadas, que culminaram em convênios.

Esse Edital foi lançado após um esforço de reformulação dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que construiu referenciais teóricos e metodológicos nacionais para os projetos, fruto de um Grupo de Trabalho instituído para esta finalidade, por intermédio da Portaria nº 15, de 27 de março.

A previsão é de que com o início das entregas das Praças, tenhamos em 2013, 30 Projetos em Praças de capitais e regiões metropolitanas.

Entende-se que não será possível alcançar esse quantitativo de 400 praças, uma vez que nem todos os municípios atendem os requisitos para a implantação dos Projetos Mulheres da Paz e PROTEJO e/ou têm jovens e mulheres com o perfil dos beneficiários desses projetos.

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Objetivo: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério do Trabalho e Emprego, no decorrer de 2012, realizou diversas iniciativas visando o alcance deste objetivo. Em especial, as ações no âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE que contribuem para a consecução do que se propõe nesse objetivo. Para tanto, quanto ao executado em 2012, vale destacar a interação com diversas outras políticas públicas do governo federal, consistindo em medidas já implementadas ou em discussão, de forma a se conseguir o aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho. Destaca-se assim a atuação conjunta com o PRONATEC, integrado ao Seguro-Desemprego por meio do Sistema MTE Mais Emprego, como importante instrumento para o alcance dessa consolidação. Ressalta-se ainda, a intermediação de mão de obra do público alvo de diversas políticas públicas sociais, por meio dos postos de atendimento do SINE, a exemplo do PRONATEC, do Plano Viver sem Limite, do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Brasil sem Miséria, ações em que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com outros Ministérios têm perseguido uma atuação conjunta para a melhoria da qualidade de vida e inserção social de públicos em situação de vulnerabilidade, em especial com o fomento à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Ademais, vale destacar intercessões do Sine com outras políticas públicas ainda em discussão, mas com perspectivas de execução em 2013, tais como o Plano Brasil Maior, Mesa Nacional da Construção Civil e Mesa Nacional dos Assalariados Rurais. Nesse contexto, destaca-se o atendimento ao público do seguro-desemprego, cujos reincidentes estão sendo inscritos em diversos cursos no âmbito do PRONATEC. Visando à busca de melhorias da rede de atendimento, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, em 2012, projetos relevantes, tais como a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego; a realização de estudo voltado a identificar os gastos necessários à manutenção da rede de atendimento do SINE; a realização de chamada pública, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com vistas ao mapeamento da rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; a elaboração de materiais didáticos pedagógicos unificados que abarcam os conhecimentos gerais necessários à qualificação social e profissional do trabalhador, a ser utilizado em 2013 em todos os cursos do Plano Nacional de Qualificação, no âmbito do SINE. A partir de seus resultados, objetiva-se implementar melhorias necessárias à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional.

Meta: Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades

relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; - afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal

Análise Situacional da Meta: Para o alcance desta meta, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, contribui diretamente para a padronização no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso tem possibilitado, inclusive, a interação com outras políticas públicas do governo federal.

No decorrer do ano de 2012, o Ministério participou ativamente de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Pode-se citar a atuação no grupo responsável pelo acompanhamento do Plano Viver sem Limite; no Programa BPC (em interação com o MDS); no PRONATEC, por meio do qual tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego), entre outros. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Com relação à previsão para o ano de 2013, são esperados 13.322.282 de atendimentos nos postos da Rede SINE. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários, e, em 2013 a perspectiva é de capacitar cerca de 50 mil.

Objetivo: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: Realizada a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), na qual foram aprovadas resoluções sobre os temas: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego e; Tripartismo e Diálogo Social. O Relatório Final da I CNETD será utilizado como insumo para discussão e elaboração de projeto de Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente do Brasil.

A I CNETD, convocada por Decreto Presidencial e lançada em 24 de novembro de 2010, constituiu um amplo processo de diálogo social em todo o território nacional em torno das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social.

Esta Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate tripartite sobre políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de

uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (2010).

A I CNETD ocorreu entre os dias 8 e 11 de agosto de 2012 e foi coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para a preparação dessa Conferência Nacional ocorreram mais de 250 encontros, dentre videoconferências, conferências municipais e/ou intermunicipais, distrital e estaduais, realizadas ao longo de 2011. Participaram desses encontros cerca de 20 mil pessoas, dentre as quais 8 (oito) mil delegados/as presentes às conferências estaduais e distrital.

As propostas discutidas e votadas na I CNETD consistem na síntese do que foi produzido nas conferências estaduais e distrital. Essas conferências encaminharam um conjunto de 3.966 propostas para serem discutidas na Conferência Nacional.

O MTE realizará em 2013 seminários regionais para discutir com os Estados os desdobramentos da Conferência, com vistas a construir uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o País. Além dos seminários regionais será realizada campanha por Trabalho Decente na COPA, que acontecerá nas 12 Cidades Sede da Copa de 2014.

Meta: Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 25% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 20% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 10% a taxa de formalidade; - aumentar em 20% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 37% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos

Análise Situacional da Meta: - A taxa de ocupação dos negros (pretos e pardos) de 16 anos ou mais na PNAD 2009 era 90,9%, em 2011 aumentou para 92,6%.

- De acordo com a PNAD a taxa de formalização em 2009 era de 53,6%, em 2011 foi para 57,1%.
- De acordo com a PNAD houve aumento de 2,18% no número de trabalhadores domésticos com carteira em 2011 com relação a 2009 (de 1.995.185 para 2.038.644). Os trabalhadores domésticos sem carteira tiveram uma redução de 11,7% em 2011 com relação a 2009.
- De acordo com a PNAD houve um aumento de 3,62% do total de autônomos (formalizados ou não) em 2011, com relação a 2009. Considerando formais os autônomos com contribuição à previdência, o aumento foi de 36,58% (de 3.226.588 para 4.406.803).
- De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho das mulheres equivalia a 71,5% do rendimento médio de trabalho dos homens. Em 2011, essa proporção passou para 73,7%.
- De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho dos negros (pretos e pardos) equivalia a 58,2% do rendimento médio de trabalho dos brancos. Em 2011, essa proporção passou para 59,9%.

Meta: Aprimorar e avançar nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, a extensão da cobertura da proteção social, os baixos níveis de rendimentos e produtividade, os elevados índices de rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero e raça/etnia, as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural, e o combate à discriminação, dentre outros

Análise Situacional da Meta: O MTE vem participando efetivamente de encontros, seminários e debates sobre temas relevantes como: desigualdade social, desemprego e a informalidade e desigualdade de gênero e raça, bem como publicado os principais resultados relacionados ao mercado formal, rendimento e emprego desses indicadores, com base nos dados da RAIS. Com o apoio do DIEESE foi elaborado, em 2011, o livro " Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho", com base nos dados da RAIS, com perspectivas de continuidade e atualização do mesmo.

Meta: Articular para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados

Análise Situacional da Meta: Elaboração de parecer da Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, constituída no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, pela Portaria 102 de 17 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2012, Seção 2, página 02, sobre a submissão da Convenção nº 189 e a Recomendação nº 201 da OIT ao Congresso Nacional. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais.

Meta: Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras

Análise Situacional da Meta: No Brasil ainda são tímidas as negociações coletivas que tratam sobre a igualdade racial e de gênero, como se pode observar do resultado de pesquisa feita no Sistema Mediador.

Verifica-se pela pesquisa que a negociação coletiva sobre igualdade racial e de gênero é mais forte nos Estado de SP e do RJ.

Observa-se, entretanto, que a negociação que trata de assédio moral/sexual e de estabilidade para gestantes/mães é crescente no Brasil. A negociação coletiva de várias categorias, em vários estados, dispendem tratamento relevante à matéria. Da pesquisa no sistema Mediador com estes parâmetros verificou-se:

12.152 cláusulas vigentes sobre estabilidade gestante/mãe;

796 cláusulas vigentes sobre assédio moral; e

93 cláusulas vigentes sobre assédio sexual.

O Sistema Mediador é o sistema do MTE para elaboração, transmissão, análise e registro dos instrumentos coletivos de trabalho, resultantes das negociações coletivas.

Meta: Incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado

Análise Situacional da Meta: Foi realizado exame da convenção 189 e da recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam do trabalho doméstico. Comissão Tripartite com essa finalidade aprovou a submissão do instrumento ao Congresso para fins de ratificação. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72 , conhecida como PEC das domésticas , que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais. O MTE instituiu comissão que apresentará propostas para a regulamentação dos direitos do empregado doméstico previstas na Emenda Constitucional nº 72. Os direitos estudados pela comissão e que dependem de regulamentação são a proteção do trabalhador doméstico contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a garantia ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a adequação das horas-extras e do trabalho noturno.

Meta: Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito

Análise Situacional da Meta: É disponibilizado no sitio do Ministério do Trabalho e Emprego, no endereço www.pdet.gov.br, informações sobre emprego, desagregadas por gênero, raça/cor, com base nos registros administrativos, RAIS e CAGED, para subsidiar os responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito.

O Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET tem por objetivo divulgar informações oriundas de dois Registros Administrativos, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, à sociedade civil.